

Relatório de Gestão e Contas 2014



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2014

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

Índice	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	04
2. BREVE APRESENTAÇÃO	05
2.1. Área de Influência do CHLO	06
2.2. Especialidades e valências existentes	07
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
3.1. Regulamento Interno	09
3.2. Organograma	09
4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE	11
4.1. Governo da Sociedade	11
4.2. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento	24
5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	25
6. GRELHA VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO	
ADOTADAS EM 2014	35
7. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2014	39
7.1. Taxa de Execução	39
7.2. Indicadores Globais por Linha de Atividade	40
7.2.1. Internamento	42
7.2.2. Bloco Operatório	46
7.2.3. Bloco de Partos	51
7.2.4. Consulta Externa	52
7.2.5. Urgência	55
7.2.6. Hospital de Dia	57
7.2.7. GDH's Médicos de Ambulatório	59
7.2.8. Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	59
7.3. Desempenho Económico-Financeiro	61

7.3.1. Análise Económica	61
7.3.2. Análise Financeira	72
7.3.3. Execução Orçamental	78
7.3.4. Investimento	79
7.4. Recursos Humanos	80
7.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	80
7.4.2. Mobilidade de Pessoal	82
7.4.3. Absentismo	83
7.4.4. Estrutura Etária	85
7.4.5. Formação	87
7.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	89
7.6. Investigação Clínica	90
7.7. Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços	90
7.8. Comissão de Ética	91
7.9. Grupo de Coordenação Local de Prevenção e Controlo de Infecção e Resistências aos Antimicrobianos	91
7.10. Serviço Social	93
8. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2014	95
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	102
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	103
11.1. Balanço	104
11.2. Demonstração de Resultados por Natureza	106
11.3. Demonstração de Resultados por Funções	107
11.4. Demonstração de Fluxos de Caixa	108
11.5. Mapa dos Fluxos Financeiros	110
11.6. Mapa de Controlo do Orçamento Económico	112
12. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	117
13. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	141
14. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	145

Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental
CIPE - Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
CES – Comissão de Ética para a Saúde
EPE – Entidade Pública Empresarial
GDH – Grupo de Diagnóstico Homogêneos
HSFX – Hospital de São Francisco Xavier
HEM – Hospital Egas Moniz
HOSA – Hospital de Sant'Ana
HSC – Hospital de Santa Cruz
MCD – Meios Complementares de Diagnóstico
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
ORL – Otorrinolaringologia
POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde
SAPE - Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem
SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TAC – Tomografia Axial Computorizada
UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os tempos têm sido difíceis para os hospitais do Serviço Nacional de Saúde, não só pelas restrições orçamentais e limitada autonomia na gestão, como pela concorrência em condições desiguais com o florescente sector privado da Saúde, particularmente em relação aos recursos humanos e investimentos.

O grande objetivo do CHLO e o seu maior empenho nos últimos anos tem sido manter a prestação assistencial com qualidade em todas as áreas clínicas, a par duma política de ajustamento económico financeiro que possibilite a sustentabilidade da instituição.

Alcançados estes objetivos de forma consistente, como demonstram os indicadores assistenciais e financeiros dos últimos três anos, a estratégia do CHLO para o próximo triénio é candidatar-se a Centros de Referência em áreas clínicas multidisciplinares, e apoiar a formação e a investigação clínica no centro hospitalar, de modo a garantir a prática duma Medicina altamente diferenciada, apanágio dos hospitais centrais como pilares da Saúde.

Para alcançar este novo objetivo, torna-se necessário dotar o centro hospitalar dos recursos humanos adequados a esta pretensão, e simultaneamente renovar o equipamento de diagnóstico e terapêutica das várias especialidades com tecnologia atualizada, de modo a possibilitar a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade à população atendida no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental.

À semelhança do sucedido nos anos anteriores, para a concretização desta estratégia, o CHLO continuará a necessitar do melhor empenho de todos os seus profissionais, sem o qual não será possível concretizar este ambicioso propósito.

Lisboa, 29 de Abril de 2015



Maria João Pais

Presidente do Conselho de Administração

2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no POCMS conforme despacho n.º 3016-A/2015 de 24 de março de 2015.

2.1 ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., tem como área de influência as freguesias de São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara e Santo Condestável, do concelho de Lisboa, e os Concelhos de Oeiras e Cascais, abrangendo ainda a prestação de serviços diferenciados aos habitantes dos concelhos da Amadora e de Sintra, prestando cuidados de saúde, de acordo com os censos de 2011, a uma população de cerca de 993.000 habitantes.

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (ha)	habitantes
Concelho de Oeiras	4.600	172.120
Concelho de Cascais	9.710	206.479
Concelho de Lisboa:	1.404	61.345
Freguesia da Ajuda	315	15.584
Freguesia de Alcântara	439	13.943
Freguesia de St. Maria de Belém	339	8.541
Freguesia de Sto. Condestável	101	15.257
Freguesia de S. Francisco Xavier	210	8.020
Total linha directa	15.714	439.944
Concelho da Amadora	2.300	175.136
Concelho de Sintra	31.650	377.835
Total cuidados diferenciados	49.664	992.915

É a referência para a área de Saúde Mental do concelho de Cascais e constitui-se como hospital de primeira linha para as freguesias do concelho de Lisboa e do concelho de Oeiras identificadas no quadro anterior.

Constitui para as especialidades Cardiológicas e Nefrológicas a última linha de referência não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional.

Para a especialidade de Infeciologia, não tem área de influência definida, abrangendo toda a população. É ainda referência direta para o Hospital de Cascais e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca, na área da Neurocirurgia. Articula-se diretamente com os seguintes Centros de Saúde: Ajuda, Alcântara, Carnaxide, Cascais, Oeiras, Parede e Santo Condestável.

2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação no Internamento em 2014, não considerando as camas de Berçário (28 berços), foi de 795 camas. Nesta lotação estão ainda incluídas 10 camas por protocolo estabelecido com o Hospital de Sant'Ana (HOSA).

As 795 camas acima referidas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

LOTAÇÃO 2013/2014

Especialidades	2013	2014	Especialidades	2013	2014
Cardiologia	35	35	Neurologia	16	16
Cardiologia Pediátrica	8	8	Oftalmologia	3	2
Cirurgia Cardiorácica	33	33	Unidade Oncológica	3	3
Cirurgia geral	114	114	Ortopedia	43	43
Cirurgia Vascular	14	14	Otorrinolaringologia	9	11
Cirurgia Plástica	24	21	Pediatria	21	21
Endocrinologia e Nutrição	6	6	Pneumologia	19	19
Gastroenterologia	12	12	Reumatologia	4	4
Ginecologia/Obstetrícia	59	51	Urologia	19	19
Hematologia	13	13	U.C.I.C	16	17
Infeciologia	26	26	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	6
Medicina Interna	162	162	U.C.I.P	14	16
Nefrologia	27	27	Unid. Cuid. Intens. Cardioracicos	13	13
Neurocirurgia	25	25	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurotraumatologia	19	19	Psiquiatria (Agudos)	25	25
TOTAL 2013			802		
TOTAL 2014			795		

A unidade de Oncologia do CHLO mantém ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno-Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas e as Urgências Oftalmológica e de Otorrinolaringologia funcionam até às 20 horas (encerram aos fins-de-semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

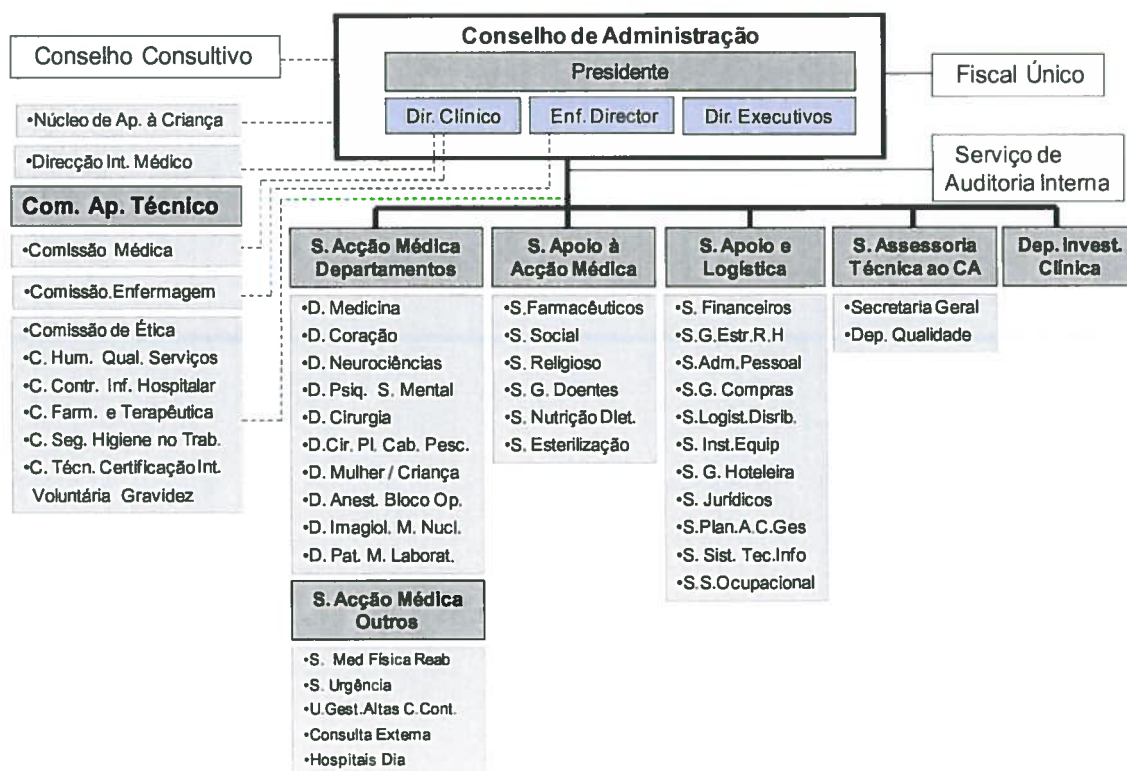
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex.^a o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de Junho de 2006.

3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1.1. MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referenciação, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde, sem prejuízo da celebração de contratos para efeitos de organização interna, repartição do investimento e compensação dos encargos que forem estipulados.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes princípios gerais da Ética:

- Humanização e não discriminação;

- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Competência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

4.1.2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e seus anexos I e II, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 244/2012, de 9 de Novembro, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde. Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar

www.chlo.min-saude.pt/Hospital/Legislacao.

4.1.3. INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Nos termos dos artigos 1.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 23/2008, 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 233/2005, e 23.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E. é uma pessoa coletiva pública de natureza empresarial, cuja atividade, apesar de comungar de diversos traços de regime de Direito Público, é maioritariamente regida pelo Direito Privado (cfr. artigo 14.º do Novo Regime do Sector Empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável como disposição geral que é, sem prejuízo da natureza subsidiária desse diploma face ao regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, como expressamente previsto no seu artigo 70.º).

Um dos traços mais marcantes do referido carácter jurídico-público é a sujeição da celebração de quaisquer contratos de aquisição de bens, obras e serviços, mas também concessões (de obras e serviços públicos), ao regime procedimental previsto na parte II do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual. Dito de outro modo, todo e qualquer contrato que envolva prestações típicas daqueles contratos (e só destes; cfr. artigo 6.º, n.º 2,

do CCP) que seja celebrado pelo Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. é sempre precedido por um dos procedimentos legalmente tipificados naquele diploma legal, sendo aferido caso a caso, de acordo com o critério geral de escolha do procedimento (artigos 17.º, 18.º e 20.º, todos do CPP) e com os critérios materiais (cfr. artigos 24.º e ss.), qual o procedimento em concreto aplicável.

Por sua vez, à celebração dos contratos que não envolvam prestações dos acima mencionados não é aplicável o CCP, sendo aos mesmos aplicável o direito privado, sem prejuízo do cumprimento, mesmo nesses casos, das normas constantes do Código do Procedimento Administrativo que concretizam preceitos constitucionais e dos princípios gerais da atividade administrativa.

Finalmente, merece ainda destaque, no caso específico da aquisição de medicamentos e de material de consumo clínico, as aquisições que são efetuadas ao abrigo dos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA) na área da Saúde, mediante convite à apresentação de proposta dirigido apenas aos operadores económicos que sejam partes naqueles CPA, mediante o procedimento pré-contratual previsto no artigo 259.º do CCP.

4.1.4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	(euros)
	2014
Such - Serv. Utiliz. Comum Hospitais	3.633.237
Instituto Português Sangue, IP	2.653.208
Uniself	1.968.486
Edp Comercial - Comercialização de Energia	1.745.243
Gás Natural Comercializadora	1.718.354
Hospital Ortopédico de Santana	1.179.961

4.1.5. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS

SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

Vogais Executivos

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica)

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Fiscal Único:

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

Conselho Consultivo:

Presidente

Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

MODELO DE GOVERNO

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais		
Vogal (1)	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	Resolução n.º	
Vogal (2)	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	36/2013 DR n.º 253	2014-2016
Vogal (3)	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica)	(*)	
Vogal (4)	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enfermeira Directora)		
(*) Produz efeitos a partir de 01/01/2014			
Fiscal Único			
Efectivo	BDO & Associados, Lda (SROC n.º 29) representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC n.º 725)	Despacho n.º 328/14- SET de 03.03	2014-2016
Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira (ROC n.º 956)		
Conselho Consultivo			
Presidente	Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro	Despacho n.º 12491/2014	2014-2016

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por quatro vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Diretor Clínico e outro o Enfermeiro Diretor.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, das específicas do Presidente do Conselho de Administração previstas no artigo 8.º e do Enfermeiro Diretor, previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais: Para além das competências próprias, este elemento coordenará a gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Instalações e Equipamentos,
- Departamento de Qualidade e Secretaria Geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente e Centro de Documentação/ Biblioteca e Reprografia);
- Serviço Social.

Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros :

- Serviço de Administração de Pessoal e Gestão Estratégica de Recursos Humanos;
- Serviço de Gestão de Compras e Logística;
- Serviço Jurídico;
- Serviço Religioso.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSFx e HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;

- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão;
- Serviço de Gestão de Doentes;
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação.

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros :

- Serviços Farmacêuticos;
- Departamento de Investigação Clínica;

Enf.^a Fernanda Maria da Rosa (Enf.^a Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços de Gestão Hoteleira;
- Serviço de Esterilização;
- Serviço de Nutrição e Dietética.

Fiscal Único

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do fiscal único, são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E..

Conselho Consultivo

Presidente do Conselho Consultivo: Dr. Roberto Artur da Luz Carneiro

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo, bem como as competências do conselho consultivo, são os constantes dos artigos 18.º e 19.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E..

4.1.6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTATUTO REMUNERATÓRIO FIXADO

Conselho de Administração

Presidente

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

Remuneração base de 5.523,24 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.663,39 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 799,53 euros, por ano.

Vogais Executivos

Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 2 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 324,00 euros, por ano.

Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 799,53 euros, por ano.

Dra. Rita Perez Fernandez da Silva

Remuneração base de 4.956,75 euros, 14 vezes por ano (opção pelo vencimento de origem)

Despesas de representação de 1.330,88 euros, 12 vezes por ano.

Enf.^a Fernanda Maria da Rosa

Remuneração base de 3.891,47 euros, 14 vezes por ano

Despesas de representação de 1.393,78 euros, 12 vezes por ano.

Viatura Automóvel – Rendimento Tributável, 359,39 euros, por ano.

Fiscal Único

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

Remuneração de 1.188,55 euros (sem Iva), 12 vezes por ano.

4.1.7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O CHLO, de acordo com o modelo de contratualização interna, negociou com os serviços de acção médica, os principais indicadores de produção, de custos e de qualidade, de forma ajustada ao Contrato Programa assinado com a ARSLVT para o ano em curso.

O acompanhamento desta contratualização interna, suportada numa estrutura de gestão intermédia, adequadas a este modelo de funcionamento, é monitorizado mensalmente de forma a possibilitar as correções aos desvios que se considerarem adequados.

As linhas de atuação que foram preconizadas para o ano 2014 mantiveram-se em linha com a estratégia definida pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e, genericamente, traduziram-se na melhoria da acessibilidade e da qualidade dos serviços prestados, na eficiência da prestação, no controlo do equilíbrio financeiro, na renovação e remodelação das áreas mais degradadas e no reforço dos sistemas de informação.

1. Acessibilidade

Durante o ano de 2014, foi possível enquadrar a procura e a espera nos limiares do clinicamente aceitável na generalidade das especialidades das especialidades existentes no CHLO. Foi verificada uma acentuada redução no tempo médio de espera para cirurgia que se situou abaixo do tempo médio para a região.

As maiores listas de espera cirúrgicas continuam a verificar-se nas especialidades de Ortopedia, Cirurgia Vascular e ORL, tal como se observa ao nível regional. Foi possível desenvolver uma estratégia de recuperação das listas nestas especialidades nos últimos meses de 2014 que permitiu chegar ao fim do ano com a situação substancialmente melhorada.

Na área da cirurgia do ambulatório, onde foi conseguido um grande avanço nos últimos anos na taxa de ambulatório face à cirurgia convencional, verificou-se novamente melhoria em relação ao ano anterior.

O alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora e cumprimento, a adesão ao programa de “Consulta a tempo e horas” (objetivos também contratualizados com os Serviços), permitiram trazer o tempo de espera na área do ambulatório para um valor muito próximo dos objetivos definidos para esta área.

Foram desenvolvidas em 2014 estratégias para melhorar a articulação do hospital com os Centros de Saúde, tendo em vista a criação, a prazo, de um eventual Sistema Local de Saúde.

Aguarda-se com expectativa o desenvolvimento da rede de Cuidados Continuados na região Ocidental de Lisboa, o que permitirá rentabilizar e aproveitar integralmente a capacidade instalada do CHLO.

2 . Qualidade de cuidados prestados

A ação no CHLO do Departamento de Qualidade, através do planeamento e controlo por ele levadas a cabo, assegura um processo de melhoria contínua da qualidade. No ano de 2014 manteve-se a certificação da Diálise, do Serviço de Imunohemoterapia e dos Serviços Farmacêuticos.

Estão em curso as certificações do Serviço de Cardiologia e do Serviço de Cirurgia Cardioracica.

Foram incluídos como objetivos nos processos de contratualização a realização de auditorias clínicas, após a nomeação do Auditor Clínico do CHLO.

No âmbito da contratualização interna com os Serviços, o Conselho de Administração tem sempre exigido a cada Serviço, não só contratualização na vertente da produção e custos, mas também objetivos mensuráveis nos domínios da qualidade.

3 . Nível de serviço prestado e eficiência

A produtividade e a eficiência continuarão a ser medidas e estimuladas no CHLO. Para isso, foram implementados modelos de avaliação de desempenho, suportados em níveis adequados de produtividade e eficiência funcional. Neste sentido, reveste-se de grande importância a contratualização anual de objetivos de produção assistencial e de resultados financeiros, de forma a aumentar os níveis de eficiência e de desempenho dos serviços. Esta contratualização é acompanhada continuamente pelo Conselho de Administração e respetivas direções de serviços.

4 . O CHLO no contexto do SNS

A abertura de novos hospitais na área da Grande Lisboa e a baixa da natalidade no país tiveram repercussões no Centro Hospitalar nomeadamente na área materno-infantil nos Serviços de Pediatria e

de Obstetrícia onde se constatou como impacto redução do número das Urgências e do Internamento. Por este facto tornou-se mais difícil rentabilizar o Departamento da Mulher e da Criança, cuja potencial capacidade instalada nunca foi completamente alcançada.

Desde 2009, e por decisão da ARSLVT, o CHLO passou a ter a responsabilidade técnica pela Oncologia Médica do Hospital de Cascais, obrigando ao aumento dos custos com os recursos humanos e medicamentos citostáticos, para além da dispersão geográfica com custos associados aos transportes diários e deslocação de pessoal.

Na área da Psiquiatria de urgência e na vertente de apoio comunitário em consultas, o CHLO continua também a manter a responsabilidade pelos doentes psiquiátricos da zona de Cascais a qual não foi ainda assumida pelo respetivo hospital.

O Serviço de Urgência Polivalente do CHLO, assim como todas as valências clínicas das várias especialidades, continuaram a receber todos os doentes enviados de acordo com as redes de referência, para além de múltiplos doentes de outras regiões de saúde em especialidades cuja elevada diferenciação faz ultrapassar o nível regional como a Cardiologia Pediátrica, a Cirurgia Cardíaca, a Cardiologia de Intervenção, a Transplantação Renal e Cardíaca, a Cirurgia da Epilepsia Refratária, o tratamento das Doenças Desmielinizantes e de HIV/SIDA, a Neurocirurgia e Otorrinolaringologia, entre outras.

No CHLO existem áreas multidisciplinares de elevada diferenciação e complexidade como as Neurociências, Transplantação Renal e Cardíaca e na área Cardiovascular. Nestas áreas, iniciou-se em 2014 a preparação da candidatura a cinco centros de referência de âmbito nacional, de acordo com a legislação em vigor.

Durante o ano de 2014 o CHLO continuou a reforçar as boas relações mantidas com os centros de saúde da sua área, no sentido de oferecer a melhor colaboração possível, tendo passado a efetuar as análises clínicas dos ACE's que lhe estão adstritos.

5. Reforço da gestão

O CHLO tem vindo a ajustar, sistematicamente, os modelos de gestão previstos no Regulamento Interno, de forma a potenciar a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando verdadeiros níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial.

Também os investimentos ao nível dos sistemas de informação têm vindo a permitir o melhoramento ao nível dos modelos automatizados de informação on-line, que facilita e permitem a análise rigorosa da informação e a possibilidade de serem validados em real-time os dados principais e complementares de produção, indicadores económico financeiros e de qualidade, etc.

6. Controlo do equilíbrio financeiro

O Governo assumiu, no Memorando de Entendimento com a União Europeia, o Banco Central e o Fundo Monetário Internacional, entre outros, o compromisso de melhorar o desempenho e aumentar o rigor na gestão dos hospitais do SNS. Nesse contexto, foram publicados documentos e legislação vária que veio propor um conjunto de medidas que visavam a rede hospitalar, com o objetivo de garantir a sua sustentabilidade económica e financeira, sem que o acesso e a qualidade fossem postos em causa, da mesma forma que a eficiência hospitalar.

O Conselho de Administração do CHLO, sensível a tais orientações, implementou, nos últimos três anos, diversas medidas focadas na otimização dos custos correntes e na melhoria da eficiência. Atente-se, à evolução desde 2011. Em cenários extremamente desfavoráveis com reduções sistemáticas ao nível dos proveitos do Contrato Programa, mesmo assim, são muito interessantes os resultados da sobreposição de indicadores de desempenho vs. indicadores económico financeiros:

Unidade: M€							
Rubrica	2010	2011	2012	2013	2014	Var % 14/13	Var % 14/10
Custos							
Consumos	98,2	94,6	77,3	77,1	72,6	-5,8%	-26,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	35,5	32,9	29,2	27,5	26,1	-4,9%	-26,3%
Despesas com Pessoal	119,7	106,6	99,8	103,6	100,6	-2,9%	-16,0%
Outros Custos Operacionais	12,4	10,6	10,0	8,3	7,4	-10,4%	-40,4%
Total Custos Operacionais	265,9	244,7	216,4	216,4	206,7	-4,5%	-22,2%
Proveitos							
Prestação de Serviços	213,9	200,4	196,0	200,3	195,1	-2,6%	-8,8%
Outros Proveitos Operacionais	13,5	15,2	11,1	16,5	4,8	-70,7%	-64,0%
Total Proveitos Operacionais	227,3	215,7	207,1	216,8	199,9	-7,8%	-12,1%
EBITDA	-26,2	-18,6	0,6	8,5	0,6		
Resultados Operacionais	-38,5	-29,1	-9,3	0,4	-6,8		
Resultados Líquidos	-42,1	-9,5	-9,7	1,1	-5,3		
Produção							
N.º Consultas	449.821	452.799	463.462	472.032	465.802	-1,3%	3,6%
N.º Cirurgias	23.719	23.620	24.669	23.878	22.696	-5,0%	-4,3%
Quadro de Pessoal							
N.º de Médicos	674	652	610	571	562	-1,6%	-16,6%
N.º de Enfermeiros	1.390	1.353	1.289	1.231	1.207	-1,9%	-13,2%
Total de Funcionários	4.331	4.203	4.058	3.863	3.741	-3,2%	-13,6%

Ou seja, com menos recursos o CHLO tem vindo a tratar, praticamente, o mesmo número de doentes. Se, por um lado, as linhas de produção associadas à intervenção cirúrgica têm vindo a ter uma evolução com sentido algo decrescente – reforça-se, no entanto, os ganhos em Dias de Espera em Lista que se

traduzem em resultados muito abaixo do tempo médio para a região - por outro, as linhas de produção de consultas efectuadas tem tido uma evolução muito positiva. A melhor articulação das diversas especialidades cirúrgicas face aos tempo disponíveis de bloco operatório, bem como uma gestão mais eficiente das equipas, no caso das cirurgias, o alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora, a adesão ao programa de "Consulta a tempo e horas" (objetivos também contratualizados com os Serviços), permitiram trazer, ainda, ganhos de eficiência a que o centro hospitalar não estava habituado.

No final, podemos dizer que a alavanca fundamental desta mudança era, sem sombra de dúvida, a mudança estrutural de mentalidades e de práticas. O foco estaria em tudo o que pode ser repensado, reestudado. E isso é tanto mais verdade quanto as diversas medidas que têm vindo a ser implementadas permitiram resultados económicos, acima apontados, significativamente, mais favoráveis.

O conceito de boa governação é, hoje, uma realidade, uma preocupação constante para que sejam salvaguardadas todas as realidades - económico-financeira, social e política - dentro do cumprimento da lei, demais regulamentos e códigos, processos de decisão e de controlo interno. De uma forma geral, podemos concluir que o objetivo principal foi atingido.

Uma última nota. O CHLO poderia apresentar melhores resultados que estes. Para isso bastava a remuneração da atividade assistencial que excede a produção contratualizada até 10% ser paga não a um preço marginal, mas sim ao preço do valor de base. Entre 2011 e 2014, o CHLO realizou produção marginal aproximado a 15 milhões de euros que não foi paga pela ACSS. Porque o CHLO não negou a acessibilidade a qualquer doente, essa produção foi, efetivamente, realizada a um custo que, em valores médios, foi igual à receita que não foi paga. Urge repensar a forma de financiamento das unidades E.P.E, sob pena de se continuar a prejudicar aquelas que, como o CHLO, continuam a apostar num futuro mais sustentável.

O Conselho de Administração continua a competir pelo equilíbrio pragmático, certo e seguro que este caminho não é uma questão de moda nem um paliativo de ocasião. Mas nada está garantido, se o esforço não for contínuo. Tratando-se de um processo complexo, haverá que continuar a envolver toda a organização e os vários serviços, para que os valores orçamentados para 2015 possam ser uma realidade e o equilíbrio económico garantido, uma vez mais. No que respeita à capacidade do CHLO para liquidar o seu passivo antigo, o Conselho de Administração e a tutela continuam a equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover essa sustentabilidade.

7. Reforço dos sistemas de informação e de comunicação

O desenvolvimento das tecnologias de informação em Saúde (TIS) como investimento e enquanto fator de sustentabilidade e bom governo continua na agenda do dia do CHLO. O despesismo do passado continua a dar lugar a uma racionalidade que, embora muito mais limitada em recursos, tem permitido alcançar metas muito interessantes, como aliás determinado para a reforma hospitalar, de onde se destaca:

- maior partilha de ferramentas e aplicações;
- informação mais fidedigna e fiável;
- uma rede mais integrada;
- comunicações mais rápidas e seguras;
- os primeiros "passos" do um Registo de Saúde Eletrónico (PDS)
- o nível de informatização cresce, de uma forma conexa, sem duplicação de circuitos criando condições para o próximo salto tecnológico, em que os fluxos de informação serão praticamente automatizados.

Nesta realidade, o CHLO está capacitado para garantir:

- Maior acessibilidade e comodidade no acesso, resultados e disponibilização imediata de dados;
- Maior proximidade e possibilidade de contacto entre o médico prescritor e o médico de família e o utente;
- Alta qualidade na prestação do serviço que se traduz, claramente, em maiores índices de eficiência.

4.1.8. VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

4.1.9. EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Código de Ética no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, foi aprovado em 13 de Dezembro de 2012 e corresponde, não só ao cumprimento dos dispositivos legais aplicáveis, designadamente a Resolução de Conselho de Ministro 49/2007, mas também a um instrumento que visa a realização dos objetivos e da missão da instituição.

Este Código estabelece um conjunto de princípios de orientação da atividade hospitalar e de regras de natureza ética e deontológica destinadas a orientar os colaboradores do CHLO no desempenho das suas

funções, de modo a que as possam exercer com elevados padrões de qualidade e em linha com os objetivos e missão do CHLO na prestação de cuidados de saúde.

No cumprimento do Decreto-Lei 8 n.º 97/1995 de 10 de Maio, possui uma Comissão de Ética com as seguintes competências:

- Pronunciar-se sobre todas as questões que envolvam valores morais dentro da Instituição, nomeadamente o respeito pelos direitos e dignidade dos doentes;
- Zelar pela observância de padrões éticos no acesso aos cuidados, de diagnóstico e tratamento e no respeito pela confidencialidade;
- Pronunciar-se sobre práticas corretas de investigação e ensino que envolvam doentes ou tenham impacto nos princípios morais porque se rege a sociedade e as práticas profissionais.

Em todas as suas atividades, o CHLO respeita os princípios da Ética já enunciados anteriormente :

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente

4.2. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Não aplicável em 2014. Inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras.

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

(milhares de euros)

	2012	2013	2014
Passivo Remunerado	10,4	,0	,0
Custos e Perdas Financeiras	,3	,0	,0
Taxa média Anual de Financiamento	2,5%	0,0%	0,0%

5 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/Planos de Actividade e Orçamento:					
Objetivo 1 - Cumprimento metas Orçamento Económico	X			100%	Ponto 5.1.
Objetivo 2 - Incentivos Institucionais	X			96%	Ponto 5.1.
Objetivo 3 - Redução do Custo efectivo com Trabalho Extraordinário	X			100%	Ponto 5.1.
Gestão do Risco Financeiro			X		
Limites de Crescimento do Endividamento	X			0%	
Evolução do PMP a fornecedores	X			+8 dias	Ponto 5.3.1
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			15.345.764,03 €	Ponto 5.3.
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Implementar um conjunto de regras essenciais, com vista ao reforço do Sistema de Controlo Interno, o qual deverá englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo adotados pela administração com vista a assegurar a metódica e eficiente conduta das suas atividades:	X				Ponto 5.4
Dar cumprimento ao n.º 3 do artigo 61.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, designadamente quanto aos gastos com comunicações	X				Ponto 5.4
Aplicar o artigo 17.º da Lei n.º 12/2010 de 30 de junho, o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e o artigo 123.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, os quais estabelecem que as entidades que integram o setor empresarial do Estado devem manter as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE	X				Ponto 5.4
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	X				Ponto 5.5
Órgãos sociais - redução remuneratória vigentes em 2014	X				Ponto 5.5
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 73.º da Lei 83-C/2013	X				Ponto 5.5
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 73.º da Lei 83-C/2013	X				Ponto 7.4
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39.º da Lei 83-C/2013	X				Ponto 7.4
Artigo 32.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		X			
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			
Contratação Pública					
Aplicação da normas de contratação pública pela empresa	X				Ponto 5.7
Aplicação da normas de contratação pública pelas participadas			X		
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X			17 contratos 9.652.962,46€	Ponto 5.7
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendações			X		
Parque Automóvel					
N.º Viaturas	X			0%	Ponto 5.9
Gastos com viaturas	X			19 viaturas	Ponto 5.9
	X			132.113,07 €	Ponto 5.9
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei 83-C/2013)	X				Ponto 5.9
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei 83-C/2013)					
Nº de trabalhadores	X			-122 / -3,2%	Ponto 5.9
Nº de cargos dirigentes	X			-2 / -8,3%	Ponto 5.9
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)					
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	X			75,5%	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			314,84 €	

5.1. OBJETIVOS DE GESTÃO

Objetivo 1: Cumprimento metas do Orçamento Económico

Em 2014 manteve-se a política de continua implementação de medidas diversas no sentido de maiores níveis de eficiência e eficácia.

O acentuado esforço no controlo e contenção de custos em todos os agregados principais, CMV/MC e FSE e dos Gastos com pessoal, proporcionou um desvio favorável de 5,8%, 4,9% e 2,9%, respetivamente, tendo-se dado cumprimento integral ao total de custos orçamentados.

A realização dos Proveitos superou os valores orçamentados em cerca de 1%. Para esta evolução contribuíram as Adendas ao Contrato Programa e também as correções efetuadas na faturação de exercícios anteriores.

Tudo visto e ponderado, o CHLO terminou o exercício económico de 2014 com a metas globais do Orçamento Económico superadas.

Objetivo 2: Incentivos Institucionais

O montante dos incentivos institucionais orçamentados no Contrato Programa celebrado com a ACSS foi de 9,0 milhões de euros. O montante dos incentivos institucionais em 2014 ascenderam a 8,8 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de execução na ordem de 98%.

Objetivo 3: Redução do Custo efetivo com trabalho extraordinário

A redução da despesa com trabalho extraordinário ascendeu a -10,5%, comparativamente ao ano de 2013, ultrapassando o objetivo estabelecido, apresentado um desvio favorável de 5,8%, face ao orçamento.

5.2. LIMITES DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO

A inexistência de Passivo Remunerado e Custos e Perdas Financeiras, é transcrita nos quadros seguintes:

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (euros)	13.900	2.600	257	0	0
Taxa média Anual de Financiamento (%)	8,4%	1,8%	2,5%		

(euros)

Passivo Remunerado	2013	2014	Var. Absol.	Var. (%)
Financiamentos obtidos	0	0	0	
...dos quais concedidos pela DGTF	0	0	0	
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	0	
Endividamento Ajustado	0	0	0	

5.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO A FORNECEDORES E ATRASOS NOS PAGAMENTOS ("ARREARS")

Dando prioridade à política de redução de dívidas junto dos fornecedores externos, destacam-se as regularizações das dívidas em atraso, efetuadas à Indústria farmacêutica, que contribuíram para um decréscimo de 3,1% dos arrears.

5.3.1. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009

PMP	2013	2014	Var.2014/ 2013
Prazo (dias)	219	227	3,7%

Verificou uma variação do Prazo Médio de Pagamentos de 219 dias em 2013 para 227 dias em 2014. Apesar de todos os esforços concentrados na redução deste prazo, não foi possível a diminuição do mesmo devido a evolução negativa dos recebimentos, nomeadamente porque em 2014 não se registou qualquer Programa Extraordinário Regularização Dívidas (PERD).

Se não fosse considerado o impacto do PERD em 2013 que ascendeu a 20.282.960 euros, uma vez que o mesmo não ocorreu em 2014, ter-se-ia verificado uma variação favorável, concretamente o PMP seria reduzido em 28 dias face ao ano transacto.

5.3.2. MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2013 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO

(euros)

Dividas Vencidas	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o Art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	16.116.538	3.641.491	9.459.625	8.990.856	12.142.776
Aquisições de Capital	102.556	39.399	16.229	59.683	9.774
Total	16.219.094	3.680.890	9.475.855	9.050.539	12.152.550

5.4. RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

Cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação das contas do exercício de 2013

- Implementar um conjunto de regras essenciais, com vista ao reforço do Sistema de Controlo Interno, o qual deverá englobar o plano de organização, as políticas, os métodos e os procedimentos de controlo adotados pela administração com vista a assegurar a metódica e eficiente conduta das suas atividades:

Durante o ano de 2014 verificou-se uma melhoria significativa de muitos aspectos de controlo interno, nomeadamente nos que se referem a documentação suporte aos registos contabilísticos associados ao fecho das operações, conferência de contas, em particular das contas de fornecedores, sistematização de alguns mais manuais de Procedimentos que careciam de actualização e não menos importante a emissão do primeiro Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

- Dar cumprimento ao n.º 3 do artigo 61.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, designadamente quanto aos gastos com comunicações:

Foi dado cumprimento tendo as despesas com comunicações em 2014 registado uma redução face a 2013.

- Aplicar o artigo 17º da Lei n.º 12ª/2010 de 30 de junho, o artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e o artigo 123.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro, os quais estabelecem que as entidades que integram o setor empresarial do Estado devem manter

as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE:

Durante o ano de 2014 o CHLO tomou as diligências necessárias para estar em cumprimento com a referida recomendação, procedendo ao cancelamento de todas as contas bancárias fora do IGCP, com exceção do Novo Banco, que ainda se encontra em processo de encerramento pois aguardávamos por parte do IGCP a substituição dos TPA's deste banco por terminais do Montepio Geral (contratação entre o IGCP e o Montepio Geral).

5.5. REMUNERAÇÕES

5.5.1 ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRL	
			Forma	Data	Entidade	Pagadora (O/D)
2014-2016	Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	Resolução n.º 36/2013 DR n.º 253	31/12/2013 (*)	CHLO	O
	Vogal Executivo	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva			CHLO	D
	Vogal Executivo	Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira			CHLO	D
	Vogal Executivo	Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva (Directora Clínica)			CHLO	O
	Vogal Executivo	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enfermeira Directora)			CHLO	D

(*) Produz efeitos a partir de 01/01/2014

Nota: OPRL: Opção pela Remuneração Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

(euros)

Nome	EGP			
	Fixado (SN)	Classificação (A/B/C)*	Valores Mensais Bruto	
			Remuneração Base	Despesas Representação
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	N	B	5.523,24	1.663,39
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	B	3.891,47	1.393,78
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	B	3.891,47	1.393,78
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	B	4.956,75	1.330,88
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	B	3.891,47	1.393,78

Nota: EGP: Estatuto do Gestor Público

*Classificação atribuída ao CHLO (RCM n.º 36/12 de 26 de Março)

(euros)

Nome	Remuneração anual						Bruta após reduções
	Variável	Fixa**	Outra	Redução Lei 12-A/2010	Redução Lei (OE)	Redução anos anteriores*	
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais		97.286,04		-5.030,64	-7.669,73	-2.324,24	82.261,43
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva		71.205,94		-3.699,68	-5.592,17	-567,54	61.346,55
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira		71.205,94		-3.699,68	-5.592,17	0,00	61.914,09
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva		85.365,06		-4.401,34	-6.680,70	0,00	74.283,02
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		71.205,94		-3.699,68	-5.592,17	-321,60	61.592,49

Redução anos anteriores refere remunerações regularizadas no ano em referencia pertencentes a anos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação

* - Redução imposta pela Lei 12-A/2010, tendo por base o novo entendimento da ACSS publicado através da Circular informativa nº 2/2013/DRH-URT que obrigou à reposição de valores desde 2010 até Janeiro de 2013

(euros)

Nome	Benefícios Sociais						
	Sub. Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar Valor
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	4,27	1.114,47	ADSE/CGA				
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	4,27	1.080,31	ADSE/CGA				
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	4,27	1.054,69	Seg. Social				
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	4,27	982,10	ADSE/CGA				
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	4,27	1.080,31	ADSE/CGA				

(euros)

Nome	Gastos com Comunicações Móveis		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	80,00	709,40	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	80,00	731,54	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	80,00	880,31	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	80,00	737,50	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	80,00	570,02	

(euros)

Nome	Encargos com viaturas							
	Viatura atribuída (SN)	Celebração de contrato (SN)	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010		
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	S	S		Aquisição	2003			
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	S	S		Leasing Financeiro	2006	2010		
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	N	N.A						
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	S	S		Leasing Financeiro	2004	2007		

(1) Aquisição, ALD, Leasing ou Outra

(euros)

Nome	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a viaturas				Observações
		Combustível	Portagens	Outras reparações	Seguro	
Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	486,43	1.839,30	194,15	2.059,28	456,26	
Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva	389,15	3.399,30	1.472,90	3.655,01	363,91	
Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	389,15	1.644,14	1.039,00	319,80	456,26	
Dr.ª Rita Perez Fernandez da Silva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Enf.ª Fernanda Maria da Rosa	389,15	1.877,35	626,75	1.485,78	363,91	

5.5.2. FISCALIZAÇÃO

FISCAL ÚNICO

Mandato	Cargo	Identificação		Designação			N.º Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma	Data	Contratada	
2014-2016	Efectivo	BDO & Associados, Lda Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias	SROC n.º 29 ROC n.º 725	Despacho n.º 328/14- SET	03/03/2014	10/03/2014	2
	Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira	ROC n.º 956				

(euros)

Nome	Remuneração Anual (a)		
	Bruto	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
BDO & Associados, Lda	16.681,44	2.418,80	14.262,64

(a) Não inclui IVA

5.6. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

Nenhum elemento do Órgão de Gestão usufrui de cartões de crédito ou outro instrumento de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ou de reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

5.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Foram observados os procedimentos de formação de contratos legalmente tipificados, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro. Destacando-se a este nível a submissão a visto prévio do Tribunal de Contas de contratos de valor igual ou superior a 350.000 euros.

5.8. SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

As aquisições ao abrigo de CPAs promovidos pela central de compras da saúde (SPMS) são, regra geral, obrigatórias, não carecendo de adesão, ainda que também integrem o Sistema Nacional de Compras Públicas. Ao nível dos medicamentos, do Plano de Compras de 2014 constavam 38 milhões de euros de aquisições ao abrigo de acordos quadro promovidos pela SPMS. Quanto ao mais, o CHLO é uma "entidade voluntária aderente".

No ano de 2014 não se verificou a aquisição de veículos.

5.9. MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

As medidas implementadas no sentido da melhoria dos níveis de eficiência, dando cumprimento às orientações do acionista, traduziram-se em reduções significativas nos custos operacionais na ordem dos 21,5% (variação 2010/2014). Destaque para as reduções em todos os agregados principais: CMV/MC e FSE e dos Gastos com pessoal, e, também, porque era solicitado :

- Medidas no âmbito da redução dos **gastos com comunicações** – renegociação dos contratos conseguindo diminuir a despesa em 57,0% face a 2010;
- Medidas no âmbito da redução das **ajudas de custo e deslocações**: embora historicamente despesa de valor residual, em 2014 apresentaram reduções de 19,1% e 1,6%, respetivamente, face a 2010.

(milhares de euros)

PRC	Meta	2014	2013	2012	2011	2010	Var Absol	Var %	Var Absol	Var %
							2014/2013		2014/2010	
EBITDA*	345,4	570,8	8.472,9	608,5	-18.632,7	-26.200,8	-7.902,0	-93,3%	26.771,7	102,2%
CMVMC	73.295,8	72.561,3	77.050,6	77.320,0	94.645,7	98.246,8	-4.489,3	-5,8%	-25.685,5	-26,1%
FSE	26.016,9	26.139,4	27.481,2	29.240,0	32.909,8	35.476,1	-1.341,8	-4,9%	-9.336,6	-26,3%
Deslocações/Estadas	9,0	19,7	9,2	8,1	12,2	20,1	10,5	114,0%	-3	-1,6%
Ajudas de custo	3,4	9,6	3,4	4,7	12,7	11,9	6,2	183,3%	-2,3	-19,1%
Comunicações	307,4	255,0	323,6	427,0	464,8	593,0	-68,6	-21,2%	-338,0	-57,0%
Gastos com pessoal	98.382,8	100.634,1	103.632,1	99.814,6	106.556,6	119.732,0	-2.998,0	-2,9%	-19.097,9	-16,0%
dos quais indemnizações	3,2	520,3	3,2	35,5	44,7	41,2	517,1	15982,7%	479,1	1161,7%
Total Gastos	197.692,5	198.814,5	208.160,7	206.339,1	234.067,4	253.413,7	-9.346,2	-4,5%	-54.599,2	-21,5%
Volume Negócios	200.771,3	197.577,8	214.379,9	205.538,1	213.946,6	226.015,3	-16.802,1	-7,8%	-28.437,5	-12,6%
Peso dos Gastos no VN (%)	98,5%	100,8%	97,1%	100,4%	109,4%	112,1%	0,04		-0,11	
Número RH										
N.º Efétivos	3.729	3.741	3.863	4.058	4.203	4.331	-122	-3,2%	-590	-13,6%
N. Cargos de Direção	24	22	24	22	25	29	-2	-8,3%	-7	-24,1%
N.º Efetivos/Cargos Direção	155,4	170,0	161,0	184,5	168,1	149,3	9	5,6%	21	13,9%
Viaturas										
N.º Viaturas	19	19	19	19	19	19	0	0,0%	0	0,0%
Gastos com viaturas	177,5	132,1	189,8	151,5	154,4	137,1	-57,644	-30,4%	-4.952	-3,6%

*Meta OE inicial

5.10. PRINCIPIO DA UNIDADES DE TESOURARIA DO ESTADO

Foi dado cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

5.11. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos	X			
Caracterização da Empresa	X			
Função de tutela e accionista	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Identificação dos órgãos sociais	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X			
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	X			
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos sociais	X			
Esforço Financeiro Público			X	
Ficha síntese	X			
Informação Financeira histórica e actual	X			
Princípios de Bom governo				
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:				
Económico	X			
Social	X			
Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A - Não Aplicável

6

GRELHA DE VALIDAÇÃO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2014

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
I	Missão, Objetivos e Políticas	X		X		3	
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		4	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		7	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		8	
II	Estrutura de Capital	X		X		9	
1.	Estrutura de capital	X		X		9	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		9	N/A
3.	Acordos parassociais.	X		X		9	N/A
III	Participações Sociais e Obrigações detidas	X		X		9	N/A
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		9	N/A
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		9	N/A
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		9	N/A
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		10	N/A
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		10	N/A
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		10	N/A
IV	Órgãos Sociais e Comissões	X		X		10	
A.	Mesa da Assembleia Geral	X		X		10	N/A
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		10	N/A
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		10	N/A
B.	Administração e Supervisão	X		X		11	
1.	Modelo de governo adotado	X		X		11	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		11	
3.	Composição, duração do mandato, número	X					

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	de membros efetivos.			X		12	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		12	N/A
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do CA	X		X		12	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X		17	N/A
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		17	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		18	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	X		X		18	
C.	Fiscalização	X		X		19	
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do n.º estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		19	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		19	N/A
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		19	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		20	N/A
D.	Revisor Oficial de Contas	X		X		20	N/A
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		20	N/A
2.	Indicação das limitações, legais	X		X		20	N/A
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		20	N/A
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		20	N/A
E.	Auditor Externo	X		X		21	N/A
1.	Identificação.	X		X		21	N/A
2.	Política e periodicidade da rotação	X		X		21	N/A
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		21	N/A
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		21	N/A
V.	Organização Interna	X		X		21	
A.	Estatutos e Comunicações	X		X		21	
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		21	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		21	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		23	
B.	Controlo interno e gestão de riscos	X		X		25	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		25	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões	X					

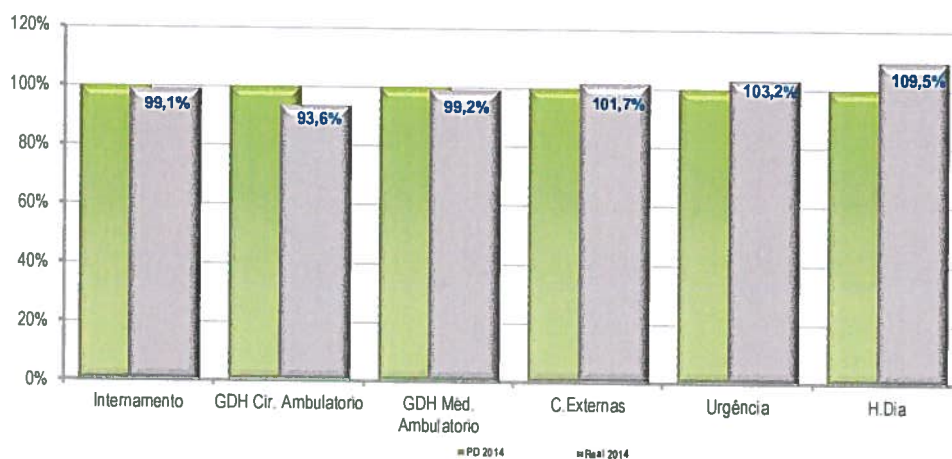
	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
	responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.			X		25	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		26	N/A
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		26	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		26	N/A
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		27	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		29	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		30	N/A
C.	Regulamentos e Códigos	X		X		30	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		30	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		30	
D.	Deveres especiais de informação	X		X		31	
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita.	X		X		31	
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita	X		X		32	
E.	Sítio de Internet	X		X		32	
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		32	
F.	Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral	X		X		33	
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		33	
2.	Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público	X		X		33	
VI	Remunerações	X		X		34	
A.	Competência para a Determinação	X		X		34	
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		34	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações	X		X		34	N/A
	Composição.	X		X		34	N/A
C.	Estrutura das Remunerações	X		X		35	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		35	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		35	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		35	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X		X		35	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X		X		35	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		Sim	Não	Sim	Não		
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		35	
D.	Divulgação das Remunerações	X		X		36	
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		36	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		38	N/A
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		38	N/A
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X		X		38	N/A
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X		X		38	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		38	N/A
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras	X		X		39	
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		39	N/A
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		39	
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	X		X		40	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		40	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		40	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Responsabilidade económica.	X		X		40	
IX	Avaliação do Governo Societário	X		X		45	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		45	
2.	Outras informações	X		X		46	N/A

7 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2014

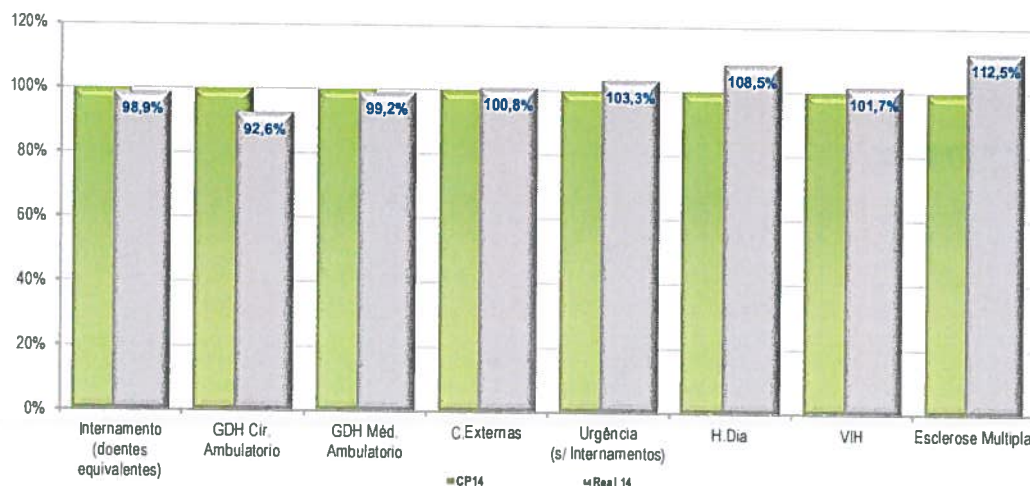
7.1. TAXA DE EXECUÇÃO

Em termos globais a actividade assistencial no que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2014 apresentou nas principais linhas do CHLO, designadamente nas Urgências, Hospital de dia e Consulta Externa uma produção que superou o previsto em 3,2%, 9,5% e 1,7%, respetivamente. A produção realizada de Gdh's Médicos de ambulatório e Internamento registou uma taxa de execução superior a 99% e os Gdh's Cirúrgicos de ambulatório atingiram 94%.



Em relação ao previsto no âmbito do Contrato Programa e analisando as principais linhas, verificou-se que Esclerose Múltipla, Hospital de dia, Urgência, VIH e Consultas Externas superaram o previsto com uma taxa de execução de 112,5%, 108,5%, 103,3%, 101,7% e 100,8%, respetivamente.

De referir o desvio de - 7,4% nos Gdh's Cirúrgicos de ambulatório, -1,1% no Internamento e -0,8% Gdh's Médicos de ambulatório.



7.2. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ATIVIDADE

A atividade assistencial registou, face ao período homólogo, um decréscimo de produção no Internamento em 2,8%, nos GDH's Cirúrgicos de Ambulatório em 1,8%, nos GDH Médicos de Ambulatório em 6,6%, nas Consultas Externas em 1,3% e nas Urgências em 1,9%. Por sua vez, verificou-se um aumento de 13,6% nas sessões de Hospital de Dia.

INTERNAMENTO

	2013	2014	Δ%
Lotação	805	795	-1,2%
N.º Camas sem Berçário	805	795	-1,2%
Berçário	28	28	0,0%
Doentes Saídos sem transf. Internas	28.017	27.221	-2,8%
Doentes Saídos sem Berçário	25.880	25.155	-2,8%
Doentes Saídos Berçário	2.137	2.066	-3,3%
Doentes Saídos com transf. Internas	37.826	35.080	-7,3%
Doentes Saídos sem Berçário	35.628	32.922	-7,6%
Doentes Saídos Berçário	2.198	2.158	-1,8%
Demora média (dias)	9,0	9,3	0,3
Taxa de Ocupação	80,4%	80,3%	-0,1pp
Doentes Saídos / Cama	32,1	31,6	-0,5

BLOCO OPERATÓRIO

	2013	2014	Δ%
Total de Intervenções	24.669	23.878	-3,2%
Cirurgia Convencional	10.098	9.650	-4,4%
Cirurgia de Ambulatório	9.346	9.364	0,2%
Cirurgia Urgente	5.225	4.864	-6,9%
Total de Doentes Intervencionados	19.535	18.666	-4,4%
Cirurgia Convencional	7.825	7.210	-7,9%
Cirurgia de Ambulatório	7.353	7.228	-1,7%
Cirurgia Urgente	4.357	4.228	-3,0%

CONSULTA EXTERNA

	2013	2014	Δ%
Consultas Realizadas	472.032	465.802	-1,3%
N.º de Primeiras Consultas	108.764	105.271	-3,2%
Primeiras Consultas / Total	23,0%	22,6%	-1,9%

URGÊNCIA

	2013	2014	Δ%
Doentes Entrados	156.807	153.831	-1,9%
Urgência Geral	89.400	86.890	-2,8%
Urgência Pediátrica	33.597	34.105	1,5%
Urgência Obstétrica	14.977	15.267	1,9%
Urgência Oftalmologia	10.005	8.514	-14,9%
Urgência Otorrino	8.828	9.055	2,6%

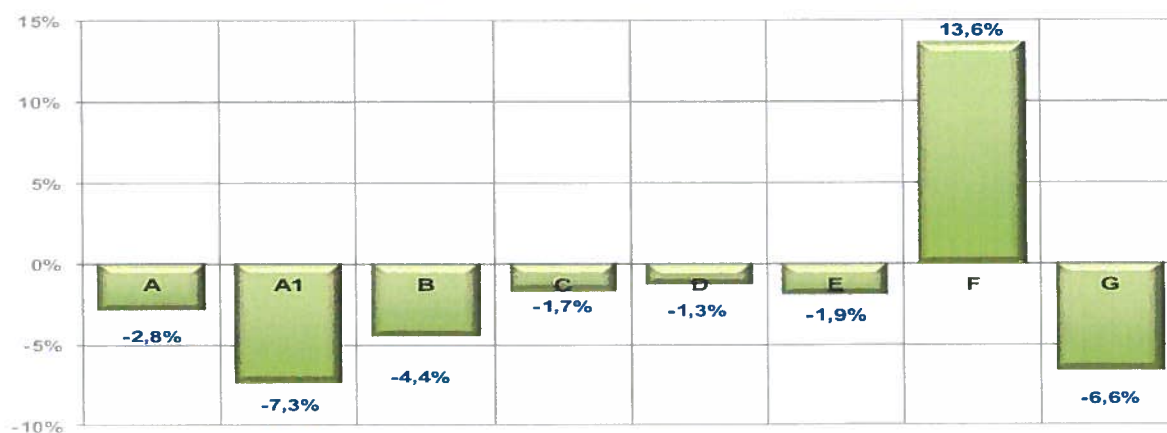
HOSPITAL DE DIA

	2013	2014	Δ%
Sessões	19.041	21.631	13,6%
Psiquiatria	4.248	4.762	12,1%
Pedopsiquiatria	2.747	2.817	2,5%
Imunohemoterapia	4.003	4.167	4,1%
Hematologia	723	867	19,9%
Pediatria	240	262	9,2%
Pneumologia	250	267	6,8%
Outras	6.830	8.489	24,3%
Infecçiology	248	304	22,6%
Infecçiology Pediátrica	105	63	-40,0%
Hemodiálise	8.792	8.839	0,5%

GDH MÉDICOS AMBULATÓRIO

	2013	2014	Δ%
Total	10.044	9.386	-6,6%
Oncologia/Quimioterapia	8.441	7.507	-11,1%
Cardiologia	903	896	-0,8%
Urologia/Litotricia	339	600	77,0%
Outros	361	383	6,1%

Actividade Global - Var % 2014/2013

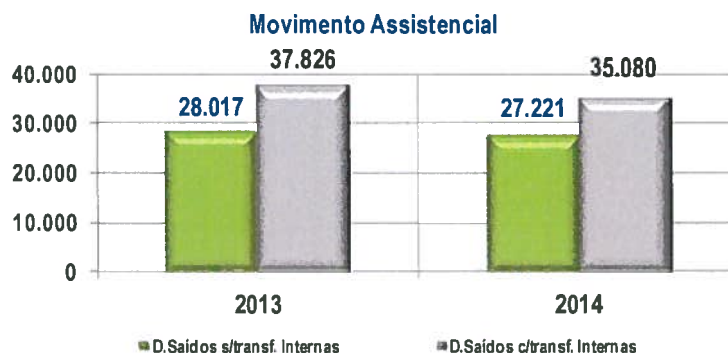


- A – Doentes Saídos do Internamento sem Transferência. Internas
- A1 – Doentes Saídos do Internamento com Transferência. Internas
- B – Cirurgia (*programada e Urgente.*)
- C – GDH's Cirúrgicos de Ambulatório
- D – Consulta Externa
- E – Urgência
- F – Hospital de Dia
- G – GDH's Medicos Ambulatório

7.2.1. INTERNAMENTO

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2013	2014	Δ%
Lotação	805	795	-1,2%
Berçário	28	28	0,0%
Total de Doentes Saídos sem transf. Internas	28.017	27.221	-2,8%
Doentes saídos sem Berçário	25.880	25.155	-2,8%
Doentes Saídos Berçário	2.137	2.066	-3,3%
Total de Doentes Saídos com transf. Internas	37.826	35.080	-7,3%
Doentes saídos sem Berçário	35.628	32.922	-7,6%
Doentes Saídos Berçário	2.198	2.158	-1,8%
Total Dias Internamento	240.071	238.816	-0,5%
Dias de Internam. sem Berçário	233.905	233.028	-0,4%
Dias Internam. Berçário	6.166	5.788	-6,1%
<i>Demora média (dias)</i>	9,0	9,3	0,3
<i>Taxa ocupação (%)</i>	80,4%	80,3%	-0,1pp
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	32,1	31,6	-0,5



Em 2014 o CHLO registou cerca de menos 200 doentes saídos face a 2013, o que representou um decréscimo de produção de 2,8% no agregado do internamento.

O Berçário com 2.158 altas registou um decréscimo de 1,8% em relação a 2013.

DOENTES SAÍDOS POR GDHS - 2013/2014

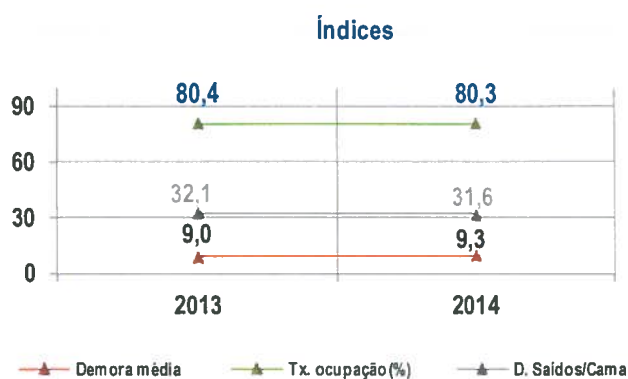
	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média
	2013			2014			Δ % 2014/2013		
GDH Médicos	16.161	139.146	8,6	16.193	137.970	8,5	0,2%	-0,8%	-1,0%
GDH Cirúrgicos	11.734	108.685	9,3	10.801	105.067	9,7	-8,0%	-3,3%	5,0%
Urgentes	4.049	59.270	14,6	3.622	56.320	15,5	-10,5%	-5,0%	6,2%
Programados	7.685	49.415	6,4	7.179	48.747	6,8	-6,6%	-1,4%	5,6%
Total GDHs	27.895	247.831	8,9	26.994	243.037	9,0	-3,2%	-1,9%	1,3%

O número total de altas registadas no CHLO em 2014 geraram 26.994 GDH'S, dos quais 60% dizem respeito a GDH'S Médicos e 40% a GDH'S Cirúrgicos.

LOTAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO 2014

Especialidades	2014	% Ocup.	Especialidades	2014	% Ocup.
Cardiologia	35	82,6%	Neurologia	16	88,2%
Cardiologia Pediátrica	8	78,2%	Oftalmologia	2	33,6%
Cirurgia Cardiotorácica	33	79,9%	Unidade Oncológica	3	96,1%
Cirurgia geral	114	73,9%	Ortopedia	43	86,4%
Cirurgia Vascular	14	86,1%	Otorrinolaringologia	11	77,6%
Cirurgia Plástica	21	78,4%	Pediatria	21	61,4%
Endocrinologia e Nutrição	6	67,2%	Pneumologia	19	75,4%
Gastroenterologia	12	105,4%	Reumatologia	4	84,0%
Ginecologia/Obstetícia	51	64,7%	Urologia	19	68,6%
Hematologia	13	85,6%	U.C.I.C	17	79,0%
Infecciologia	26	61,0%	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	69,1%
Medicina Interna	162	90,5%	U.C.I.P	16	80,3%
Nefrologia	27	83,6%	Unid. Cuid. Intens. Cardiotorácicos	13	85,2%
Neurocirurgia	25	84,0%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	84,0%
Neurotraumatologia	19	85,9%	Psiquiatria (Agudos)	25	84,7%
TOTAL GERAL 2013	802				80,4%
TOTAL GERAL 2014	795				80,3%

A taxa de Ocupação global do CHLO, mantém-se em nível bastante favorável situando-se na ordem de 80%.



A demora média global, 9,3 dias, registou um acréscimo de 0,3 dias em relação a 2013.

O quadro seguinte inclui as 15 patologias mais frequentes no ano 2014, segundo Grupos de Diagnóstico em que se reflete o peso da área materno-infantil, logo seguido das patologias do aparelho circulatório e coração.

15 GDHS MAIS FREQUENTES - 2014

GDH	Tipo	Descrição	N.º Doentes	Demora Média
629	M	Recém-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em bloco operatório, com diagnóstico de recém-nascido normal	1.921	2,7
373	M	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	1.176	3,0
127	M	Insuficiência cardíaca e/ou choque	470	9,1
541	M	Pneumonia simples e/ou outras perturbações respiratórias, exceto bronquite ou asma com CC major	470	15,1
89	M	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, com CC	441	10,7
371	C	Cesariana, sem CC	432	4,3
73	M	Outros diagnósticos do ouvido, nariz, boca e/ou garganta, idade > 17 anos	391	1,5
14	M	Acidente vascular cerebral com enfarte	386	11,7
105	C	Procedimentos nas válvulas cardíacas, sem cateterismo cardíaco	344	12,9
112	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, sem enfarte agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca ou choque	340	1,6
372	M	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	332	3,8
569	M	Perturbações dos rins e/ou das vias urinárias, exceto insuficiência renal, com CC major	310	12,9
320	M	Infeções dos rins e/ou das vias urinárias, idade >17 anos, com CC	287	10,2
116	C	Outras implantações de pacemaker cardíaco permanente	279	2,6
854	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, com stent eluidor de fármacos, sem enfarte agudo do miocárdio	279	1,8

Tipo de GDH: M- Médico / C- Cirúrgico

Fonte: CHLO - Base Dados GDH

A nível do Contrato Programa, os valores de ICM normalizados fixaram-se em 2014 quer para o internamento cirúrgico quer para o médico em 1,4717.

O Índice de *case-mix* global do CHLO é fortemente influenciado pelo peso das valências da área materno-infantil. Assim o *case-mix* aparentemente baixo resulta da influência da área materno - infantil e não de uma subespecialização, no conjunto global da sua produção.

7.2.2. BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com quatro salas, o Bloco II com sete salas e o Bloco III com cinco salas operatórias, que são utilizadas para a cirurgia convencional. O HSFX ainda dispõe de 3 salas para as especialidades de Obstetrícia/Ginecologia. No HEM, existem ainda mais seis salas de Bloco, duas da Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA), duas que constituem o Bloco de Oftalmologia e duas salas de Bloco de Dermatologia.

O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENCIONADOS

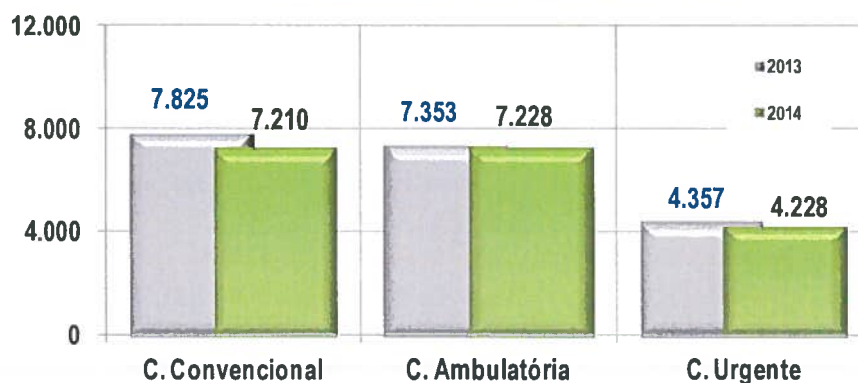
	2013	2014	Δ%
Total Geral	19.535	18.666	-4,4%
Cirurgia Convencional	7.825	7.210	-7,9%
Cirurgia Ambulatória	7.353	7.228	-1,7%
Cirurgia de Urgência	4.357	4.228	-3,0%
% Cirurg Programada/Total	77,7%	77,3%	-0,4 pp
% Cirurg Ambulatório/Programada	48,4%	50,1%	1,7 pp

Nota: Cirurg. Programada = C. Convencional + C. Ambulatório

Em Dezembro de 2014, a atividade cirúrgica registou, face ao período homólogo, uma diminuição de 4,4% no total de doentes intervencionados, passando de 19.535 doentes para 18.666.

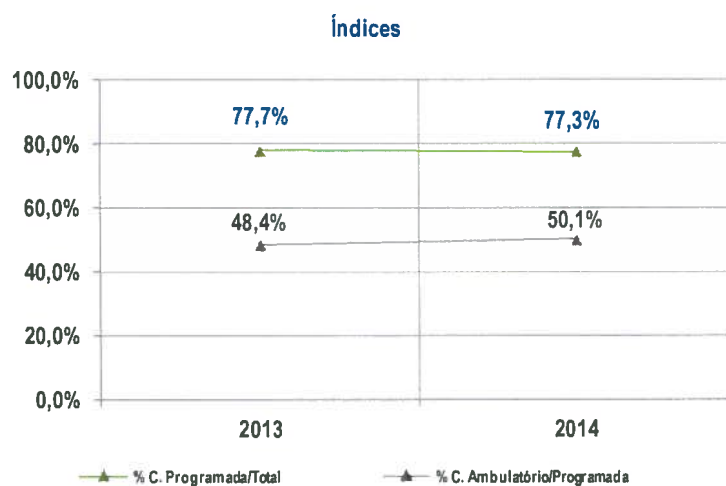
A Cirurgia Urgente, a Cirurgia Convencional e a Cirurgia de Ambulatório registaram, face ao período homólogo, uma diminuição de doentes intervencionados de 3,0%, 7,9% e 1,7%, respetivamente.

Bloco Operatório - Doentes Intervencionados



Verificou-se um acréscimo na taxa de ambulatorização que passou de 48,4% em 2012 para 50,1% em 2014.

A Cirurgia Programada constituiu 77,3% do movimento cirúrgico do CHLO, no ano 2014.



MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Doentes Intervencionados		
	2013	2014	Δ%
Especialidades	19.535	18.666	-4,4%
Cirurgia Geral	4.469	4.225	-5,5%
Urgente	866	851	-1,7%
Convencional	2.376	2.187	-8,0%
Ambulatório	1.227	1.187	-3,3%
Cirurgia Vascular	397	369	-7,1%
Urgente	33	35	6,1%
Convencional	319	283	-11,3%
Ambulatório	45	51	13,3%
Cirurgia Plástica	1.900	1.723	-9,3%
Urgente	226	121	-46,5%
Convencional	504	469	-6,9%
Ambulatório	1.170	1.133	-3,2%
Cirurgia Cardiorácica	1.059	1.017	-4,0%
Urgente	237	223	-5,9%
Convencional	806	775	-3,8%
Ambulatório	16	19	18,8%
Dermatologia	1.058	1.056	-0,2%
Ambulatório	1.058	1.056	-0,2%
Estomatologia	85	89	4,7%
Ambulatório	85	89	4,7%
Ginecologia	621	565	-9,0%
Urgente	11	29	163,6%
Convencional	346	303	-12,4%
Ambulatório	264	233	-11,7%
Obstetrícia	2.411	2.420	0,4%
Urgente	2.303	2.309	0,3%
Convencional	108	111	2,8%
Neurocirurgia	1.365	1.394	2,1%
Urgente	289	327	13,1%
Convencional	824	775	-5,9%
Ambulatório	252	292	15,9%
Oftalmologia	2.677	2.538	-5,2%
Urgente	3		-100,0%
Convencional	120	41	-65,8%
Ambulatório	2.554	2.497	-2,2%
Ortopedia	1.048	1.069	2,0%
Urgente	123	136	10,6%
Convencional	714	716	0,3%
Ambulatório	211	217	2,8%
Otorrinolaringologia	1.173	1.131	-3,6%
Urgente	71	69	-2,8%
Convencional	856	796	-7,0%
Ambulatório	246	266	8,1%
Urologia	1.272	1.070	-15,9%
Urgente	196	124	-36,7%
Convencional	851	753	-11,5%
Ambulatório	225	193	-14,2%

Observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades (doentes intervencionados), de salientar o acréscimo de produção nas especialidades de Neurocirurgia, com 2,1% e Ortopedia, com 2,0%.

Destaca-se o aumento verificado de Cirurgias de Ambulatório nas especialidades de Neurocirurgia (16%), de Cirurgia Vascular (13%), ORL (8%) e Ortopedia (3%).

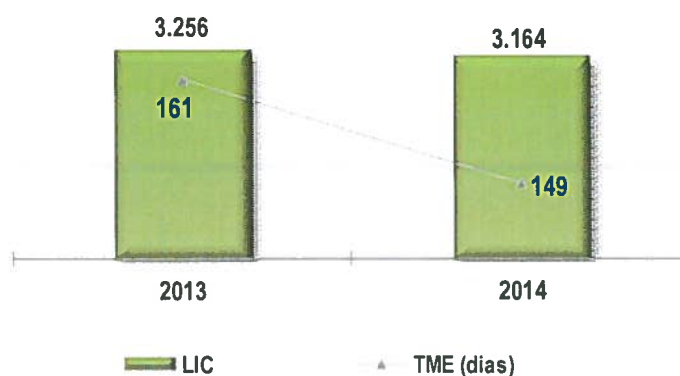
Por outro lado, referem-se as especialidades cuja produção de Cirurgia Convencional registou decréscimo da atividade: Urologia e Ginecologia (12%), Cirurgia Vascular (11%), Cirurgia Geral (8%), ORL e Cirurgia Plástica (7%), Neurocirurgia (6%) e Cirurgia Cardiorácica (4%).

Embora se constate uma recuperação na produção cirúrgica de Oftalmologia, de referir o impacto desfavorável em consequência da indisponibilidade temporário do bloco devido as obras realizadas.

7.2.2.1. LISTA DE INSCRITOS PARA CIRURGIA E TEMPO MÉDIO DE ESPERA PARA CIRURGIA

A evolução favorável verificada com a diminuição da Lista de Inscritos para Cirurgia (LIC) e consequente Tempo médio de espera (TME) é uma tendência que se tem vindo a verificar ao longo dos anos. O número doentes em LIC, apresenta em 2014, face ao período homólogo, uma diminuição de 2,8%, passando de 3.256 doentes inscritos em 2013 para 3.164 em 2014. O TME apresenta uma redução de 12 dias, passando de 161 dias em 2013 para 149 em 2014.

Evolução da Lista de Inscritos para Cirurgia e do Tempo Médio de Espera



DOENTES OPERADOS DENTRO DO TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA GARANTIDO (EM DIAS) POR NÍVEL DE PRIORIDADE
(não inclui doentes oncológicos)

Unidade Hospitalar	Especialidades	Normal		Prioritário		Muito prioritário		Urgência Diferida	
		TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG	TMRG	% Doentes operados dentro do TMRG
Hospital Egas Moniz	CHLO - HEM Cirurgia Plástica e Rec.	270	98,3%	60	99,6%	15		3	100,0%
	CHLO - HEM Oftalmologia	270	99,3%	60	92,7%	15	68%	3	93,3%
	CHLO - HEM Neurocirurgia	270	95,7%	60	94,2%	15	95%	3	93,2%
	CHLO - HEM ORL	270	88,2%	60	90,8%	15	82%	3	83,3%
	CHLO - HEM Estomatologia	270	100,0%	60		15		3	
	CHLO - HEM Cirurgia Geral II	270	98,6%	60	98,4%	15	98%	3	100,0%
	CHLO - HEM Urologia	270	98,4%	60	100,0%	15	97%	3	91,3%
	CHLO - HEM Cirurgia Vascular	270	88,9%	60	100,0%	15	100%	3	69,2%
	CHLO - HEM UTCO	270	36,6%	60	100,0%	15	100%	3	
	CHLO - HEM Dermatologia	270	100,0%	60	100,0%	15		3	
Hospital São Francisco Xavier	CHLO - HSFX Cirurgia Geral I	270	97,7%	60	94,6%	15	100%	3	94,9%
	CHLO - HSFX Ginecologia	270	85,7%	60	71,6%	15	36%	3	0,0%
	CHLO - HSFX Ortopedia	270	80,3%	60	92,5%	15	100%	3	80,2%
Hospital Santa Cruz	CHLO - HSC Cirurgia Geral III	270	98,8%	60	87,0%	15	80%	3	100,0%
	CHLO - HSC Cirurgia Cardiobrástica	270	95,0%	60	96,2%	15	100%	3	100,0%
	CHLO - HSC Cirurgia Card. Pediátrica	270	100,0%	60	100,0%	15		3	

Para o indicador "Doentes Tratados dentro do TMRG", o CHLO apresenta uma percentagem bastante aceitável, ainda que não tenha atingido os 100%.

PERCENTAGEM DE DOENTES CIRÚRGICOS EM LIC DENTRO DO TMRG

Grupo de Patologia	TMRG Dias Seguidos	N. Inscritos LIC 2013	N. Inscritos LIC 2014	N. Inscritos LIC <= TMRG 2013	N. Inscritos LIC <= TMRG 2014	% Doentes operados dentro do TMRG - 2013	% Doentes operados dentro do TMRG - 2014
Normal	270	3.065	3.008	2.510	2.651	81,9%	88,1%
Normal Oncologia	60	43	23	37	22	86,0%	95,7%
Prioritário	60	110	110	71	48	64,5%	43,6%
Prioritário Oncologia	45	8	12	8	6	100,0%	50,0%
Muito Prioritário	15	19	4	0	1	0,0%	25,0%
Muito Prioritário Oncologia	15	2	4	0	0	0,0%	0,0%
Urgência Diferida	3	9	3	0	0	0,0%	0,0%
Urgência Diferida Oncologia	3	0	0	0	0	-	-
Total		3.256	3.164	2.626	2.728	80,7%	86,2%

O CHLO apresenta uma percentagem de Doentes em LIC dentro do TMRG de 86,2%, superior de forma favorável ao objetivo de 83,8% estabelecido para 2014.

7.2.3. BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSFX/CHLO tem 3 salas cirúrgicas dedicadas.

O total de partos em 2014 foi de 2.296, registando um decréscimo de 1,3% em relação ao período homólogo.

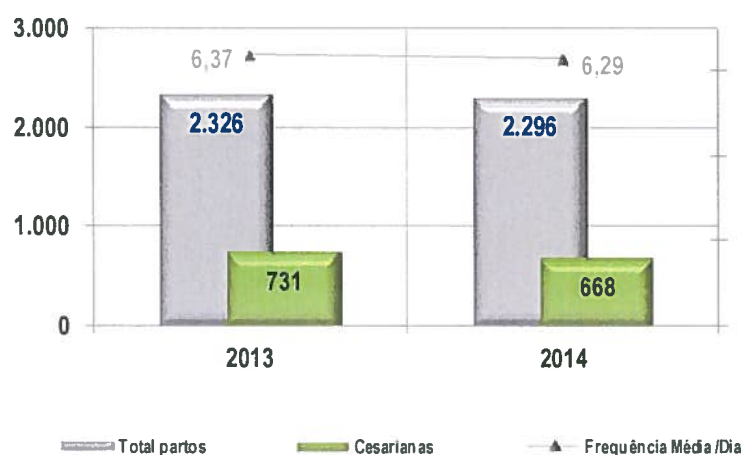
MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2013	2014	Δ%
Partos ocorridos	2.326	2.296	-1,3%
Eutócicos	1.165	1.214	4,2%
Distócicos	430	414	-3,7%
Cesarianas	731	668	-8,6%
% Cesarianas	31,4%	29,1%	-2,3 pp
Frequência Média/Dia	6,37	6,29	-1,3%

Os partos Eutócicos apresentaram um aumento de 4,2% e os partos Distócicos e Cesarianas registaram uma diminuição de 3,7% e 8,6%, respetivamente.

Face ao total de partos, a taxa de Cesarianas registou um decréscimo para 29,1% (31,4% em 2013) e o número médio diário de partos apresenta também uma redução de 6,4 em 2013 para 6,3 em 2014.

Indicadores de Actividade - Bloco de Partos



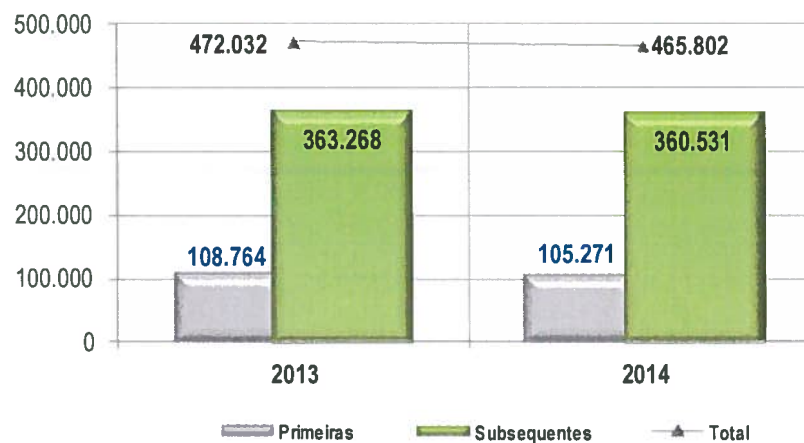
7.2.4. CONSULTA EXTERNA

Em 2014, o número total de Consultas Externas realizadas atingiu 465.802, representando um decréscimo de 1,3% em relação ao período homologado.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2013	2014	Δ%
Consultas Externas	472.032	465.802	-1,3%
Primeiras	108.764	105.271	-3,2%
Subsequentes	363.268	360.531	-0,8%
<i>% Primeiras/Total</i>	<i>23,0%</i>	<i>22,6%</i>	

Movimento das Consultas Externas



PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2013	2014	Δ%	Especialidades	2013	2014	Δ%
Anestesiologia	11.341	10.933	-3,6%	MFR	9.050	9.469	4,6%
C. Plást e Reconstrutiva	10.406	9.274	-10,9%	Nefrologia	19.996	20.187	1,0%
Cardiologia	31.909	31.567	-1,1%	Neurocirurgia	9.763	11.119	13,9%
Cardiologia Pediátrica	5.686	5.788	1,8%	Neurologia	10.110	10.624	5,1%
Cirurgia Cardiotorácica	4.191	4.350	3,8%	Obstetícia	9.490	9.248	-2,6%
Cirurgia Geral	30.556	28.819	-5,7%	Oftalmologia	35.278	32.864	-6,8%
Cirurgia Vascular	4.582	5.816	26,9%	Oncologia Médica	24.972	25.779	3,2%
Dermatologia	16.180	16.270	0,6%	Ortopedia	15.059	15.596	3,6%
Endocrinologia	17.553	17.554	0,0%	Otorrinolaringologia	25.224	23.790	-5,7%
Estomatologia	13.568	12.733	-6,2%	Patologia Clínica	29.080	26.610	-8,5%
Gastroenterologia	9.201	9.200	0,0%	Pediatria	8.782	8.376	-4,6%
Genética Médica	612	538	-12,1%	Pedopsiquiatria	9.544	9.821	2,9%
Ginecologia	6.365	5.805	-8,8%	Pneumologia	10.283	11.052	7,5%
Hematologia	7.690	7.150	-7,0%	Psiquiatria	16.791	17.410	3,7%
Imunoalergologia	3.270	2.852	-12,8%	Reumatologia	11.415	11.486	0,6%
Imuno-hemoterapia	2.847	2.854	0,2%	Saúde Ocupacional	1.942	1.402	-27,8%
Infectiologia	11.067	10.791	-2,5%	Urologia	12.281	11.095	-9,7%
Medicina	25.948	27.580	6,3%				
Total Geral					472.032	465.802	-1,3%

Na evolução do número de consultas por especialidade, de referir o aumento das consultas de Cirurgia Vascular (26,9%), de Neurocirurgia (13,9%), Pneumologia (7,5%), Medicina (6,3%), Neurologia (5,1%) e MFR (4,6%).

As principais variações negativas, também influenciados pela saída de alguns médicos, registaram-se nas especialidades de Imunoalergologia (12,8%), Cirurgia Plástica e Reconstrutiva (10,9%), Urologia (9,7%), Ginecologia (8,8%) e Patologia Clínica (8,5%).

7.2.4.1. CONSULTA A TEMPO E HORAS (CTH)

N.º DE PEDIDOS EFECTUADOS PELO CTH VS CONSULTAS REALIZADAS

Especialidades	N.º de pedidos CTH		Δ%	Consultas Realizadas		Δ%
	2013	2014		2013	2014	
Dermatologia	6.118	6.928	13,2%	5.101	4.982	-2,3%
Oftalmologia	6.617	6.539	-1,2%	4.804	4.303	-10,4%
Estomatologia	2.432	2.851	17,2%	1.968	1.960	-0,4%
ORL	2.111	2.504	18,6%	1.854	1.989	7,3%
Neurocirurgia	2.168	2.396	10,5%	1.678	2.049	22,1%
Cirurgia Geral	2.447	2.374	-3,0%	1.739	1.862	7,1%
Endocrinologia	1.973	2.005	1,6%	1.092	1.188	8,8%
Obstetricia	1.612	1.874	16,3%	1.241	1.438	15,9%
Ortopedia	1.502	1.690	12,5%	947	1.063	12,2%
Cirurgia Vascular	1.208	1.564	29,5%	882	980	11,1%
Ginecologia	1.406	1.380	-1,8%	753	953	26,6%
Gastrenterologia	1.119	1.060	-5,3%	856	661	-22,8%
Cardiologia	987	1.021	3,4%	755	753	-0,3%
Urologia	992	1.016	2,4%	740	631	-14,7%
Reumatologia	933	976	4,6%	691	625	-9,6%
Pediatria	1.214	903	-25,6%	358	615	71,8%
Psiquiatria	864	885	2,4%	642	390	-39,3%
Neurologia	841	848	0,8%	491	680	38,5%
Cirurgia Plástica Rec.	672	809	20,4%	540	592	9,6%
Pneumologia	488	658	34,8%	381	264	-30,7%
Hematologia Clínica	643	656	2,0%	330	316	-4,2%
Imunoalergologia	514	499	-2,9%	275	200	-27,3%
Neftrologia	444	444	0,0%	269	265	-1,5%
Pedopsiquiatria	477	425	-10,9%	244	272	11,5%
Medicina Interna	123	142	15,4%	57	93	63,2%
MFR	105	137	30,5%	88	111	26,1%
Anestesiologia	81	126	55,6%	54	74	37,0%
Cardiologia Pediátrica	120	115	-4,2%	82	60	-26,8%
Cirurgia Obesidade	155	97	-37,4%	68	74	8,8%
Infecçiology	98	93	-5,1%	48	64	33,3%
Genética Médica	57	59	3,5%	28	42	50,0%
Oncologia Médica	61	52	-14,8%	45	27	-40,0%
Total Geral	40.582	43.126	6,3%	29.101	29.576	1,6%

O número de pedidos de consultas via CTH apresenta, em 2014, um acréscimo de 6,3% face ao período homólogo. As especialidades de Dermatologia, Oftalmologia, Estomatologia e ORL são as que apresentam

o maior número de pedidos em 2014. O número de consultas que foram realizadas via pedido CTH, regista uma variação positiva de 1,6% face a 2013.

PRINCIPAIS INDICADORES

Indicador	2013	2014
% de Consultas via CTH	27,1%	28,2%
% 1as Consultas realizadas dentro do TMRG	80,3%	80,4%
% 1as Consultas realizadas fora do TMRG	19,7%	19,6%
Tempo médio de avaliação do pedido e marcação da consulta (dias)	5,0	5,9

Destaque para a percentagem de doentes entrados via CTH, bem como o número destes doentes que foram atendidos dentro do TMRG, verifica-se uma evolução positiva nos principais indicadores.

7.2.5. URGÊNCIA

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2013	2014	Δ%		2013	2014	Δ%
Doentes Entrados				% Doentes Internados			
Urgência Geral	89.400	86.890	-2,8%	Urgência Geral	11,0%	11,0%	0,0pp
Pediátrica	33.597	34.105	1,5%	Pediátrica	1,9%	2,2%	0,3pp
Obstétrica/Ginecológica	14.977	15.267	1,9%	Obstétrica/Ginecológica	15,6%	15,0%	-0,6pp
Oftalmologia	10.005	8.514	-14,9%	Oftalmologia	0,2%	0,3%	0,1pp
Otorrinolaringologia	8.828	9.055	2,6%	Otorrinolaringologia	1,4%	1,4%	0,0pp
Doentes Internados				Frequência Média / Dia			
Urgência Geral	9.841	9.541	-3,0%	Urgência Geral	245	238	-2,8%
Pediátrica	632	757	19,8%	Pediátrica	92	93	1,5%
Obstétrica/Ginecológica	2.342	2.283	-2,5%	Obstétrica/Ginecológica	41	42	1,9%
Oftalmologia	16	28	75,0%	Oftalmologia	40	34	-14,9%
Otorrinolaringologia	128	130	1,6%	Otorrinolaringologia	35	36	2,6%
TOTAL GERAL D. ENTRADOS	156.807	153.831	-1,9%				
<i>Freq. Média / Dia</i>	452,7	443,0	-2,1%				
Doentes Internados	12.959	12.739	-1,7%				
% Doentes Internados	8,3%	8,3%	0,0pp				

Os Serviços de Urgência, registaram um decréscimo de 1,9% em relação ao período homologado, passando de 156.807 para 153.831 doentes entrados. A média diária de entradas passou de 453 para 443 doentes.

Urgência Geral

O número total de doentes entrados em 2014 foi de 86.890, o que representa um decréscimo de 2,8% em relação a 2013 e uma frequência diária de 238 doentes.

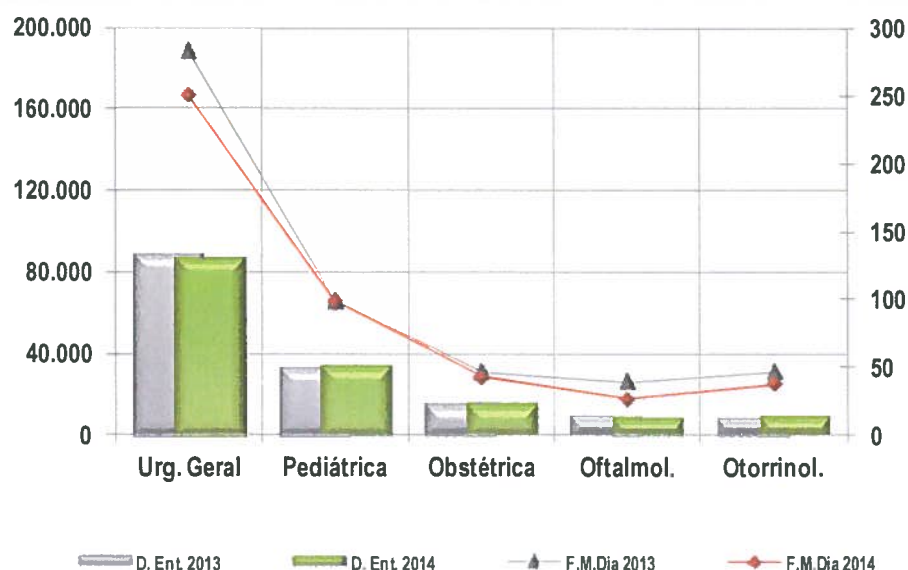
Dos 86.890 doentes entrados na Urgência Geral, 9.541 foram internados o que equivale a uma percentagem de Internamento de 11%.

Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 8.514 doentes, verificando-se um decréscimo de 14,9% relativamente ao ano anterior. A funcionar de segunda a sexta-feira entre as 08.00h e as 20.00h, foram atendidos nesta Urgência cerca de 34 doentes por dia.

Urgência de Otorrinolaringologia

Na Urgência de ORL foram atendidos 9.055 doentes, o que representa um acréscimo de 2,6% relativamente ao ano de 2013. Também funciona de segunda a sexta-feira, entre as 08.00h e as 20.00h e o número de doentes socorridos por dia foi de 36 doentes.



Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Após este período colabora com a urgência do Hospital Dona Estefânia.

Foram observadas 34.105 crianças durante o ano de 2014, verificando-se um acréscimo, face a 2013, de 1,5%. Com uma taxa de 2,2%, o número de internamentos foi de 757 e o número de crianças observadas na Urgência representaram um fluxo médio diário de 93 crianças.

Urgência Obstétrica/Ginecológica

Em 2014 o número de doentes observados foi de 15.267, tendo-se verificado um acréscimo de 1,9% em relação ao ano anterior. A frequência diária foi de 42 urgências.

7.2.6. HOSPITAL DE DIA

O n.º de sessões em Hospital de Dia apresenta em 2014 um aumento de 13,6% em relação ao período homólogo.

No movimento das sessões de Hospital de Dia, destaca-se o incremento nas especialidades de Hematologia (19,9%), de Psiquiatria (12,1%), de Pedopsiquiatria (2,5%). Salienta-se ainda o aumento de 24,3% no total de "Outras sessões", designadamente de Terapêuticas de Suporte (31,0%), Neurologia (30,6%) e Reumatologia (27,0%).

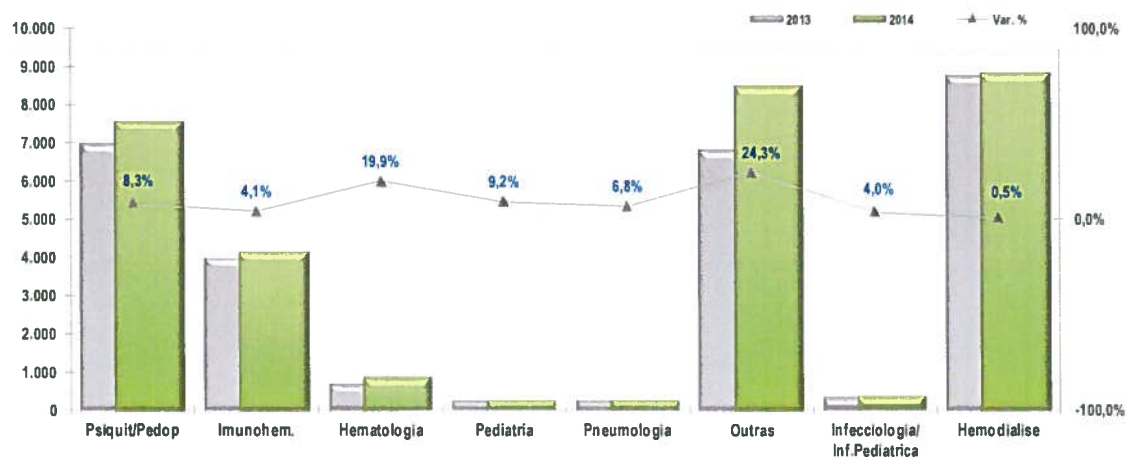
Verifica-se um acréscimo de 22,6% em relação às sessões de Infeciologia e um decréscimo de 40% na Infeciologia Pediátrica.

No que se refere à Hemodiálise, verificou-se um ligeiro crescimento (0,5%) passando para 8.839 sessões (equivalente a 2.806 semana/doente).

HOSPITAL DE DIA

	2013	2014	Δ%
Sessões	19.041	21.631	13,6%
Psiquiatria	4.248	4.762	12,1%
Pedopsiquiatria	2.747	2.817	2,5%
Imunohemoterapia	4.003	4.167	4,1%
Hematologia	723	867	19,9%
Pediatria	240	262	9,2%
Pneumologia	250	267	6,8%
Outras	6.830	8.489	24,3%
<i>Cardiologia e Espec Médicas</i>	1.216	1.517	24,8%
<i>Gastroenterologia</i>	936	945	1,0%
<i>Reumatologia</i>	440	559	27,0%
<i>Neurologia</i>	732	956	30,6%
<i>Terapêuticas Suporte</i>	3.394	4.446	31,0%
<i>Cardiologia Pediátrica</i>	82	1	-98,8%
<i>Cirurgia Geral</i>	18	56	211,1%
<i>Anestesia/Dor</i>	12	9	-25,0%
Infecciologia	248	304	22,6%
Infecciologia Pediátrica	105	63	-40,0%
Hemodiálise	8.792	8.839	0,5%

Movimento do Hospital de Dia



7.2.7. GDH's MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

A produção de 9.386 GDH's Médicos de Ambulatório representa face ao período homologado um decréscimo de 6,6%. Esta evolução é fundamentalmente derivada da alteração de critérios de codificação, no que respeita aos GDH's de Oncologia/Quimioterapia (-11,1%).

De referir ainda o aumento de produção de GDH's de outra atividade (17,2%), designadamente, Cardiologia, Urologia/Litotricia e Outros.

GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2013	2014	Δ%
TOTAL	10.044	9.386	-6,6%
Quimioterapia	8.441	7.507	-11,1%
Cardiologia	903	896	-0,8%
Urologia/Litotricia	339	600	77,0%
Outros	361	383	6,1%

7.2.8. MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica destacam-se os acréscimos verificados na Imuno hemoterapia-Testes laboratoriais (68,6%) e nas Técnicas Oftalmológicas (10,3%), Neurológicas (8,8%) e de Reumatologia (8,4%).

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Especialidades	2013	2014	Δ%
Imagiologia	304.203	300.116	-1,3%
RX	153.954	151.455	-1,6%
TAC	35.199	37.761	7,3%
Ressonância Magnética	8.845	8.093	-8,5%
Angiografia	1.418	1.158	-18,3%
Ecografia	37.068	35.915	-3,1%
Ecodopler	5.604	5.404	-3,6%
Mamografia	2.968	2.516	-15,2%
Outros	13.343	11.010	-17,5%
Suplementos	45.804	46.804	2,2%
Patologia Clínica	3.441.453	3.569.166	3,7%
Anatomia Patológica	31.194	33.284	6,7%
Imuno Hemoterapia			
Testes Laboratoriais	171.221	288.704	68,6%
Unidades transfundidas	12.772	13.307	4,2%
Medicina Física e Reabilitação	359.967	360.235	0,1%
Técnicas Gastroenterológicas	16.930	17.680	4,4%
Técnicas Pneumológicas	30.557	19.221	-37,1%
Técnicas Cardiológicas	71.986	68.041	-5,5%
Obstetrícia/Ginecologia	12.180	12.271	0,7%
Medicina Nuclear	3.550	3.421	-3,6%
Técnicas Neurológicas	2.117	2.304	8,8%
Técnicas Oftalmológicas	37.940	41.863	10,3%
Técnicas de ORL	12.232	10.684	-12,7%
Técnicas Urológicas	4.428	4.621	4,4%
Técnicas Reumatologia	2.209	2.395	8,4%
Técnicas de Dermatologia	4.642	4.562	-1,7%

7.3. DESEMPENHO ECONÓMICO FINANCEIRO

7.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

Os Proveitos Totais, no exercício de 2014, ascenderam a 206,5 milhões de euros, representando um decréscimo de 8,1 %.

Os Custos Totais verificados em 2014 ascenderam os 211,8 milhões de euros, registando uma variação homóloga de -5,2%.

SÍNTESE DE INDICADORES

(euros)			
SITUAÇÃO ECONÓMICA	2013	2014	Δ%
Proveitos Operacionais	216.794.595	199.932.211	-7,8%
Custos Operacionais	216.421.847	206.732.586	-4,5%
Resultados Operacionais	372.748	-6.800.376	-1924,4%
Resultado Líquido	1.079.305	-5.344.567	-595,2%

O montante dos Proveitos Operacionais influenciado pela substancial redução de verbas provenientes das Adendas ao Contrato Programa (-40,9%), registou um decréscimo de 7,8% face ao exercício anterior, ascendendo a 199,9 milhões de euros.

Influenciado pelo condicionalismo atrás referido, verificou-se uma evolução desfavorável no Resultado Operacional, passando de 0,4 milhões de euros positivos para 6,8 milhões de euros negativos. Embora esta evolução seja principalmente consequência das já referidas reduções atrás referidas, é de salientar o contínuo esforço no controlo e contenção de despesa, registando os Custos Operacionais em 2014 uma redução de 4,5%.

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos proveitos sintetiza-se no quadro seguinte:

PROVEITOS TOTAIS

(euros)			
Rubrica	2013	2014	Δ%
PROVEITOS			
Proveitos Operacionais	216.794.595	199.932.211	-7,8%
Prestação de Serviços	200.288.067	195.092.721	-2,6%
Outros Proveitos Operacionais	16.506.528	4.839.489	-70,7%
Proveitos e Ganhos Financeiros	338.422	431.345	27,5%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	7.527.139	6.148.763	-18,3%
TOTAL	224.660.156	206.512.319	-8,1%

O total de Proveitos atingiu 206,5 milhões de euros representando um decréscimo de 8,1%.

A Prestação de Serviços apresenta uma redução de 2,6%. Para além da substancial redução de verbas provenientes das Adendas ao Contrato Programa, em consequência da redução dos preços unitários verifica-se um decréscimo na faturação das linhas de produção do Contrato Programa 2014. Desta diminuição de preços ajustados ao novo ICM, resultou uma redução do preço unitário no Internamento Cirúrgico (-29,6% Cirúrgico Programado e Urgente) e nos GDH's Cirúrgicos de Ambulatório (-7,0%).

A evolução desfavorável dos Outros Proveitos Operacionais advém da alteração do critério do registo contabilístico em 2014 (conta 76 para 712).

Em consequência do aumento no montante de descontos obtidos, os Proveitos e Ganhos financeiros apresentaram um acréscimo de 27,5%. Por sua vez o decréscimo de 27,9% nos Proveitos e Ganhos extraordinários derivam, fundamentalmente, da redução da correção de faturação reportada a exercícios anteriores.

No que se refere à evolução dos custos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

CUSTOS TOTAIS

(euros)			
Rubrica	2013	2014	Δ%
CUSTOS TOTAIS			
Custos Operacionais	216.421.847	206.732.586	-4,5%
<i>Cash Costs</i>	208.321.713	199.361.367	-4,3%
Amortizações / Provisões	8.100.134	7.371.219	-9,0%
Custos e Perdas Financeiras	595.693	209.722	-64,8%
Custos e Perdas Extraordinárias	6.453.311	4.890.896	-24,2%
TOTAL	223.470.851	211.833.204	-5,2%

A continua implementação de diversas medidas no sentido de maiores níveis de eficiência continua a revelar uma evolução favorável nos Custos do CHLO. Os Custos Operacionais que totalizam 206,7 milhões de euros registaram um decréscimo de 4,5% face ao exercício anterior. Os "Cash Costs" também apresentam um decréscimo de 4,3% e os Custos Totais de 211,8 milhões de euros sofreram uma redução de 5,2% face a 2013.

A evolução dos Custos não desembolsáveis (Amortizações e Provisões) registam uma diminuição de 9,0% passaram de 8,1 milhões de euros para 7,4 milhões de euros.

A conjugação dos Proveitos e Custos conduz aos seguintes agregados de resultados:

RESULTADOS

(euros)			
	2013	2014	Δ%
Resultado Operacional	372.748	-6.800.376	-1924,4%
EBITDA	8.472.882	570.843	-93,3%
Resultados Financeiros	-257.271	221.623	186,1%
Resultados Extraordinários	1.073.828	1.257.867	17,1%
Resultado Líquido	1.079.305	-5.344.567	-595,2%

Apesar dos condicionalismos verificados no exercício de 2014, conforme já referido, o controlo e a contenção dos custos proporcionou um EBITDA na ordem 0,6 milhões de euros.

Análise dos principais agregados de custos:

CONSUMOS

Rubrica	(euros)		
	2013	2014	Δ%
Produtos Farmacêuticos	51.470.886	48.232.888	-6,3%
Material Consumo Clínico	24.468.660	23.192.723	-5,2%
Produtos Alimentares	29.490	28.672	-2,8%
Material Consumo Hoteleiro	434.704	345.180	-20,6%
Material Consumo Administrativo	352.041	346.126	-1,7%
Material Manutenção Conserv.	294.830	415.676	41,0%
TOTAL	77.050.612	72.561.266	-5,8%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu em 2014 a 72,6 milhões de euros e registou uma diminuição de 5,8% em relação a 2013.

Os Produtos Farmacêuticos e o Material de Consumo Clínico, os principais agregados do custo de materiais consumidos, representando 98,4%, apresentam um decréscimo de 6,3% e 5,2%, respetivamente.

CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Rubrica	(euros)		
	2013	2014	Δ%
Medicamentos	47.269.267	43.901.023	-7,1%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	4.172.009	4.293.085	2,9%
Outros Produtos Farmacêuticos	29.610	38.780	31,0%
TOTAL	51.470.886	48.232.888	-6,3%

As negociações bem sucedidas junto dos principais fornecedores e consequente concretização de descontos e rappel, proporcionaram uma evolução favorável no montante da despesa no consumo de Medicamentos que apresentaram um decréscimo na ordem dos 7,1% ascendendo a cerca de 43,9 milhões de euros.

CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2013	2014	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	418.540	417.158	-0,3%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	1.861.485	1.757.836	-5,6%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	11.001.853	10.303.416	-6,3%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	229.164	203.065	-11,4%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	377.985	363.793	-3,8%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	6.778.827	6.175.076	-8,9%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1.165.723	1.412.954	21,2%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	2.635.083	2.559.425	-2,9%
TOTAL	24.468.660	23.192.723	-5,2%

A já referida estratégia de prosseguimento das negociações junto dos fornecedores principais, designadamente de material de consignaço, bem como o esforço no sentido de minimizar o desperdício, proporcionou esta rubrica, que representa cerca de 32% do total dos consumos, uma diminuição de 5,2% face ao ano anterior.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)

Rubrica	2013	2014	Δ%
Subcontratos	7.195.021	5.888.659	-18,2%
Fornecimentos e Serviços	20.286.192	20.250.786	-0,2%
Fornecimentos e Serviços I	6.018.918	6.290.793	4,5%
Fornecimentos e Serviços II	1.705.492	883.334	-48,2%
Fornecimentos e Serviços III	12.477.883	12.979.689	4,0%
Outros Fornecimentos e Serviços	83.899	96.969	15,6%
TOTAL	27.481.213	26.139.445	-4,9%

Representando cerca de 12% dos Custos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registaram um decréscimo na ordem dos 5%, passando de 27,5 para 26,1 milhões de euros. Esta evolução é fundamentalmente o reflexo da redução dos Fornecimentos e Serviços II (48,2%) e dos Subcontratos (18,2%).

SUBCONTRATOS

(euros)

Rubrica	2013	2014	Δ%
Assistência ambulatoria	378.878	308.384	-18,6%
Meios Compl. Diagnóstico	1.437.769	1.310.354	-8,9%
Patologia Clinica	510.382	460.728	-9,7%
Anatomia Patológica	7.565	16.921	123,7%
Imagiologia	382.617	371.635	-2,9%
Radiologia Convencional	9.082	14.719	62,1%
TAC	199.818	167.150	-16,3%
Ecografias	20.219	21.743	7,5%
Ressonâncias Magnéticas	142.368	158.671	11,5%
Mamografia	1.289	2.641	104,8%
Angiografia	9.841	6.711	-31,8%
Cardiologia	88	0	-100,0%
Medicina Nuclear	165.101	141.477	-14,3%
Gastroenterologia	45.138	19.155	-57,6%
Pneumologia	5.627	6.451	14,6%
Outros	321.251	293.986	-8,5%
Meios Compl. Terapêutica	2.882.769	2.452.162	-14,9%
Medicina Fisica e Reabilitação	365	0	-100,0%
Cuidados Respiratorios Domiciliarios	184.551	54.871	-70,3%
Unidades Terapeuticas de Sangue	2.691.605	2.409.213	-10,5%
Outros	10.105	24.192	139,4%
Internamentos	1.077.246	807.865	-25,0%
Transporte Doentes	481.193	451.525	-6,2%
Assistência no estrangeiro	3.584	14.655	308,9%
Outr. trab. executados no exterior	933.581	543.714	-41,8%
TOTAL	7.195.021	5.888.659	-18,2%

Os Subcontratos apresentaram uma redução de 18,2%. Destacam-se os Meios Complementares de Diagnóstico requisitados ao exterior que apresentam uma diminuição de cerca de 9,0%, em função, fundamentalmente do menor recurso a exames de Patologia Clinica (-9,7%), de Imagiologia (-2,9%) e de Medicina Nuclear (-14,3%).

Os Meios Complementares de Terapêutica registaram também um decréscimo de 14,9%, tendo para o efeito contribuído as reduções na despesa com a Oxigenoterapia (-70%) e de Unidades terapêuticas de Sangue (-10,5%)

A diminuição do recurso ao Internamento exterior proporcionou um decréscimo de despesa, face ao período homólogo, de 25,0% nesta rubrica.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS I

(euros)			
Rubrica	2013	2014	Δ%
Electricidade	1.896.201	1.749.539	-7,7%
Combustíveis	2.654.534	3.066.542	15,5%
Viaturas	65.626	57.512	-12,4%
Outros	2.588.908	3.009.031	16,2%
Água	619.197	516.708	-16,6%
Ferramentas e Utensílios	7.105	0	-100,0%
Livros Document. Técnica	5.714	2.440	-57,3%
Rendas e Alugueres	836.166	955.564	14,3%
TOTAL	6.018.918	6.290.793	4,5%

O aumento de 4,5% registado nos Fornecimentos e Serviços I, deve-se, fundamentalmente, a um acréscimo no custo dos Combustíveis, designadamente de gás (cogeração) compensado pela redução no consumo de electricidade onde se verificou uma redução na ordem dos 8%.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS II

(euros)			
Rubrica	2013	2014	Δ%
Comunicação	323.578	255.014	-21,2%
Seguros	4.727	14.974	216,8%
Transp. de Mercadorias	72	40	-44,9%
Deslocações e Estadas	9.228	19.744	114,0%
Honorários	1.367.888	593.562	-56,6%
TOTAL	1.705.492	883.334	-48,2%

Nos Fornecimentos e Serviços II verifica-se uma evolução homóloga favorável de -48,2%. Neste agregado destacam-se as reduções de 56,6% nos custos com Honorários e de 21,2% na despesa com as comunicações.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS III

(euros)			
Rubrica	2013	2014	Δ%
Contencioso Notariado	52.762	51.860	-1,7%
Conserv. e Reparação	4.397.016	4.140.137	-5,8%
Public. e Propaganda	9.422	8.981	-4,7%
Limp., Higiene e Conforto	2.397.656	2.363.351	-1,4%
Vigilância e Segurança	942.895	861.715	-8,6%
Trab. Especializ. - Informática	72.813	172.179	136,5%
Trab. Especializ. - Alimentação	2.292.666	2.070.763	-9,7%
Trab. Especializ. - Lavandaria	585.073	545.989	-6,7%
Trab. Especializ. - Serv. Tecn. RH	1.149.853	2.179.095	89,5%
Outros Trab. Especializ.	577.727	585.618	1,4%
TOTAL	12.477.883	12.979.689	4,0%

Os Fornecimentos e Serviços III registam um acréscimo de 4,0%, passando de 12,5 para 13,0 milhões de euros. Para esta evolução contribuiu o acréscimo de 89,5% na rubrica de Serviços Técnicos de RH em contrapartida da redução, já anteriormente referida, na despesa com os Honorários.

DESPESAS COM PESSOAL

(euros)			
Rubrica	2013	2014	Δ%
Remunerações Órgãos Direcção	292.920	319.249	9,0%
Remunerações Base do Pessoal	61.199.316	58.390.170	-4,6%
Suplementos de Remunerações	12.754.970	11.524.359	-9,6%
Prestações Sociais Directas	93.603	88.767	-5,2%
Subsídios de Férias e Natal	10.647.015	10.176.550	-4,4%
Pensões	212.199	472.572	122,7%
Encargos sobre Remunerações	17.862.255	18.434.242	3,2%
Seguros e Acidentes de Trabalho	239.448	410.439	71,4%
Encargos Sociais Voluntários	134.726	112.265	-16,7%
Outros Custos com Pessoal	195.666	705.498	260,6%
TOTAL	103.632.117	100.634.110	-2,9%

As Despesas com o Pessoal que representam 47,5% dos Custos Totais tiveram uma redução de 2,9% face ao ano anterior.

Apesar de se ter verificado uma redução salarial em consequência das deduções legais ocorridas de Janeiro a Maio de 2014, a variação homóloga na rubrica Remunerações dos Órgãos Sociais é resultado da entrada de novo elemento na composição do Conselho de Administração.

Destaca-se a evolução favorável das rubricas de maior peso: Remunerações Base de Pessoal -4,6% e Suplementos de Remunerações -9,6%, realçando-se neste agregado as reduções do Trabalho Extraordinário em 10,5% (Horas Extraordinárias -8,1% e Prevenções -19,5%) e -7,0% em Noites e Suplementos.

ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

(euros)			
Rubrica	2013	2014	Δ%
1 - Ordenados e Salários (a)	61.492.236	58.709.419	-4,5%
2 - Horas Extraordinárias	4.457.184	4.094.646	-8,1%
3 - Prevenções	1.167.549	939.436	-19,5%
4 - Noites e Suplementos	2.864.223	2.664.140	-7,0%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	8.488.956	7.698.222	-9,3%
% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)	13,8%	13,1%	

(a) Inclui c/ 641- Remuneração dos órgãos directivos

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares ascenderam a 7,7 milhões de euros e registaram um decréscimo de 9,3 %, apresentando todas as rubricas uma redução face a 2013.

DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2013	2014	Δ%
1 - Ordenados e Salários	61.492.236	58.709.419	-4,5%
Médicos	23.894.486	23.663.146	-1,0%
Enfermeiros	19.776.684	18.314.124	-7,4%
Outro Pessoal ^(a)	17.821.066	16.732.150	-6,1%
2 - Horas Extraordinárias	4.457.184	4.094.646	-8,1%
Médicos	4.087.379	3.855.970	-5,7%
Enfermeiros	164.921	52.763	-68,0%
Outro Pessoal	204.884	185.914	-9,3%
3 - Prevenções	1.167.549	939.436	-19,5%
Médicos	703.128	551.455	-21,6%
Enfermeiros	273.655	231.026	-15,6%
Outro Pessoal	190.767	156.954	-17,7%
4 - Noites e Suplementos	2.864.223	2.664.140	-7,0%
Médicos	501.002	459.493	-8,3%
Enfermeiros	1.693.288	1.615.916	-4,6%
Outro Pessoal	669.933	588.731	-12,1%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	8.488.956	7.698.222	-9,3%
Médicos	5.291.508	4.866.918	-8,0%
Enfermeiros	2.131.864	1.899.706	-10,9%
Outro Pessoal	1.065.584	931.599	-12,6%
6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados			
Médicos	22,1%	20,6%	
Enfermeiros	10,8%	10,4%	
Outro Pessoal	6,0%	5,6%	

(a) Inclui c/ 641 - Remuneração dos órgãos directivos

Com maior peso nos custos com Horas Extraordinárias, o grupo profissional dos médicos auferiu cerca de 94% do seu valor total, tendo registado uma diminuição de 5,7% relativamente a 2013.

Nas Prevenções, em que o encargo gerado pelos médicos atinge 58,7% do total despendido com este tipo de remuneração, verificou-se uma redução de cerca de 22%.

A rubrica Noites e Suplementos regista um decréscimo de 7,0% em relação a 2013 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge cerca de 61% do total deste tipo de remuneração.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(euros)

Rubrica	2013	2014	Δ%
Actividade Hospitalar			
Prestações de Serviços			
Internamento	81.875.575	81.421.257	-0,6%
Consulta Externa	51.151.793	50.180.160	-1,9%
Urgência	15.634.966	14.535.162	-7,0%
Hospital de Dia	796.743	1.067.513	34,0%
Meios Complem. de Diag. e Terap.	5.566.165	5.437.120	-2,3%
Taxas Moderadoras	3.920.930	3.841.215	-2,0%
Outras Prestações de Serviços de Saúde			
Visitas domiciliárias	4.353	10.758	147,1%
GDH Ambulatório	16.319.744	15.199.866	-6,9%
GDH Cirúrgicos	11.209.090	10.276.796	-8,3%
GDH Médicos	5.110.654	4.923.070	-3,7%
Programas verticais	1.619.591	402.034	-75,2%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	92.312	491.855	432,8%
Outras Prestações de Serviços	12.360	8.740.997	70620,5%
Sub-total	176.994.532	181.327.936	2,4%
Incentivos Institucionais	8.227.022	8.777.569	6,7%
Adendas/Verba Convergência	15.066.513	4.987.217	-66,9%
TOTAL	200.288.067	195.092.721	-2,6%

O Total de Prestações de Serviços registou um decréscimo de 2,6% face ao ano anterior, ascendendo 195,1 milhões de euros.

O decréscimo de faturação verificado nas principais linhas da produção é, fundamentalmente, consequência da redução dos preços e o ajustamento ao novo ICM nas linhas de produção do Contrato Programa 2014. Os preços unitários sofreram uma diminuição 29,6% no Internamento Cirúrgico (programado e urgente), 7,0% nos GDHs cirúrgicos de ambulatório e 4% nas restantes linhas de ambulatório.

O Internamento, que representa cerca de 42% do total das Prestações de Serviço, regista uma redução de faturação de 0,6%. A Consulta Externa, com um peso de 26% no total das Prestações de Serviço, regista um decréscimo de 1,9%.

A Urgência, os GDH's de ambulatório e Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica também registaram um decréscimo de 7,0%, 6,9% e 2,3% respetivamente.

O Hospital de dia, influenciado principalmente pelo acréscimo de sessões de Imunohemoterapia ao abrigo do Contrato Programa, apresentou um acréscimo de 34,0% face ao período homólogo.

A valorização da produção associada ao Contrato Programa, ascende a 159,9 milhões de euros correspondendo a uma taxa de execução na ordem dos 99%.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2014 ascendeu a 184,2 milhões de euros, incluindo verbas de convergência e incentivos institucionais.

7.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

RUBRICAS DO BALANÇO

(euros)

	2013	2014	Δ%
Ativo Total Líquido	149.908.840	468.137.423	212,3%
Imobilizado Líquido	64.560.202	58.936.347	-8,7%
Ativo Circulante Líquido	85.348.638	409.201.076	379,4%
Existências Líquidas	6.690.603	6.709.105	0,3%
Créditos médio e longo prazo	5.854.333	5.701.614	-2,6%
Créditos curto prazo	36.543.489	322.565.512	782,7%
Disponibilidades	13.597.367	935.491	-93,1%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de proveitos	22.646.322	73.254.455	223,5%
Custos diferidos	16.523	34.899	111,2%
Fundos Próprios	31.860.267	24.516.571	-23,0%
Passivo	118.048.574	443.620.852	275,8%
Provisões	5.448.708	5.687.545	4,4%
Passivo de curto prazo	99.490.330	425.937.775	328,1%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de custos	16.333.716	15.694.962	-3,9%
Proveitos diferidos	2.224.528	1.988.115	-10,6%

O total do Ativo Líquido atingiu, em 2014, o montante de 468,1 milhões de euros, registando um aumento de 212,3% relativamente a 31 de Dezembro de 2013. Esta evolução é consequência do aumento significativo do Ativo Circulante Líquido (379,4%) relativamente ao período homólogo, ascendendo ao montante de 409,2 milhões de euros.

Este aumento deve-se ao fato de se ter procedido à regularização/faturação dos Contratos Programa ainda em aberto. Aguarda-se a respetiva validação pela ACSS.

Simultaneamente, este procedimento de regularização dos Contratos Programa reflete-se no Passivo (Adiantamento de Clientes) que atingiu, em 2014, o montante de 443,6 milhões de euros, registando um aumento de 275,8% relativamente a 31 de Dezembro de 2013.

As correções de exercícios anteriores registados em Resultados Transitados no montante aproximado a 2,03 milhões de euros, bem como os resultados negativos registados no exercício originaram uma variação desfavorável de 23% nos Fundos Próprios.

BALANÇOS COMPARADOS - ATIVO

(euros)

	2014		2013		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2014-2013
ATIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizado Incorpóreo Bruto	1.148.888,04	0,2%	1.148.888,04	0,8%	0,0%
Amortizações Acumuladas	1.148.888,04		1.148.888,04		0,0%
Imobilizado Incorpóreo Líquido	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Imobilizado Corpóreo Bruto	175.855.330,23	37,6%	179.573.506,39	119,8%	-2,1%
Imobilizado Corpóreo	173.860.492,68	37,1%	177.632.267,31	118,5%	-2,1%
Imobilizado em Curso corpóreo	1.994.837,55	0,4%	1.941.239,08	1,3%	2,8%
Amortizações Acumuladas	116.918.983,29		115.013.304,27		1,7%
Imobilizado Corpóreo Líquido	58.936.346,94	12,6%	64.560.202,12	43,1%	-8,7%
Total de imobilizado bruto	177.004.218,27	37,8%	180.722.394,43	120,6%	-2,1%
Total de Amortizações acumuladas	118.067.871,33		116.162.192,31		1,6%
Total de imobilizado Líquido	58.936.346,94	12,6%	64.560.202,12	43,1%	-8,7%
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas, subsid. e consumo	6.821.933,51	1,5%	6.949.227,41	4,6%	-1,8%
Provisões p/ depreciação de existências	112.828,46		258.624,53		-56,4%
Total das existências Líquidas	6.709.105,05	1,4%	6.690.602,88	4,5%	0,3%
CREDITOS A TERCEIROS - Médio e longo prazo	5.701.613,78	1,2%	5.854.333,34	3,9%	
CREDITOS A TERCEIROS - Curto prazo					
Clientes	307.415.318,67	65,7%	24.197.348,78	16,1%	1170,5%
Clientes e utentes cobrança duvidosa	5.901.804,04	1,3%	6.134.758,38	4,1%	-3,8%
Adiantamentos a fornecedores	211.134,31	0,0%	1.124.422,91	0,8%	-81,2%
Estado e outros entes públicos	508.861,77	0,1%	434.355,76	0,3%	17,2%
Outros devedores	14.430.197,73	3,1%	10.787.361,87	7,2%	33,8%
Provisões p/ Clientes Cob. Duvidosa	5.901.804,04		6.134.758,38		-3,8%
Total Créditos Curto Prazo	322.565.512,48	68,9%	36.543.489,32	24,4%	782,7%
Titulos Negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Contas no Tesouro	706.691,30	0,2%	12.694.160,00	8,5%	-94,4%
Depósitos em instituições financeiras	225.185,41	0,0%	899.247,44	0,6%	-75,0%
Caixa	3.614,24	0,0%	3.959,56	0,0%	-8,7%
Total de Disponibilidades	935.490,95	0,2%	13.597.367,00	9,1%	-93,1%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos	73.254.455,11	15,6%	22.646.322,20	15,1%	223,5%
Custos diferidos	34.899,12	0,0%	16.523,38	0,0%	111,2%
Total acréscimos e diferimentos	73.289.354,23	15,7%	22.662.845,58	15,1%	223,4%
TOTAL DO ATIVO	468.137.423,43	100,0%	149.908.840,24	100,0%	212,3%

BALANÇOS COMPARADOS - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

	2014		2013		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2014-2013
FUNDO PATRIMONIAL					
Fundo Patrimonial	126.860.000,00	27,1%	126.860.000,00	84,6%	0,0%
Reservas	45.723.138,16	9,8%	45.474.120,37	30,3%	0,5%
Resultados Transitados	-142.721.999,20	-30,5%	-141.553.158,86	-94,4%	0,8%
Resultado Líquido do Exercício	-5.344.567,47	-1,1%	1.079.305,23	0,7%	-595,2%
Total de Fundo Patrimonial	24.516.571,49	5,2%	31.860.266,74	21,3%	-23,0%
PASSIVO					
Dividas a Terceiros M/L Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Provisões para outros riscos e encargos	5.687.544,65	1,2%	5.448.707,78	3,6%	4,4%
Adiantamentos de clientes	340.889.212,55	72,8%	8.338.720,22	5,6%	3988,0%
Fornecedores c/c	65.378.729,66	14,0%	56.609.320,81	37,8%	15,5%
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	3.463.928,54	0,7%	1.465.947,51	1,0%	136,3%
Dividas a instituições de crédito	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Fornecedores de imobilizado c/c	428.361,59	0,1%	1.158.847,53	0,8%	-63,0%
Estado e outros entes públicos	3.486.821,37	0,7%	3.579.721,05	2,4%	-2,6%
Outros credores	6.603.177,01	1,4%	22.889.064,67	15,3%	-71,2%
Total de Débitos de curto prazo	420.250.230,72	89,8%	94.041.621,79	62,7%	346,9%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de custos	15.694.962,00	3,4%	16.333.715,92	10,9%	-3,9%
Proveitos diferidos	1.988.114,57	0,4%	2.224.528,01	1,5%	-10,6%
Total acréscimos e diferimentos	17.683.076,57	3,8%	18.558.243,93	12,4%	-4,7%
TOTAL PASSIVO	443.620.851,94	94,8%	118.048.573,50	78,7%	275,8%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	468.137.423,43	100,0%	149.908.840,24	100,0%	212,3%

APLICAÇÕES DE FUNDOS

ORIGENS DE FUNDOS

	2013	2014	Δ%		2013	2014	Δ%
				(euros)			
Ativo Fixo				Capital Próprio			
Imobilizado líquido	64.560.202	58.936.347	-8,7%	Fundo Patrimonial	31.860.267	24.516.571	-23,0%
Ativo Circulante	85.348.638	409.201.076	379,4%	Capital Alheio			
Existências	6.690.603	6.709.105	0,3%	Exigível de curto prazo	118.048.574	443.620.852	275,8%
Realizável	65.060.668	401.556.480	517,2%				
Disponível	13.597.367	935.491	-93,1%				
Total aplicações	149.908.840	468.137.423	212,3%	Total Origens	149.908.840	468.137.423	212,3%

Fruto de uma política de contenção de investimentos, traduzida numa mais rigorosa análise daquilo que, efetivamente, é imprescindível ao bom funcionamento do CHLO, o Ativo Imobilizado Líquido sofreu um decréscimo de 8,7%.

O Ativo Realizável apresenta um acréscimo significativo de 517,2% devido ao aumento dos créditos a receber a curto prazo, conforme já anteriormente referido.

O Ativo Disponível diminuiu em 93,1% resultante da diminuição das disponibilidades, como consequência de um decréscimo de valores cobrados e um aumento dos valores pagos.

O Exigível a Curto Prazo apresenta um acréscimo de 275,8%, resultante de ainda se aguardara validação da faturação pela ACSS, como já referido anteriormente.

RÁCIOS

	2013	2014
Rátios de Liquidez		
. Liquidez Geral	0,72	0,92
. Liquidez Reduzida	0,67	0,91
. Liquidez Imediata	0,12	0,00
Rátios de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento		
. Autonomia Financeira	0,21	0,05
. Solvabilidade	1,27	1,06
. Endividamento	0,79	0,95
Prazo Medio (dias)		
. Pagamento	219	227
Equilíbrio Financeiro		
. Fundo Maneio	-32.699.935	-34.419.775

Na análise aos rácios financeiros, é de realçar:

- ♦ O rácio de liquidez geral apresenta um acréscimo refletindo um aumento do ativo circulante sobre o passivo de curto prazo;
- ♦ A situação de tesouraria, embora apresente uma melhoria refletida no indicador de liquidez reduzida, revela que persistem problemas ao nível da capacidade do CHLO em solver os seus compromissos de curto prazo;
- ♦ A liquidez imediata apresenta um decréscimo face ao período homólogo e continua a revelar que os meios monetários disponíveis são insuficientes para liquidar o exigível de curto prazo;
- ♦ O rácio da autonomia financeira mostra que o capital próprio financiou 21% e 5% do ativo total em 2013 e 2014 respetivamente;
- ♦ A análise da solvabilidade revela que ainda existem ativos suficientes para liquidar o passivo exigível;
- ♦ O grau de endividamento evidencia que o passivo exigível representa 79% e 95% do total do ativo líquido em 2013 e 2014, respetivamente;
- ♦ O fundo de maneio indica que, em 2013 e em 2014 os capitais permanentes não foram suficientes para cobrir o imobilizado líquido.

7.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

(euros)

Designação	Orçamento (inicial) 2014	Real 2014	Taxa Execução (%)
CUSTOS	211.692.989	211.833.204	100,1%
CMVMC(Consumos)	73.295.848	72.561.266	99,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	26.016.921	26.139.445	100,5%
Custos c/ Pessoal	98.382.849	100.634.110	102,3%
Outros Custos Operacionais	8.401.678	7.397.765	88,1%
Custos Financeiros	595.693	209.722	35,2%
Custos Extraordinários	5.000.000	4.890.896	97,8%
Custos Operacionais Cash	197.853.390	199.361.367	100,8%
Custos Operacionais	206.097.296	206.732.586	100,3%
PROVEITOS	199.898.786	206.512.319	103,3%
Vendas/Prestação de Serviços	193.667.295	195.092.721	100,7%
Outros Proveitos Operacionais	4.531.490	4.839.489	106,8%
Proveitos Financeiros	200.000	431.345	215,7%
Proveitos Extraordinários	1.500.000	6.148.763	409,9%
RESULTADOS OPERACIONAIS	-7.898.510	-6.800.376	
EBITDA	345.396	570.843	
RESULTADO LIQUIDO	-11.794.203	-5.344.567	

O acentuado esforço no controlo e contenção de custos permitiu que, a nível orçamental, o montante total dos Custos em 2014 apresentasse uma taxa de execução de acordo com o previsto (100%).

Em termos de grande agregados os consumos apresentam uma taxa de execução na ordem dos 99% enquanto os Fornecimentos e Serviços Externos superaram ligeiramente o previsto em 0,5%.

As despesas com pessoal, influenciadas principalmente pelo custo previsto subestimado de encargos sobre remunerações e pela despesa não prevista ocorrida com o programa de rescisão por mutuo acordo, registou uma taxa de execução de 102,3%.

A realização dos Proveitos superaram em 3,3% os valores orçamentados. Para esta evolução destaca-se a contribuição das correções efetuadas na faturação dos exercícios anteriores.

7.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2014, na ordem de 1,3 milhões de euros, apresenta um decréscimo na ordem dos 54% em relação a 2013.

INVESTIMENTO

(euros)

	2013		2014		Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Imobilizado Corpóreo	1.158.086	41,4%	1.221.074	94,2%	5,4%
Edifícios e Outras construções	204.735	7,3%	427.180	32,9%	108,7%
Equipamento Básico	733.834	26,3%	545.405	42,1%	-25,7%
Médico-Cirúrgico	608.451	21,8%	240.206	18,5%	-60,5%
de Imagiologia	62.463	2,2%	80.734	6,2%	29,3%
de Laboratório	238	0,0%	49.441	3,8%	20672,7%
Mobiliário Hospitalar	5.829	0,2%	25.354	2,0%	335,0%
Desinfecção e esterilização	2.734	0,1%	22.725	1,8%	731,1%
de Hotelaria	37.661	1,3%	107.459	8,3%	185,3%
Outro	16.459	0,6%	19.485	1,5%	18,4%
Equipamento de transporte	55.725	2,0%	0	0,0%	-100,0%
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0	0,0%	0	0,0%	-
Equipamento Administrativo	4.793	0,2%	17.183	1,3%	258,5%
Equipamento Informático	159.000	5,7%	231.307	17,8%	45,5%
Taras e Vasilhame	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras	0	0,0%	0	0,0%	-
Imobilizado em Curso corpóreo	1.636.991	58,6%	75.672	5,8%	-95,4%
Imobilizado Incorpóreo	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas de instalação	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas investigação e desenvolvimento	0	0,0%	0	0,0%	-
TOTAL INVESTIMENTO	2.795.077	100,0%	1.296.747	100,0%	-53,6%

Realça-se o investimento de 0,6 milhões euros no equipamento básico, do qual se destaca equipamento médico-cirúrgico onde se investiu 0,2 milhões de euros. Na área de informática também se procedeu a um substancial aumento relativamente ao ano anterior (45,5%).

7.4. RECURSOS HUMANOS

No que respeita a políticas de Recursos Humanos, o ano de 2014 segue a mesma linha dos anteriores, dando continuidade às medidas de contenção da despesa com pessoal, por força da aplicação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro – LOE/14, com a introdução de novos cortes salariais nos trabalhadores da Administração Pública e a manutenção das restrições de admissão de novos recursos humanos.

Neste quadro, a LOE/14 previa a aplicação de cortes salariais a todos os trabalhadores com remunerações superiores a 675 euros, alargando o âmbito de aplicação dos cortes salariais anteriores. No entanto, esta medida vigorou apenas até Maio de 2014, dado que algumas normas foram declaradas inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional. Em Setembro de 2014, por imposição legal, voltaram a aplicar-se os cortes salariais previstos para o ano de 2011, abrangendo, apenas, trabalhadores com remunerações superiores a 1.500 euros.

Seguindo a mesma política de redução de efetivos, também em 2014, se concluiu o programa de rescisões por mútuo acordo na Administração Pública, através do qual, rescindiriam contrato 30 Assistentes Operacionais, com um custo total, em indemnizações, de 516.058,01 euros.

A aplicação destas medidas, ao longo do ano de 2014, resultou nos indicadores abaixo mencionados:

- a) Redução de 122 profissionais, cerca de 3,2%, face a 2013;
- b) Redução da despesa com pessoal na ordem dos 2,9%, onde se englobam todos os custos previstos na Conta 64.

7.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No final do Ano 2014, o CHLO tinha a exercer funções 3.741 trabalhadores, dos quais 969 são homens e 2.772 são mulheres, evidenciando-se uma predominância do sexo feminino (74,1%) em todos os grupos profissionais, com exceção do pessoal de Informática.

GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO

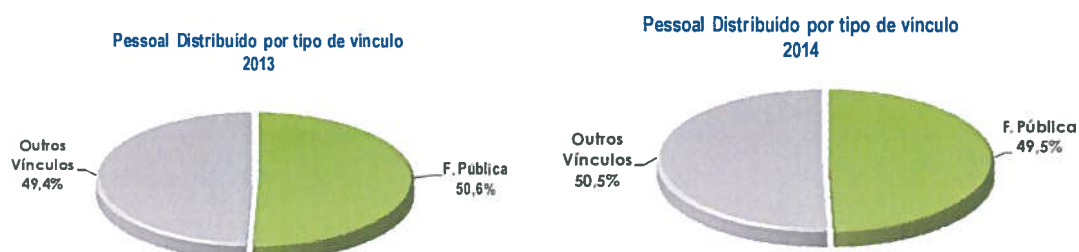
Grupos de Pessoal	2013				2014				Δ%			
	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total	F. Púb.	C. I. T.	P. S.	Total
Dirigente	14	10		24	13	9		22	-7%	-10%		-8,3%
Médico	371	200		571	345	217		562	-7%	9%		-1,6%
Internato Médico	296	0		296	305	0		305	3%			3,0%
Téc. Sup. Saúde	22	9		31	19	10		29	-14%	11%		-6,5%
Téc. Superior	18	60	2	80	18	61	1	80	0%	2%	-50%	0,0%
Enfermagem	503	700	28	1.231	484	678	45	1.207	-4%	-3%	61%	-1,9%
Informática	5	8		13	5	8		13	0%	0%		0,0%
Docente	1	1	1	3	1	1	1	3	0%	0%		0,0%
Téc. Diag. Terap.	182	113	21	316	181	111	22	314	-1%	-2%	5%	-0,6%
Assistente Técnico	118	295		413	108	284		392	-8%	-4%		-5,1%
Assistente Operacional	425	454		879	372	436	3	811	-12%	-4%		-7,7%
Religioso		3		3				0		-100%		-100,0%
Outro Pessoal		1	2	3		1	2	3	100%	100%		0,0%
TOTAL	1.955	1.854	54	3.863	1.851	1.816	74	3.741	-5%	-2%	37%	-3,2%

Obs: Não inclui médicos do Internato em estágio no CHLO

Pela análise do quadro, verifica-se que os grupos profissionais (sobretudo) responsáveis pela diminuição de efetivos são os Assistentes Operacionais (-68), os Enfermeiros (-24) e os Assistentes Técnicos (-21). Esta diminuição do número de efetivos tem exigido um maior esforço de alguns Serviços mais carenciados, nomeadamente, o Serviço de Urgência e alguns Serviços de Internamento Médico, na resposta ao acréscimo da actividade, designadamente em períodos de maior afluência, e às exigências de qualidade assistencial.

Para os restantes grupos profissionais, ou se manteve o mesmo número de efetivos face a 2013 ou apenas se verificaram decréscimos com menor expressão.

Tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efectivos situa-se nos grupos de pessoal de Enfermagem, Médico e Assistente Operacional, representando cerca de 77% do total de profissionais do CHLO.



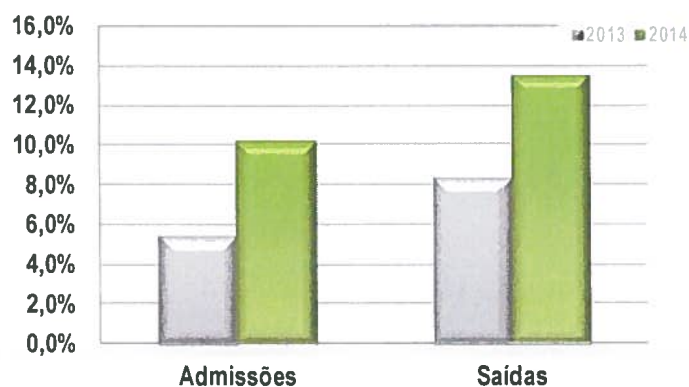
Quanto à natureza do vínculo, 1.851 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções pública (49,5%) do total de colaboradores, e 1.890 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente, contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual, correspondentes a 50,5% dos efetivos.

7.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2013	2014		2013	2014	
Dirigente		4		2	2	0,0%
Médico	204	233	14,2%	138	233	68,8%
Téc. Sup. Saúde	3	3	0,0%		1	0,0%
Téc. Superior	8	6	-25,0%	8	3	0,0%
Enfermagem	66	108	63,6%	8	84	950,0%
Informática		0	0,0%		0	0,0%
Docente		0	0,0%		0	0,0%
Téc. Diag. Terap.	20	15	-25,0%	1	13	1200,0%
Assistente Técnico	20	33	65,0%		12	
Assistente Operacional	39	103	164,1%	8	35	337,5%
Outro Pessoal		0	0,0%		0	0,0%
TOTAL GERAL	360	505	40,3%	165	383	132,1%
% Admissões				4,3%	10,2%	139,7%
% Saídas				9,3%	13,5%	44,9%



Analisando os dados referentes à mobilidade de pessoal, constatamos que o número de saídas é superior ao número de admissões, pelo que os efetivos vêm diminuindo (-122), seguindo a tendência de anos anteriores.

No que se refere às admissões, registou-se um acréscimo de 132%, relativamente a 2013, sendo que este facto se relaciona, sobretudo, com:

- ✓ Internos atribuídos ao CHLO no início de 2014 (inseridos no grupo de pessoal em formação pré-carreira), num total de 108;
- ✓ Admissão de trabalhadores, nos diversos Grupos Profissionais, em substituição das saídas ocorridas durante o ano de 2014, nomeadamente nos grupos profissionais Médico, Enfermagem e Assistentes Operacionais.

É importante referir que neste estudo se encontram, também, contabilizados os regressos de ausências superiores a seis meses, nomeadamente, Licenças de Maternidade, o que faz aumentar este valor face à realidade das admissões ocorridas em 2014 no CHLO.

Quanto às saídas verificou-se um aumento de 40% relativamente ao ano 2013, com um total de 505 saídas. Este aumento justifica-se, principalmente, pelos seguintes fatores:

- ✓ Aposentações (65);
- ✓ Aplicação do Programa de Rescisões na FP – saída de 30 Assistentes Operacionais;
- ✓ Elevado número de rescisões de contrato, principalmente, nos grupos profissionais de Enfermagem e Assistente Operacional.

7.4.3. ABSENTISMO

No ano de 2014, a taxa de absentismo apresenta um ligeiro aumento face ao ano de 2013, correspondente a um total de 71.825 dias de ausência.

A taxa de absentismo do CHLO em 2014 foi de 7,9%, o que corresponde a um aumento, dado que se verificaram mais 123 dias de ausência, com a existência de menos efetivos. O grupo de pessoal de Enfermagem, foi o que mais contribuiu para este evolução percentual, com uma taxa de absentismo de 33,2%, equivalente a 23.902 dias de ausência, seguido dos Médicos e Assistentes Operacionais, ambos com uma taxa de absentismo de 23,9%, com 17.230 e 17.173 dias de ausência, respetivamente.

Em 2014, o absentismo por doença representa cerca de 40% do total de faltas ao serviço, equivalente a 28.311 dias de ausência. A proteção na parentalidade é a segunda responsável, apresentando uma taxa

de absentismo de 33,5%, - 24.119 dias de ausência - claramente indicadora de uma população jovem, nomeadamente, no grupo profissional dos Enfermeiros.

A soma das ausências por doença e proteção na parentalidade corresponde a cerca de 73% do total de faltas em 2014 no CHLO.

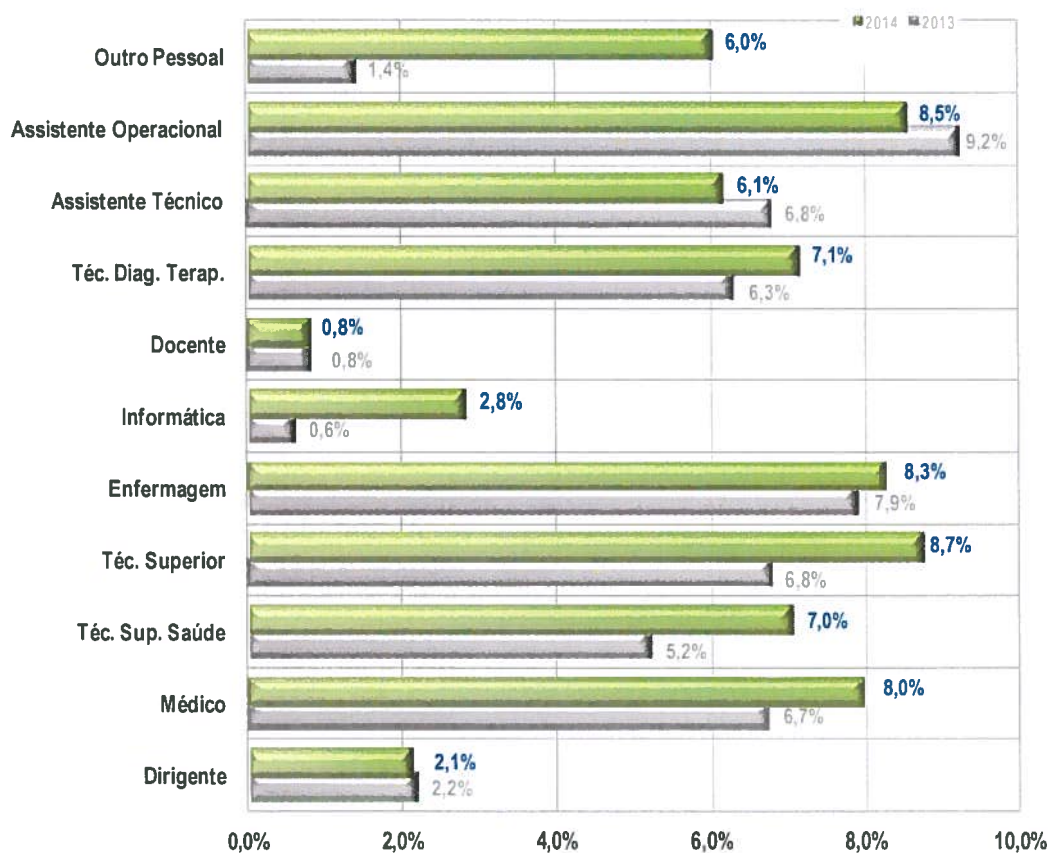
ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2013	2014	Δ%	2013	2014	Δ%
Dirigente	131	116	-11,5%	2,2%	2,1%	-3,4%
Médico	14.542	17.230	18,5%	6,7%	8,0%	18,5%
Téc. Sup. Saúde	403	509	26,3%	5,2%	7,0%	35,0%
Téc. Superior	1.315	1.718	30,6%	6,8%	8,7%	29,0%
Enfermagem	23.620	23.902	1,2%	7,9%	8,3%	4,8%
Informática	20	91	355,0%	0,6%	2,8%	355,0%
Docente	4	4	0,0%	0,8%	0,8%	0,0%
Téc. Diag. Terap.	4.615	5.188	12,4%	6,3%	7,1%	13,6%
Assistente Técnico	6.971	6.002	-13,9%	6,8%	6,1%	-9,3%
Assistente Operacional	20.190	17.173	-14,9%	9,2%	8,5%	-7,5%
Outro Pessoal	14	15	7,1%	1,4%	6,0%	328,6%
TOTAL	71.825	71.948	0,2%	7,6%	7,9%	4,1%

Taxa de Absentismo =

$N^{\circ} \text{ de Faltas} / (Dias \text{ de Trabalho} * N^{\circ} \text{ de Efectivos}) * 100$

Taxa de Absentismo 2013/2014



7.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Em termos de Estrutura Etária do CHLO em 2014, verifica-se que cerca 62% dos colaboradores têm menos de 45 anos. É na faixa etária entre os 30-34 anos que se situa o maior número de elementos, com 726 efetivos correspondentes a cerca de 19% dos efectivos.

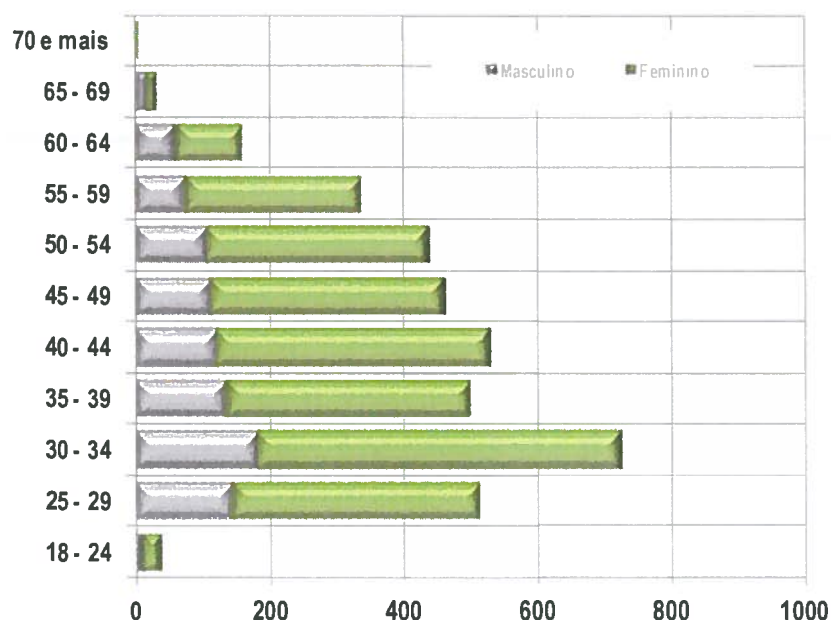
Em 2014, com idade superior a 59 anos, registam-se 195 colaboradores, cerca de 5% do total de profissionais, um valor muito aproximado ao registado em 2013.

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalaão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2013	2014	Δ%	2013	2014	Δ%	2013	2014	Δ%	2013	2014
18 - 24	11	10	-9,1%	16	28	75,0%	27	38	40,7%	0,7%	1,0%
25 - 29	172	144	-16,3%	486	368	-24,3%	658	512	-22,2%	17,0%	13,7%
30 - 34	186	182	-2,2%	510	544	6,7%	696	726	4,3%	18,0%	19,4%
35 - 39	127	134	5,5%	400	365	-8,8%	527	499	-5,3%	13,6%	13,3%
40 - 44	136	122	-10,3%	388	410	5,7%	524	532	1,5%	13,6%	14,2%
45 - 49	106	114	7,5%	367	348	-5,2%	473	462	-2,3%	12,2%	12,3%
50 - 54	105	106	1,0%	331	334	0,9%	436	440	0,9%	11,3%	11,8%
55 - 59	88	76	-13,6%	242	261	7,9%	330	337	2,1%	8,5%	9,0%
60 - 64	57	61	7,0%	103	98	-4,9%	160	159	-0,6%	4,1%	4,3%
65 - 69	17	18	5,9%	13	15	15,4%	30	33	10,0%	0,8%	0,9%
70 e mais	1	2	100,0%	1	1	0,0%	2	3		0,1%	0,1%
TOTAL	1.006	969	-3,7%	2.857	2.772	-3,0%	3.863	3.741	-3,2%	100,0%	100,0%

Resumindo, da análise da estrutura etária do CHLO, conclui-se que estamos perante um efetivo, maioritariamente, jovem.

Distribuição Etária por Sexo - 2014

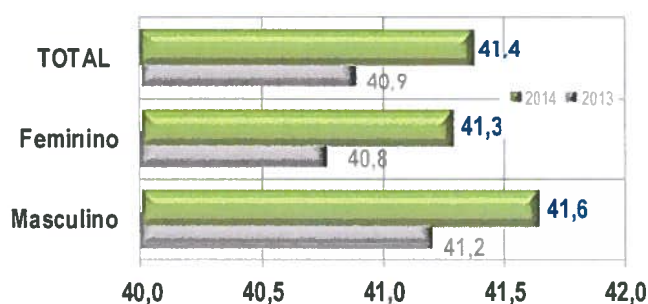


Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino, com 2.772 efetivos, correspondentes a 74% dos colaboradores do CHLO. O escalão etário com maior população feminina encontra-se entre os 30 – 34 anos, com 544 elementos.

IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2013	2014	Δ%
Masculino	41,2	41,6	1,1%
Feminino	40,8	41,3	1,3%
TOTAL	40,9	41,4	1,2%

No que se refere à idade média de idade dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 41,4 anos, com um aumento de 0,5 anos, relativamente a 2013.



Após esta análise, podemos verificar que todos os indicadores relacionados com a idade demonstram uma população do CHLO ligeiramente mais “envelhecida”; tal facto estará relacionado, por um lado, com o aumento da idade legal da reforma e, por outro, com as restrições impostas à admissão de pessoal.

7.4.5. FORMAÇÃO

No final do ano, o CHLO obteve a certificação para o Curso de Suporte Avançado de Vida (SAV), atribuída pelo Conselho Português de Ressuscitação (CPR). O CHLO é agora escola certificada pelo CPR para os cursos de Suporte Básico de Vida, Suporte Imediato de Vida e SAV, o que permite autonomia relativamente a instituições externas na formação em Reanimação com consequente redução de custos na formação certificada dos profissionais, melhoria da qualidade da formação promovida e maior facilidade de acesso.

	2013	2014	Δ%
N.º Acções	78	49	-37,2%
N.º Total Formandos	1.276	874	-31,5%
Volume Formação	11.502	9.266	-19,4%

Dos 874 participantes que durante este ano frequentaram ações promovidas pelo CHLO, 795 referem-se a formandos internos. De referir que, no ano anterior, dos 1.276 formandos referidos no quadro acima, 435 eram profissionais de outras instituições e 841 do CHLO, observando-se assim uma redução de 46 participações a nível interno.

	Adm. Hosp.	Médicos	Tec. Sup Saúde	Enferm.	Tec.Sup	TDT	Ass. Tec.	Ass. Op.	Outros	TOTAL
N.º Participantes CHLO	2	125	2	537	21	29	43	34	2	795
N.º Participantes Externos		12		42	15	2			8	79
TOTAL	2	137	2	579	36	31	43	34	10	874

O decréscimo da atividade desenvolvida, explica-se essencialmente pelas restrições financeiras e redução de pessoal em vários sectores. Esta quebra foi compensada em parte pela formação em serviço, que contou com 4.776 participantes em 481 sessões realizadas (sessões de curta duração). Ficou assim assegurada a formação contínua de um número muito significativo de profissionais no que se refere a necessidades específicas e particulares dos serviços, mantendo o foco na melhoria da qualidade assistencial.

Ao nível da formação transversal o CHLO beneficiou da colaboração de centros de formação externos que em parceria com o IEFP e usufruindo de financiamento através do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), permitiu o acesso de alguns profissionais a diversos cursos na modalidade de Formação Modular (Unidades de Formação de Curta Duração) que assim tiveram durante este ano oportunidade de desenvolver competências em diversos domínios como as Tecnologias de Informação e Comunicação, formação comportamental, etc..

7.4.5.1 FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

Em 2014, o CHLO manteve a participação no ensino pré-graduado, com base em protocolo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas com as quais estabeleceu igualmente protocolo.

7.4.5.2. FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

A formação de médicos é um importante contributo para a evolução técnica e sustentabilidade científica dos serviços de saúde.

Neste âmbito, o CHLO assegurou, em 2014, a continuação dos Internatos Médicos de Especialização e do Ano Comum, colaborou também na formação de internos de outras instituições do SNS, das Forças Armadas e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

7.4.5.3. FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

O grupo de enfermagem continua a ser o grupo profissional com maior representatividade na formação, constituindo 67% do total de profissionais internos abrangidos em 2014 pela formação promovida pelo CHLO (537 enfermeiros em 793 participantes).

As áreas onde registamos maior participação representam 58% dos enfermeiros do CHLO que fizeram formação neste ano e continua a ser a Reanimação (formação em Suporte Básico e Suporte Imediato de Vida) que abrangeu 117 enfermeiros, o Sistema de Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem, 49, a Triagem de Manchester, 91 e os Padrões de Qualidade, com 66 enfermeiros.

Os restantes enfermeiros distribuíram-se por formação em diferentes áreas temáticas, como a Prevenção e Controlo de Infecção Associada a Cuidados de Saúde, a Diabetes, os Cuidados Paliativos, Hemovigilância e Reabilitação Funcional Respiratória, entre outras.

7.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

De maneira a permitir responder com maior eficácia à cada vez maior utilização de aplicações clínicas por parte dos utilizadores internos, foi efetuado o reforço de computadores pessoais, principalmente a nível das consultas do CHLO. Adicionalmente, em grande parte do CHLO, a par da instalação de novos equipamentos, foi realizada a migração dos sistemas operativos dos computadores de Windows XP para Windows 7.

De forma a permitir uma mais rápida disponibilização de exames em todos os locais do CHLO, foi efetuado um esforço significativo de ligação de equipamentos de exames clínicos à rede informática, bem como o reforço da capacidade de armazenamento de dados, principalmente em termos de imagem médica.

O SSTI posicionou-se como um interlocutor para disponibilizar formação e/ou apoio a serviços que iniciaram a utilização dos sistemas clínicos, tendo para tal efetuado sessões de esclarecimento e/ou formação.

Iniciou-se, ainda em 2014, a utilização de uma aplicação de suporte à atividade da UCIP do HSFX, permitindo o registo automático de dados, de equipamentos de monitorização, de doentes internados nessa unidade e a sua ligação ao respetivo processo clínico eletrónico.

Por último é de referir que a política de virtualização de equipamentos no centro de dados prosseguiu, permitindo terminar o ano de 2014 com a maioria dos servidores virtualizados, o que possibilita economias, tanto na manutenção de equipamentos como em consumo de energia.

7.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

No Ano de 2014 deram entrada 27 ensaios clínicos e 9 Adendas. Foram autorizados 21, dos quais 4 do ano anterior.

Destacaram-se as seguintes atividades:

- Continuação dos ensaios em curso e início de novos estudos autorizados pelo CA;
- Apresentação de trabalhos científicos em reuniões nacionais e internacionais;
- Publicação de artigos científicos em revistas conceituadas das várias especialidades;
- Cursos de pós graduação;
- Consultoria científica na área da Estatística, com apoio de um consultor nesta área.
- Contrato com a Revista British Medical Journal Case Reports para publicação de trabalhos científicos.
- Realização do 1º Encontro Científico do CHLO, realizado no HEM, com a apresentação de um caso do HSFX e discussão a cargo do HSC.
- Curso de Formação em Investigação Clínica e Publicação Científica.

7.7. COMISSÃO DE HUMANIZAÇÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A operacionalização das atividades atribuídas à Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços é assegurada no CHLO pelo Departamento de Qualidade.

Durante o ano 2014 destacaram-se as seguintes atividades:

- Divulgação das Normas de Orientação Clínica (NOC);
- Nomeação do Programa Nacional Prevenção e Controlo de Infecção e de Resistência Antimicrobianos (PPCIRA);
- Desenvolvimento em curso do Plano de Assistência Integrada (PAI) da diabetes;
- Monitorização das Infecções associadas aos cuidados de saúde;

- Participação no Programa Sistema Nacional de Avaliação em Saúde (SINAS) (alguns serviços);
- Auditorias Internas:
 - Auditoria a normas emanadas pelo PPCIRA;
 - Auditoria Interna à validação terapêutica no Hospital de Dia de Oncologia;
 - Auditoria Interna à performance da Comunicação/Informação ao Doente e/ou seu Familiar na preparação da alta;
 - Auditoria interna à Unidade de Colheitas e Transplante do Serviço de Oftalmologia;
 - Auditoria interna aos Serviços Farmacêuticos do Hospital de Beja;

7.8. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2014, salientam-se as seguintes atividades:

- Foram emitidos 91 pareceres, dos quais, 82 submetidos a apreciação: 53 registos observacionais/projetos de investigação clínica, 15 estudos conducentes a provas académicas, 12 adendas/emendas a estudos aprovados anteriormente e 2 estudos que não tiveram parecer final e que aguardam esclarecimentos solicitados ao Investigador Principal;
- Apreciaram-se 868 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do Formulário Hospitalar Nacional de Medicamentos (FHNM) ou cuja aplicação não está ainda aprovada pelo INFARMED;
- Participação no workshop "Ensaio Clínicos: Que Desafios para os Enfermeiros?", apresentando o tema: Ensaio Clínicos em ambiente hospitalar: perspetiva ética, bioética e legal. Organizado pelo CHLO em colaboração com a Escola Superior de Saúde Cruz Vermelha Portuguesa;
- Revisão e atualização das Normas de Submissão de Estudos à Comissão de Ética para a Saúde (CES) do CHLO.

7.9. GRUPO DE COORDENAÇÃO LOCAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DE INFEÇÃO E RESISTÊNCIAS AOS ANTIMICROBIANOS (GCL-PPCIRA)

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, o GCL-PPCIRA realizou diversas atividades ao longo de 2014, das quais destaca-se:

Vigilância Epidemiológica

- Vigilância epidemiológica de incidência da infeção associada aos cuidados de saúde: infeção nosocomial e microrganismos epidemiologicamente significativos;

- Atualização da parametrização do sistema vigilância epidemiológica VigiGuard de acordo com as necessidades e baseada em orientações nacionais e internacionais;
- Vigilância epidemiológica da infeção do local cirúrgico e da infeção em UCI – Hospital in Europe Link for Infection Control through Surveillance (HELICS) - Programa de Prevenção e Controlo de Infeção e Resistência aos antimicrobianos (PPCIRA);
- Vigilância epidemiológica na UCI Neonatal - (PPCIRA);
- Vigilância epidemiológica da infeção nosocomial da corrente sanguínea - (PPCIRA);
- Vigilância epidemiológica de prevalência – *Global Prevalence Study on Infections in Urology (GPIU-study)- European Section on Infections in Urology (ESIU) and the UTI Commission of the International Society for Chemotherapy (ISC) of Infection and Cancer*;
- Vigilância epidemiológica de prevalência – *Global Prevalence Study on Infections in Prostate Biopsy (GPIU Prostate Biopsy Side Study)- European Section on Infections in Urology (ESIU) and the UTI Commission of the International Society for Chemotherapy (ISC) of Infection and Cancer*.
- Apresentação de resultados da vigilância epidemiológica realizada.
- Apresentação de resultados à Auditoria à Duração da Terapêutica Antibiótica, de acordo com a Norma Clínica N°006/2014
- Inquérito de Prevalência à utilização de carbapenemes, fluoroquinolonas e cefalosporinas de 3ª geração, através do modelo de auditoria desenvolvido pelo GCL-PPCIRA.

Investigação

- “Infeção do tracto urinário com e sem cateter vesical no HSFX: agentes etiológicos e adequação da terapêutica empírica”.

Formação / Acompanhamento Clínico

- Organização, coordenação e participação em ações de formação interna, em colaboração com Departamento de Formação do CHLO (Plano anual de Formação),
- Colaboração em estágios da especialidade médica e com instituições de cursos de ensino pós-graduado, nomeadamente, Escolas Superiores de Enfermagem;
- Elaboração e implementação, com os serviços envolvidos, do Plano de Contingência para a doença por Vírus Ébola;
- Orientação das práticas clínicas;
- Continuação da elaboração ou atualização de recomendações e normas para o manual de prevenção e controlo de infeção do CHLO;
- Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção.

- Participação, como oradores convidados:
 - Comemoração promovida pelo DGS aquando do Dia do Antibiótico, Lisboa, 18 de Outubro;
- Moderação dos debates no Simpósio sobre infecção a *Staphylococcus aureus*, Lisboa 29 de Outubro

Auditoria de estrutura, processo e resultado

- Campanha das Precauções Básicas em Controlo de Infecção (PBCI) – Direcção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde;
- Auditorias internas a indicadores de estrutura e processo.

Colaboração em atividades de gestão de materiais e equipamentos

- Júri de concursos de escolha de material e consumo clínico.

7.10. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social, integrado no universo dos Serviços de Apoio à Ação Médica, tem uma intervenção vocacionada para problemas sociais de exclusão, desfiliação e vulnerabilização social que, mediante práticas profissionais de mediação e de *empowerment*, procura potencializar a cidadania do indivíduo e a sua integração social, na promoção do bem-estar e dignidade do ser humano.

Durante o ano de 2014, a deterioração progressiva das condições de vida da população utente (doentes e famílias) e a maior dificuldade de resposta institucional no sector social, originou um grande número de situações diagnosticadas como de risco e de perigo em termos de segurança da pessoa.

A recusa da alta hospitalar e a sinalização de situações ao Ministério Público (processos de interdição e de violência doméstica), são realidades que têm vindo a emergir com gradual significado e que originam um maior número de casos complexos com inerente aumento de dias de protelamento de alta clínica, redução das triagens de avaliação.

O trabalho com a RNCCI (Rede Nacional de Cuidados Continuados), embora com uma quebra de 22 sinalizações, foi mantido o mesmo nível de colaboração nas EGAS (Equipa de Gestão de Alta na Saúde), para organização e gestão destas, bem como na tramitação de processos de doentes neste âmbito, cujas metas de qualidade têm sido atingidas.

Foram ainda desenvolvidas atividades nas seguintes áreas:

- Participação no Núcleo Hospitalar de Apoio à Criança e Jovem em Risco, em funções de delegadas de coordenação;

- Manutenção do trabalho de parceria na esfera da Rede Social da Freguesia de Belém, de acordo com o diploma DL nº115/2006 de 14 de junho, na área do isolamento social: grupo transporte solidário e grupo de acesso à saúde;
- Colaboração na articulação com a Unidade da Costa do Sol, na vertente materno infantil / ligação do Centro Hospitalar Ocidental com o ACES Oeiras e Lisboa Ocidental, entidades entre as quais foi firmado um protocolo no qual participa o Serviço Social;
- Formação interna e externa e preleções em sessões públicas relacionadas com a área de intervenção do Serviço.

RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL

Triagem	Actos Sociais			Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saldos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Acto Social Isolado	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
10.005	6.770	5.103	895	1.054	10.005	27.221	123	0,5%

8 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2014

Janeiro

- ♦ **4º Simpósio de Tromboembolismo do CHLO**, organizado pela Comissão de Vigilância e Profilaxia do Tromboembolismo Venoso, realizou-se no dia 24 de Janeiro, no Museu do Oriente.



Fevereiro

- ♦ **XVI Simpósio de Atualização em Nefrologia**, dedicado ao tema "Abordagens Nefro/Cardiológicas", organizado pelo Serviço de Nefrologia, realizou-se no dia 15 de Fevereiro, no Parque das Nações.



Março

- ♦ **XIII Jornadas de Endocrinologia do Hospital de Egas Moniz**, organizadas pelo Serviço de Endocrinologia, decorreram nos dias 20 e 21 de Março, no auditório da Fundação Champallimaud.



- ♦ **Enfermeiros do Serviço de Urgência Geral premiados no I Congresso Internacional "A pessoa em situação crítica"**, com a apresentação de uma comunicação livre sobre "Autonomia do enfermeiro na mobilização da pessoa vítima de trauma". O congresso decorreu nos dias 6 e 7 de Março, organizado pela Escola Superior de Enfermagem da Universidade do Minho.



Abril

- ♦ **Atribuição de Medalha de Ouro pelo Ministério da Saúde ao Dr. Kamal Mansinho.** No Dia Mundial da Saúde, comemorado a 7 de Abril, o Dr. Kamal Mansinho, Diretor do Serviço de Doenças Infecciosas do CHLO, foi distinguido, com a atribuição de uma Medalha de Ouro pelo Ministério da Saúde.



- ♦ **Rastreio da Voz 2014,** decorreu de 14 a 16 de abril no Hospital de Egas Moniz, organizado pelo Serviço de Otorrinolaringologia. Foram triados 145 utentes



- ♦ **Workshop “Lenços da solidariedade”,** decorreu em Abril no Hospital de São Francisco Xavier, organizado pela Associação “Unidas para Vencer”.



- ♦ **Enfermeiros do Bloco Operatório II premiados no I Congresso Perioperatório do Centro Hospitalar Barreiro Montijo,** com a apresentação de uma comunicação livre intitulada “Uma aventura no bloco operatório”. O congresso decorreu nos dias 3 e 4 de Abril.

- ♦ **11ª Reunião Pediátrica do Hospital de São Francisco Xavier,** organizada pela Associação Pediátrica do Hospital de São Francisco Xavier, subordinada ao tema “Muito Baixo Peso ao Nascer. Que futuro?”, realizou-se nos dias 4 e 5 de Abril, no auditório da Faculdade de Ciências Médicas.



Maio

- ♦ **Música ao vivo no Hospital de São Francisco Xavier**, durante os meses de maio e junho, o hospital passou a ter concertos semanais no edifício 2. Esta iniciativa foi organizada pelo Dr. Luís Campos, com a colaboração do Conservatório Nacional de Música



- ♦ **Fórum: Qualidade de vida no doente oncológico. A importância da Espiritualidade/religiosidade.** Uma iniciativa da Associação "Unidas para Vencer", realizou-se no dia 8 de Maio, no Hospital de São Francisco Xavier.



- ♦ **CHLO parceiro na 1ª Corrida Saúde + Solidária**, organizada pela Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa. 10% do valor das inscrições angariadas reverteu a favor da Associação "Os Francisquinhos". Esta iniciativa pretendeu reunir instituições de saúde e instituições de solidariedade social num evento de referência no panorama nacional.



- ♦ **I Jornadas do Serviço de Oftalmologia**, realizaram-se nos dias 16 e 17 Maio, no Museu do Oriente, organizadas pelo Serviço de Oftalmologia, subordinadas ao tema "Interface-vitreoretiniana".



- ♦ **VII Jornadas da Dor do Hospital de Egas Moniz**, realizaram-se no dia 26 de Maio, organizadas pela Unidade de Terapia da Dor.

- ♦ **Curso prático de Acessos Vasculares Ecoguiados**, decorreu no dia 31 de Maio, no Hospital de Egas Moniz, organizado pela Unidade de Cuidados Intensivos desta unidade hospitalar



Junho

- ♦ **Inauguração do Jardim da Bia**, uma iniciativa da Liga dos Amigos do Hospital de São Francisco Xavier, em homenagem à Fundadora da Operação Nariz Vermelho. O Jardim da Bia foi inaugurado a 1 de Junho. Estiveram presentes representantes de várias entidades que contribuíram para a sua construção. Neste espaço encontra-se a Loja Solidária e um pequeno bar, cujos lucros revertem a favor da Liga dos Amigos.



- ♦ **Certificação do Serviço de Diálise**, serviço certificado de 30/06/2014 a 29/06/2017, pela Prestação de Serviços de Diálise Peritoneal no Hospital de Santa Cruz.



Julho

- ♦ **Inauguração do Hospital das Artes**

Com o notável conjunto de azulejaria contemporânea do Hospital de São Francisco Xavier e o espólio artístico reunido, por ocasião de várias iniciativas, foi criado o Hospital das Artes/Hospital de São Francisco Xavier, como forma simbólica de sensibilizar a sociedade para a importância da Arte na humanização dos hospitais. A inauguração decorreu no dia 1 de Julho, com a presença do Senhor Ministro da Saúde.



- ♦ **Doação de cadeiras de rodas ao Serviço de Urgência**

A entrega decorreu no dia 4 de Julho, com a presença de um representante da Fundação Mota-Engil e do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. Esta foi uma iniciativa da Liga dos Amigos do Hospital de São Francisco Xavier.



Setembro

♦ **Comemorações do 35º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde no Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental:**

Concerto do grupo DIXIE GANG – Jazz tradicional de New Orleans, decorreu no dia 16 de Setembro, no Hospital de São Francisco Xavier;

Exposição de Serigrafias doadas pela Fundação Millennium BCP ao Hospital das Artes/Hospital de São Francisco Xavier, inaugurada no dia 22 de Setembro;

Apresentação de trabalhos de Investigação Clínica por Investigadores do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.



Outubro

♦ **5ªs Jornadas de Medicina Interna do Hospital de Egas Moniz.**

Decorreram de 3 a 4 de Outubro, em Oeiras, tendo como principal objetivo a participação dos Especialistas e Internos de Medicina Interna, bem como de outras especialidades hospitalares e de Medicina Geral e Familiar dos Centros de Saúde, da área de influência do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. Teve lugar no dia 30 de Setembro, no auditório do Hospital de Egas Moniz.



♦ **Caminhada para assinalar o Dia Mundial da Saúde Mental.** No dia 10 de Outubro, o Serviço de Psiquiatria de Adultos organizou uma Caminhada, no Estádio Nacional do Jamor.



♦ **27ª Jornadas de Cardiologia do Hospital de Egas Moniz,** realizaram-se no Hotel Vial Galé, Alcântara, a 17 de Outubro.



♦ **Atividades alusivas ao Dia Nacional da Prevenção Contra o Cancro da Mama, organizadas pela Associação “Unidas para Vencer”, de 20 a 31 de Outubro:**

Exposição “No Seio da Arte”, com vários artistas convidados a exporem as suas obras de pintura e fotografia;

Sessão de esclarecimento com a presença da Dra. Maria Fátima Campos Ferreira, como moderadora, e a atriz Sofia Alves.



Novembro

♦ **Médicos do Serviço de Dermatologia premiados no 14º Congresso Nacional de Dermatologia e Venereologia.** A Dra. Maria Goreti Catorze e o Dr. João Teles e Sousa foram contemplados com o prémio “Dermatologist from the heart” pela Fundação La Roche Posay, com o objectivo de apoiar projetos de solidariedade e intervenção médica na sociedade civil.



Dezembro

♦ **Comemorações dos 25 Anos de Voluntariado.** Decorreram no dia 2 de Dezembro, organizadas pela Liga dos Amigos do Hospital de Egas Moniz, para assinalar os 25 anos de existência do voluntariado.



♦ **Sessão Clínica “Estratégias de minimização transfusional”** Sessão promovida pelo Departamento da Qualidade, realizou-se no dia 09/12/2014 e teve como preletor o Dr. António Robalo Nunes, Imuno-hemoterapeuta do Centro Hospitalar de Lisboa Norte e Presidente do Anemia Working Group Portugal.



9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus administradores, nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos, o Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 36/2013 de 31 de Dezembro, nomeou, para um mandato de três anos, sob proposta dos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, Maria João Reis Solva Soares Pais, Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva, Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira, Rita Perez Fernandez da Silva (Diretora Clínica) e Fernanda Maria Rosa (Enfermeira Diretora), respetivamente para os cargos de Presidente e de Vogais Executivos do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. A presente resolução reporta os seus efeitos ao dia 1 de Janeiro de 2014.

Nos termos do despacho n.º 3016-B/2015, de 23 de Março, dos Gabinetes da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, para fazer face ao pagamento de uma dívida do Somos Compras, ACE, do qual o CHLO é um dos agrupados, o capital estatutário dos CHLO deverá ser aumentado em 2015 em 6.433.333 euros, com recebimento em numerário.

Em consequência, foram revogados os anteriores despachos n.ºs 814/2013, de 20 de Dezembro e n.º 31/2015, de 25 de Fevereiro e se determina a devolução do adiantamento mandado efectuar pelo despacho n.º 814 de 20 de Dezembro.

O CHLO aguarda as orientações da ACSS para efectuar a transferência do montante em apreço em cumprimento do disposto na alínea b) do Despacho do SES, n.º 36/2015, de 25 de Março.

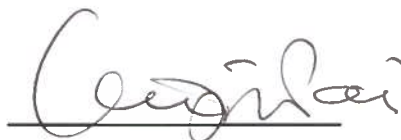
Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício, que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de Dezembro de 2014.

10 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o previsto nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e tendo em consideração a exigência prevista no n.º 2 do artigo 23º dos Estatutos publicados em Anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE, vem propor que o resultado apurado no exercício de 2014, no montante de 5.344.567,47 euros negativos seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

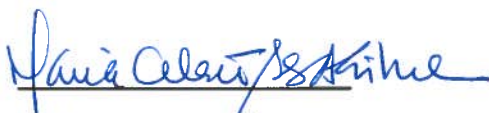
Lisboa, 29 de Abril de 2015

O Conselho de Administração



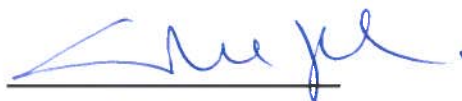
Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

(Presidente)



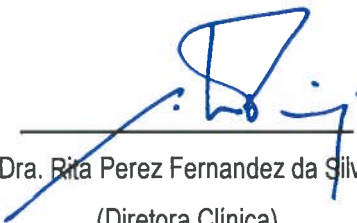
Dra. Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

(Vogal)



Dr. Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira

(Vogal)



Dra. Rita Perez Fernandez da Silva

(Diretora Clínica)



Enf. Fernanda Maria da Rosa

(Enfermeira Diretora)

11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

	2014			(euros)
	Activo Bruto	Amort. / Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
ATIVO				
IMOBILIZADO				
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de instalação	541.854,87	541.854,87	0,00	0,00
Despesas investigação e desenvolvimento/outras	607.033,17	607.033,17	0,00	0,00
Imobilizaç. em curso de imob. incorpóreas				
Adiantamentos por conta imob. incorpóreas				
Outras				
Total das imobilizações incorpóreas	1.148.888,04	1.148.888,04	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	95.567.586,78	44.261.922,80	51.305.663,98	54.958.191,81
Equipamento básico	58.135.969,11	53.418.013,03	4.717.956,08	6.438.814,79
Equipamento de transporte	2.276.179,34	2.036.221,56	239.957,78	312.583,99
Ferramentas e utensílios	601.482,64	601.482,64	0,00	178,80
Equipamento administrativo e informático	17.118.075,26	16.457.519,61	660.555,65	878.197,62
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	161.199,55	143.823,65	17.375,90	30.996,03
Imobilizaç. em curso de imobil. corpóreas	1.994.837,55		1.994.837,55	1.941.239,08
Adiantament por conta de imob. corpóreas				
Total das imobilizações corpóreas	175.855.330,23	116.918.983,29	58.936.346,94	64.560.202,12
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0		0,00	0,00
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
Matérias-primas, subsid. e consumo	6.821.933,51	112.828,46	6.709.105,05	6.690.602,88
Sub-produtos, desperd. resid. e refugos				
Produtos acabados intermédios				
Mercadorias				
Adiantament por conta de compras				
Total das existências	6.821.933,51	112.828,46	6.709.105,05	6.690.602,88
DIVIDAS DE TERCEIROS - Medio e longo prazo	5.701.613,78	0,00	5.701.613,78	5.854.333,34
DIVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo				
Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
Clientes c/c	970.467,74		970.467,74	518.663,66
Utentes c/c	699.427,21		699.427,21	690.198,89
Instituições do Estado	305.745.423,72		305.745.423,72	22.988.486,23
Clientes e utentes cobrança duvidosa	5.901.804,04	5.901.804,04	0,00	0,00
Devedores por execução do orçamento				
Adiantamentos a fornecedores	211.134,31		211.134,31	1.124.422,91
Adiantamentos a fornec. imobilizado				
Estado e outros entes públicos	508.861,77		508.861,77	434.355,76
Outros devedores	14.430.197,73		14.430.197,73	10.787.361,87
Total dividas de terceiros	328.467.316,52	5.901.804,04	322.565.512,48	36.543.489,32
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00	0,00
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / CAIXA				
Contas no tesouro	706.691,30		706.691,30	12.694.160,00
Depósitos em instituições financeiras	225.185,41		225.185,41	899.247,44
Caixa	3.614,24		3.614,24	3.959,56
Total de depósitos e caixa	935.490,95		935.490,95	13.597.367,00
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	73.254.455,11		73.254.455,11	22.646.322,20
Custos diferidos	34.899,12		34.899,12	16.523,38
Total acréscimos e diferimentos	73.289.354,23		73.289.354,23	22.662.845,58
Total de amortizações		118.067.871,33		
Total de provisões		6.014.632,50		
TOTAL DO ATIVO	592.219.927,26	124.082.503,83	468.137.423,43	149.908.840,24

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

11.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

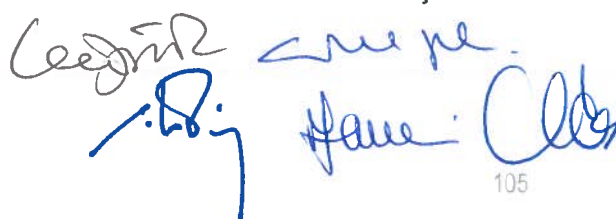
	2014	2013
FUNDOS PRÓPRIOS		
Património	126.860.000,00	126.860.000,00
Reservas de reavaliação		
Reservas		
Reservas legais	1.163.149,34	947.288,29
Reservas estatutárias	58.831,59	58.831,59
Reservas Livres	12.774.118,72	12.774.118,72
Doações	2.025.640,05	1.992.483,31
Reservas decorrentes da transferência de activos	29.701.398,46	29.701.398,46
Total das reservas	45.723.138,16	45.474.120,37
Resultados transitados	-142.721.999,20	-141.553.158,86
Resultado líquido do exercício	-5.344.567,47	1.079.305,23
TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL	24.516.571,49	31.860.266,74
PASSIVO		
PROVISÕES		
Provisões para riscos e encargos	5.687.544,65	5.448.707,78
Outras provisões		
Total de provisões	5.687.544,65	5.448.707,78
DIVIDAS A TERCEIROS - Médio longo prazo		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo		
Adiantamentos de clientes, utentes e instit. Saúde	340.889.212,55	8.338.720,22
Fornecedores c/c	65.378.729,66	56.609.320,81
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	3.463.928,54	1.465.947,51
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado c/c	428.361,59	1.158.847,53
Estado e outros entes públicos	3.486.821,37	3.579.721,05
Outros credores	6.603.177,01	22.889.064,67
Total dividas a terceiros	420.250.230,72	94.041.621,79
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	15.694.962,00	16.333.715,92
Proveitos diferidos	1.988.114,57	2.224.528,01
Total acréscimos e diferimentos	17.683.076,57	18.558.243,93
TOTAL DO PASSIVO	443.620.851,94	118.048.573,50
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	468.137.423,43	149.908.840,24

O Técnico Oficial de Contas



Relatório de Gestão e Contas 2014

O Conselho de Administração



11.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2014	2013
Custos e Perdas		
Custos das merc.vend.e das mat. consumidas		
Mercadorias		
Matérias de consumo	72.561.266,07	72.561.266,07
		77.050.611,54
		77.050.611,54
Fornecimentos e serviços externos	26.139.444,88	26.139.444,88
		27.481.212,52
		27.481.212,52
Custos com o pessoal		
Remunerações	80.499.094,77	84.987.824,14
Encargos Sociais		
Pensões	472.571,91	212.198,58
Outros	19.662.443,43	18.432.094,38
	199.334.821,06	103.632.117,10
		208.163.941,16
Transf. correntes conc. e prest. soc.		0,00
Amortizações do exercício	6.840.271,73	7.743.905,65
Provisões do exercício	530.947,05	356.227,96
		8.100.133,61
Outros custos e perdas operacionais		
	26.546,39	157.772,30
(A)	206.732.586,23	216.421.847,07
Custos e perdas financeiras		
	209.722,32	595.693,02
(C)	206.942.308,55	217.017.540,09
Custos e perdas extraordinárias		
	4.890.895,87	6.453.311,07
(E)	211.833.204,42	223.470.851,16
Imposto s/ rendimento do exercício		
	23.681,78	110.000,00
(G)	211.856.886,20	223.580.851,16
Resultado líquido do exercício	-5.344.567,47	1.079.305,23
Total	206.512.318,73	224.660.156,39
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestação de serviços		
Vendas	0,00	0,00
Prestação de serviços	195.092.721,25	195.092.721,25
		200.288.066,91
		200.288.066,91
Impostos, taxas e outros		
	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		
	0,00	0,00
Proveitos suplementares	2.354.417,10	2.414.671,57
Transferências e sub. correntes obtidos		
Transferências - Tesouro	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas	0,00	0,00
Subsid. correntes obt-Fontes públicas	0,00	0,00
Subsid. correntes obt-de outras entidade	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	2.485.072,38	4.839.489,48
Reversões de Amortizações e Ajustamentos		
(B)	199.932.210,73	216.794.595,35
Proveitos e ganhos financeiros		
	431.344,83	338.421,65
(D)	200.363.555,56	217.133.017,00
Proveitos e ganhos extraordinários		
	6.148.763,17	7.527.139,39
(F)	206.512.318,73	224.660.156,39
Resumo		
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-6.800.375,50	372.748,28
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	221.622,51	-257.271,37
Resultados Correntes: (D) - (C)	-6.578.752,99	115.476,91
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)	-5.320.885,69	1.189.305,23
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (G)	-5.344.567,47	1.079.305,23

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Relatório de Gestão e Contas 2014

106

11.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES (31 DE DEZEMBRO)

(euros)

	2014	2013
Vendas e prestação de serviços	195.092.721,25	200.288.066,91
Custo das vendas e prestação de serviços	181.041.233,24	189.790.388,22
Resultados Brutos	14.051.488,01	10.497.678,69
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	11.419.597,48	23.923.043,89
Custos Administrativos	18.293.587,82	18.373.552,94
Outros Custos e Perdas Operacionais	12.307.611,29	14.854.914,67
Resultados Operacionais	-5.130.113,62	1.192.254,97
Custo Líquido de Financiamento	188.860,82	1.799,03
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
Resultados Correntes	-5.318.974,44	1.190.455,94
Impostos Sobre Resultados Correntes	23.681,78	110.000,00
Resultados Correntes Após impostos	-5.342.656,22	1.080.455,94
Resultados Extraordinários	-1.911,25	-1.150,71
Impostos Sobre Resultados Extraordinários	0,00	0,00
Resultado Líquido	-5.344.567,47	1.079.305,23

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



11.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2014		2013	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		TOTAIS		TOTAIS
Recebimentos de clientes (i)				
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	5.200.460,30		13.199.624,50	
Adiantam clientes, utentes e instituições	180.419.968,12		198.319.581,73	
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	99.265.112,47	284.885.540,89	78.636.086,31	290.155.292,54
Pagamentos a fornecedores (ii)				
COMPRAS	24.476.222,77		26.963.338,63	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	16.140.753,03		15.415.255,45	
Adiantamentos a fornecedores	1.388.243,55		1.868.616,51	
CORRECÇÃO A COMPRAS	49.623.665,28		53.983.576,34	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	27.792.518,80	119.421.403,43	10.062.207,10	108.292.994,03
Pagamentos ao Pessoal (iii)				
CUSTOS COM O PESSOAL	86.824.302,99		89.429.834,70	
Adiantamento a pessoal	64.350,41		45.138,30	
DESPESAS COM O PESSOAL	14.933.729,24	101.822.382,64	13.975.651,45	103.450.624,45
(A) Fluxo gerado pelas operações (i - ii - iii)		63.641.754,82		78.411.674,06
Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento (B)				
Imposto s/ rendimento do exercício (PC)	41.622,26		69.726,79	
Imposto s/ rendimento exercício anterior	0,00		0,00	
		41.622,26		69.726,79
Outros recebimentos relativos à actividade operacional (C)				
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	1.874.709,35		812.720,30	
TRANSFER. E SUBS. CORRENTES OBTIDOS	0,00		0,00	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	1.158.763,91		595.313,41	
Diferenças câmbio favoráveis	0,00		0,00	
Outros proveitos diferidos	0,00		0,00	
Impostos e taxas	0,00		0,00	
Proveitos suplementares	1.541.018,65		434.977,31	
Trnsferencias subs correntes obtidos	0,00		0,00	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	1.462.790,59		9.039.788,96	
Outros	118.701,37		6.748,07	
Adiantamentos a fornecedores	2.341.532,15		1.204.890,44	
Retenção de impostos s/ rendimento	16.909.365,90		17.973.087,36	
Imposto s/ valor acrescentado	798.960,94		278.103,83	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	10.012.196,36		9.787.721,97	
Outros	24.198,60		0,00	
Adiantamentos a pessoal	62.263,98		25.692,68	
Sindicatos	133.647,08		134.469,65	
Regularização de dividas p/ pordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	1.016.554,09	37.454.702,97	1.421.182,15	41.714.696,13
Outros pagamentos relativos à actividade operacional (D)				
Outros custos e perdas operacionais	372.766,62		156.592,70	
Custos diferidos	0,00		0,00	
Acréscimos e diferimentos	0,00		0,00	
Outros custos operacionais	3.885,50		180,00	
Adiantam clientes, utentes e instl Estado	83.208.364,32		86.449.395,58	
Retenção de impostos s/ rendimento	16.987.379,18		17.664.909,48	
Imposto s/ valor acrescentado	485.250,84		519.810,65	
Outros Impostos	0,00		0,00	
Contribuições p/ segurança social	10.042.323,64		9.735.147,52	
Outros	22.243,54		0,00	
Sindicatos	135.899,12		134.336,27	
Regularização de dividas p/ pordem Tesouro	0,00		0,00	
Devedores e credores diversos	1.329.018,26	112.587.131,02	1.623.980,29	116.284.352,49
(E) Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias: (A) - (B) + (C) - (D)		-11.532.295,49		3.772.290,91

11.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2014		2013	
		TOTAIS		TOTAIS
Recebimento gerado com rubricas extraordinárias (F)				
Recuperação de dívidas	0,00		0,00	
Ganhos em existências	0,00		0,00	
Ganhos em imobilizações	0,00		0,00	
Benefícios penalidades contratuais	34.013,07		6.635,17	
Outros proventos/ganhos extraordinários	255.577,94	289.591,01	230,15	6.865,32
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (G)				
Transferências de capital concedidas	0,00		0,00	
Perdas em existências	0,00		0,00	
Perdas em imobilizações	0,00		0,00	
Multas e penalidades	1.911,25		1.150,71	
Outros custos e perdas extraordinárias	15.961,43		159,60	
Restituições	0,00		0,00	
Proventos suplementares	0,00		0,00	
Outras correções	0,00		0,00	
Custos e perdas extraordinários	0,00	18.872,68	4,69	1.315,00
(1) Fluxo das actividades operacionais (E) + (F) - (G)		-11.261.577,16		3.777.841,23
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimentos provenientes de: (H)				
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS				
Amortização de empréstimos	0,00		0,00	
SUBSIDIOS DE INVESTIMENTO				
Subsidios para investimentos	0,00		0,00	
JUROS E PROVEITOS SIMILARES				
Proventos e ganhos financeiros	393.549,89		349.723,60	
Proventos e ganhos financeiros	7.495,34		11.151,04	
OUTROS RENDIMENTOS DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adiantamentos a fornecedores imobilizado		401.045,23		360.874,64
Pagamentos respeitantes a: (J)				
EMPRESTIMOS CONCEDIDOS				
Concessão de empréstimos	0,00		0,00	
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
Investimentos financeiros	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Imobilizações corpóreas	401.241,04		300.717,85	
Imobilizações corpóreas	900.040,20		370.139,16	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
Imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Imobilizações em curso	0,00		1.363.556,15	
Imobilizações em curso	298.113,46		120.773,03	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
Bens do domínio publico	0,00		0,00	
Bens do domínio publico	0,00	1.599.394,70	0,00	2.155.186,19
(2) Fluxo das actividades de investimento: (H) - (J)		-1.198.349,47		-1.794.311,55
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de: (K)				
EMPRESTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
AUMENTOS CAPITAL PREST. SUP. E PRÉMIOS EMISSÃO				
Capital	0,00		0,00	
SUBSIDIOS E DOAÇÕES				
Subsidios	0,00		0,00	
Doações	9.750,00	9.750,00	9.000,00	9.000,00
Pagamentos respeitantes a: (L)				
EMPRESTIMOS OBTIDOS				
Empréstimos obtidos	0,00		0,00	
JUROS E CUSTOS SIMILARES				
Custos e perdas financeiras	209.114,06		16.704,28	
Custos e perdas financeiras	2.585,36		120,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS				
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00		0,00	
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00	211.699,42	0,00	16.824,28
Fluxos das actividades de financiamento (3) = (K) - (L)		-201.949,42		-7.824,28
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		-12.661.876,05		1.975.705,40
Caixa e seus equivalentes no início do Período (5)				
Caixa	3.959,56		17.122,94	
Depósitos em inst. Financeiras	899.247,44		1.041.098,96	
Conta no Tesouro	12.694.160,00		10.563.439,70	
Títulos Negociáveis				
Outras aplicações tesouraria		13.597.367,00		11.621.661,60
Caixa e seus equivalentes no final do período (6) = (4) + (5)		935.490,95		13.597.367,00

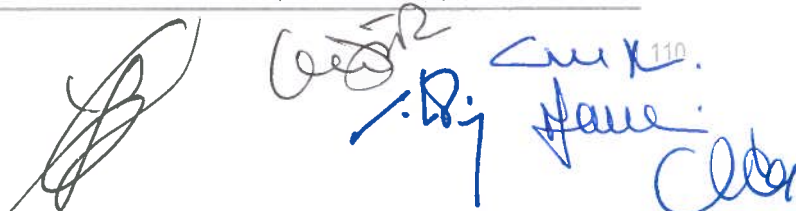
O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

11.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

(euros)

Rubrica	2014		
	Valores		
	Cobrados	A cobrar	Total
Caixa	3.959,56		3.959,56
Depósitos	13.593.407,44		13.593.407,44
I - SALDO INICIAL	13.597.367,00		13.597.367,00
Títulos negociáveis	0,00		0,00
Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00
Total das contas 15/18	0,00	0,00	0,00
Adiantamento de clientes	180.419.968,12	0,00	180.419.968,12
Adiantamento a fornecedores	2.341.532,15	171.134,31	2.512.666,46
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	27.744.721,80	0,00	27.744.721,80
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	62.263,98	0,00	62.263,98
Sindicatos	133.647,08	0,00	133.647,08
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	1.016.554,09	0,00	1.016.554,09
Total das receitas de fundos alheios	211.718.687,22	171.134,31	211.889.821,53
Subsídios de investimento	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos diferidos	0,00	0,00	0,00
Total da conta proveitos diferidos	0,00	0,00	0,00
Empréstimos concedidos (Amortizações)	0,00	0,00	0,00
Fundo patrimonial (capital social)	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Doações	9.750,00	0,00	9.750,00
Total da conta reservas	9.750,00	0,00	9.750,00
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços	5.200.460,30	189.888.765,27	195.089.225,57
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	1.874.709,35	479.707,75	2.354.417,10
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.158.763,91	1.326.308,47	2.485.072,38
Proveitos e ganhos financeiros	393.549,89	37.794,94	431.344,83
Proveitos e ganhos extraordinários	289.591,01	286.144,52	575.735,53
Total de proveitos do exercício	8.917.074,46	192.018.720,95	200.935.795,41
II - RECEITAS DO EXERCÍCIO	220.645.511,68	192.189.855,26	412.835.366,94
Correcções relativas a exercícios anteriores	102.395.118,42	-12.113.285,62	90.281.832,80
III - RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIORES	102.395.118,42	-12.113.285,62	90.281.832,80
TOTAL GERAL	336.637.997,10	180.076.569,64	516.714.566,74



11.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

(euros)

Rubrica	2014		
	Valores		
	Pagos	Em dívida	Total
Adiantamentos de clientes	83.208.364,32	105.550.324,02	188.758.688,34
Adiantamentos a fornecedores	1.388.243,55	953.288,60	2.341.532,15
Empréstimos obtidos	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	27.537.197,20	3.042.034,98	30.579.232,18
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	64.350,41	-248.842,80	-184.492,39
Sindicatos	135.899,12	8.971,02	144.870,14
Regularização de dívidas por ordem Tesouro	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores diversos	1.329.018,26	-233.423,64	1.095.594,62
Total da despesa de fundos alheios	113.663.072,86	109.072.352,18	222.735.425,04
Custos Diferidos	0,00	18.375,74	18.375,74
Empréstimos concedidos (Concessão)	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Produtos farmacêuticos	19.340.726,05	27.002.195,12	46.342.921,17
Material de consumo clínico	4.889.484,68	36.413.217,41	41.302.702,09
Produtos alimentares	0,00	28.764,11	28.764,11
Material de consumo hoteleiro	51.839,41	317.089,25	368.928,66
Material de consumo administrativo	194.293,52	152.524,03	346.817,55
Material de manutenção e conservação	152.598,67	264.147,01	416.745,68
Outro material de consumo	-152.719,56	0,00	-152.719,56
Total da conta de compras	24.476.222,77	64.177.936,93	88.654.159,70
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00
Imobilizações corpóreas	401.241,04	-4.237.854,16	-3.836.613,12
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	53.598,47	53.598,47
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00
Total da conta de imobilizações	401.241,04	-4.184.255,69	-3.783.014,65
Assistência ambulatória	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de diagnóstico	0,00	0,00	0,00
Meios complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Produtos vendidos por farmácias	0,00	0,00	0,00
Internamentos	0,00	0,00	0,00
Transporte de doentes	0,00	0,00	0,00
Aparelhos complementares de terapêutica	0,00	0,00	0,00
Trabalhos executados no exterior	1.528.496,82	4.360.162,24	5.888.659,06
Outros subcontratos	0,00	0,00	0,00
Total da conta de subcontratos	1.528.496,82	4.360.162,24	5.888.659,06
Fornecimentos e serviços de terceiros	14.612.256,21	5.638.529,61	20.250.785,82
Transferências corrent. Conc. E prest. Sociais	0,00	0,00	0,00
Remunerações dos órgãos directivos	287.113,20	-36.662,08	250.451,12
Remunerações base do pessoal	53.333.096,66	-5.089.297,19	48.243.799,47
Suplementos de remuneração	11.524.359,26	0,00	11.524.359,26
Prestações sociais directas	88.766,78	0,00	88.766,78
Subsidio de férias e natal	5.251.500,93	-5.211.899,93	39.601,00
Prémios de desempenho	0,00	0,00	0,00
Pensões	472.571,91	0,00	472.571,91
Encargos s/ remunerações	14.657.255,60	-1.947.686,36	12.709.569,24
Seg. acidentes trab./Doenç. profissionais	449.634,82	-39.195,88	410.438,94
Encargos sociais voluntários	112.264,87	0,00	112.264,87
Outros custos com pessoal	647.738,96	57.758,72	705.497,68
Total da conta de despesas com pessoal	86.824.302,99	-12.266.982,72	74.557.320,27
Outros custos e perdas operacionais	372.766,62	-346.220,23	26.546,39
Custos e perdas financeiras	209.114,06	608,26	209.722,32
Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	0,00
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00
Multas e penalidades	1.911,25	0,00	1.911,25
Outros custos e perdas extraordinárias	16.961,43	170.047,45	187.008,88
Total da conta custos/perdas extraordinárias	18.872,68	170.047,45	188.920,13
Imposto s/ rendimento exercício (PC)	41.622,26	0,00	41.622,26
IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO	242.147.968,31	166.640.553,77	408.788.522,08
C.R.E.A. - Despesas com pessoal	14.933.729,24	-13.225.146,24	1.708.583,00
C.R.E.A. - Outros	78.620.808,60	57.892.739,05	136.513.547,65
V - DESPESAS EXERCÍC. ANTERIORES	93.554.537,84	44.667.592,81	138.222.130,65
Caixa	3.614,24		3.614,24
Depósitos	931.876,71		931.876,71
VI - SALDO FINAL	935.490,95	0,00	935.490,95
TOTAL GERAL	336.637.997,10	211.308.146,58	547.946.143,68

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - PROVEITOS E GANHOS

(euros)

Rubrica	2014		
	Orçamentado	Emitido	Cobrados
Vendas e Prestações de Serviços			
Vendas	0,00	0,00	0,00
Prestações de serviços SNS Contrato Programa			
Internamento	86.320.087,94	79.336.132,77	0,00
Consulta	53.874.444,95	49.911.841,17	0,00
Urgência/SAP	15.757.602,35	14.115.044,11	0,00
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	1.647.613,06	1.067.513,21	0,00
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	0,00	0,00	0,00
De terapêutica	0,00	0,00	0,00
Taxas moderadoras	0,00	0,00	0,00
Outras prestações de serviço de saúde	26.141.252,94	37.973.768,83	0,00
Prestações de serviços Outras Entidades Responsaveis			
Internamento	1.585.857,17	2.085.124,61	0,00
Consulta	34.464,14	268.318,35	0,00
Urgência/SAP	452.597,52	420.117,49	0,00
Quartos particulares	0,00	0,00	0,00
Hospital de dia	0,00	0,00	0,00
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	782.505,14	944.426,91	0,00
De terapêutica	6.201.853,89	4.492.693,58	0,00
Taxas moderadoras	3.305.768,51	3.841.214,50	0,00
Outras prestações de serviço de saúde	152.303,02	636.424,82	0,00
Outras prestações de serviços	5.865,04	100,90	0,00
Total da conta 712	196.262.215,67	195.092.721,25	0,00
Impostos e taxas	0,00	0,00	0,00
Proveitos suplementares	1.894.971,00	2.354.417,10	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Transferências do tesouro	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas			
Da ACSS	0,00	0,00	0,00
Do PIDDAC	0,00	0,00	0,00
EU-Fundos Comunit. Proj não co-financ.	29.352,00	0,00	0,00
Outras Transferências correntes obtidas	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	0,00	0,00	0,00
Total da conta 74	29.352,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais			
Reembolsos	8.773.025,00	1.957.826,40	0,00
Produtos de fabricação interna	0,00	0,00	0,00
Não especificados alheios ao valor acrescentado	0,00	0,00	0,00
Outros	300.162,00	527.245,98	0,00
Total da conta 76	9.073.187,00	2.485.072,38	0,00
Proveitos e ganhos financeiros	200.000,00	431.344,83	0,00
Proveitos e ganhos extraordinários	1.500.000,00	6.148.763,17	0,00
TOTAL GERAL	208.959.725,67	206.512.318,73	0,00

11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2014				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Custos Merc. Vend. E Mat. Cons.					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos Farmacêuticos	51.700.205,00	0,00	0,00	48.232.888,19	
Material de Consumo Clínico	23.011.532,00	0,00	0,00	23.192.722,91	
Produtos Alimentares	76.321,00	0,00	0,00	28.672,45	
Material Consumo Hoteleiro	357.443,00	0,00	0,00	345.180,08	
Material de Consumo Administrativo	425.530,00	0,00	0,00	346.126,14	
Material de Manutenção/Conservação	241.447,00	0,00	0,00	415.676,30	
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total da conta 61	75.812.478,00	0,00	0,00	72.561.266,07	
Fornecimentos e Serviços Externos					
Subcontratos					
Trabalhos executados exterior					
Em entidades Ministério Saúde					
Assistência ambulatoria	762,00	2.178,23	2.178,23	851,38	
Meios Complementares diagnóstico	578.663,00	411.816,11	411.033,51	499.920,01	
Meios Complementares terapêutica	3.221.582,00	2.213.779,30	2.209.797,80	2.409.921,01	
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Intern, serv.enf. part./T.doentes	5.871,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	0,00	163.998,83	163.998,83	543.713,75	
Total da conta 62181	3.806.878,00	2.791.772,47	2.787.008,37	3.454.406,15	0,00
Em outras entidades					
Assistência ambulatoria	328.938,00	376.367,86	376.367,86	307.533,03	
Meios Complementares diagnóstico	876.075,00	780.106,56	751.356,78	810.433,51	
Meios Complementares terapêutica	29.869,00	30.379,40	30.254,40	42.240,90	
Prescrição de medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Intern, serv.enf. part./T.doentes	1.815.804,00	1.078.413,99	1.070.851,11	1.259.390,11	
Aparelhos Complem. Terapêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência no estrangeiro	32.191,00	14.655,36	14.655,36	14.655,36	
Termalismo social	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros	579.900,00	0,00	0,00	0,00	
Total da conta 62189	3.662.777,00	2.279.923,17	2.243.485,51	2.434.252,91	0,00
TOTAL DA CONTA 6218	7.469.655,00	5.071.695,64	5.030.493,88	5.888.659,06	0,00
Outros subcontratos	111.938,00	0,00	0,00	0,00	
Fornecimentos e Serviços					
Fornecimentos e Serviços I	5.879.889,00	6.980.152,15	6.160.302,22	6.290.793,45	
Fornecimentos e Serviços II	2.497.165,00	848.477,02	868.735,96	883.334,26	
Fornecimentos e Serviços III	13.041.695,00	14.023.442,27	13.345.021,95	12.979.689,08	
Outros Fornecimentos e Serviços	89.665,00	196.001,54	192.687,50	96.969,03	
Total da conta 622	21.508.414,00	22.048.072,98	20.566.747,63	20.250.785,82	0,00
Total da Conta 62	29.090.007,00	27.119.768,62	25.597.241,51	26.139.444,88	0,00
Transferencias corrent conced/Prest sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2014				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Despesas com Pessoal					
Remunerações órgãos directivos					
Remunerações base	280.661,00	191.609,09	191.609,09	209.805,05	
Subsidio de férias e natal	0,00	18.731,31	18.731,31	32.671,29	
Suplementos de remunerações	0,00	76.859,67	76.859,67	76.859,67	
Prestações sociais directas	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras remunerações	0,00	-86,87	-86,87	-86,87	
Total da conta 641	280.661,00	287.113,20	287.113,20	319.249,14	0,00
Remunerações base do pessoal					
RCTFP por tempo indeterminado	13.578.500,00	24.893.158,85	24.893.691,39	27.198.599,40	
Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	5.480.600,00	5.864.102,74	5.864.102,74	6.434.192,74	
Pessoal Reg cont ind trabalho	21.092.492,00	22.573.309,98	22.044.371,41	24.180.369,29	
Pessoal em qualquer outra situação	522.984,00	530.477,94	530.477,94	577.008,54	
Total da conta 6421	40.674.576,00	53.861.049,51	53.332.643,48	58.390.169,97	0,00
Suplementos de remuneração					
Horas extraordinárias	4.593.729,00	4.094.646,31	4.094.646,31	4.094.646,31	
Prevenções	1.207.500,00	939.437,45	939.435,57	939.435,57	
Noites e Suplementos	5.048.148,00	2.664.232,33	2.664.232,33	2.664.140,04	
Subsidio de turno	0,00	869,26	869,26	869,26	
Abono para falhas	2.672,00	1.822,60	1.822,60	1.822,60	
Subsidio de refeição	3.516.860,00	3.421.169,84	3.421.169,84	3.421.169,84	
Ajudas de custo	2.897,00	9.634,28	9.634,28	9.634,28	
Vestuario, artig pes,alim e alojamento	0,00	-21,02	-21,02	-21,02	
SIGIC	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros suplementos	392.278,00	392.662,38	392.662,38	392.662,38	
Total da conta 6422	14.764.084,00	11.524.453,43	11.524.451,55	11.524.359,26	0,00
Prestações sociais diversas	93.371,00	88.763,78	88.766,78	88.766,78	
Subsidio de férias e natal	6.084.901,00	5.251.465,37	5.251.500,93	10.176.549,62	
Pensões	253.175,00	476.171,68	472.571,91	472.571,91	
Encargos s/ remunerações	0,00	0,00	0,00	18.434.241,94	
Seg acidentes trab/Doenç profissionais	326.064,00	459.882,98	459.882,98	410.438,94	
Encargos sociais voluntários	252.310,00	112.264,87	112.264,87	112.264,87	
Outros custos com pessoal	184.365,00	709.874,90	709.923,20	705.497,68	
Total da Conta 64	62.913.507,00	72.771.039,72	72.239.118,90	100.634.110,11	0,00
Outros custos operacionais	170.000,00	365.434,10	374.393,82	26.546,39	
Amortizações do exercicio	9.054.209,00	0,00	0,00	6.840.271,73	
Provisões do exercicio	250.000,00	0,00	0,00	530.947,05	
Custos e perdas financeiras	17.000,00	210.073,02	130.781,06	209.722,32	
Custos e perdas extraordinárias					
Donativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívidas incobráveis	0,00	0,00	0,00	33.642,05	
Perdas em existências	0,00	0,00	0,00	1.529,27	
Perdas em imobilizações	0,00	0,00	0,00	64.838,49	
Multas e penalidades	30.340,00	1.936,25	1.911,25	1.911,25	
Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	1.911,25	112.828,46	
Correcções relativas a anos anteriores	1.065.212,00	4.000.100,39	3.403.328,98	4.489.137,47	
Outros custos e perdas extraordinárias	160,00	7.168,07	7.165,08	187.008,88	
Total da conta 69	1.095.712,00	4.009.204,71	3.414.316,56	4.890.895,87	0,00
TOTAL GERAL	178.402.913,00	104.475.520,17	101.755.851,85	211.833.204,42	0,00

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

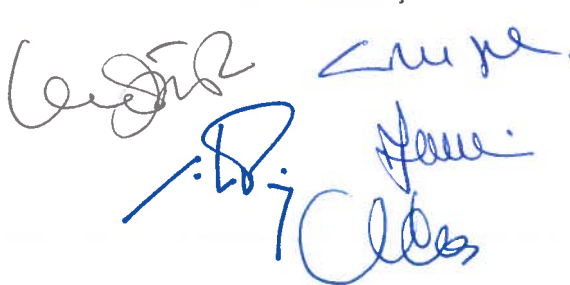
(euros)

Rubrica	2014				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas/Cobradas
Compras					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos Farmacêuticos					
Medicamentos	70.991.650,74	59.373.960,75	51.244.022,05	49.936.988,03	
Reagentes e prod.diag. Rápido	4.223.307,57	4.820.563,75	4.441.558,23	4.333.226,02	
Outros produtos farmacêuticos	21.466,94	25.497,26	40.636,93	36.438,51	
Material de Consumo Clínico	22.771.472,68	23.506.919,49	23.117.724,81	41.317.066,12	
Produtos Alimentares	74.832,97	38.578,19	31.162,26	28.764,11	
Material Consumo Hoteleiro	538.207,35	425.517,00	354.007,34	368.928,66	
Material de Consumo Administrativo	417.784,54	401.426,47	352.603,22	346.817,55	
Material de Manutenção/Conservação	320.247,25	441.052,97	427.848,27	416.745,68	
Outro Material Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total das Compras	99.358.970,04	89.033.515,88	80.009.563,11	96.784.974,68	0,00
DEVOLUÇÃO DE COMPRAS	0,00			52.994,11	
DESCONTO ABATIMENTOS COMPRAS	0,00			8.077.820,87	
TOTAL GERAL	99.358.970,04	89.033.515,88	80.009.563,11	104.809.801,44	0,00

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



11.6 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

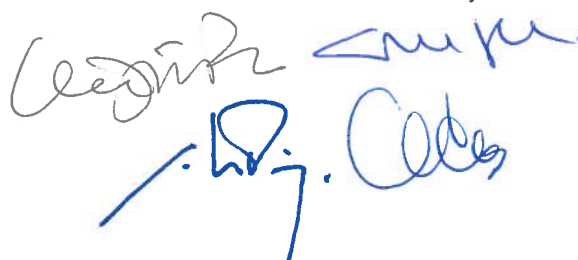
(euros)

Rubrica	2014				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	489.000,00	47.376,16	47.376,16	415.249,04	
Equipamento Básico					
Médico-Cirúrgico	740.000,00	418.873,38	418.873,38	-657.679,17	
de Imagiologia	1.000.000,00	84.836,11	84.836,11	-3.451.465,82	
de Laboratório	0,00	50.668,64	50.668,64	706,90	
Mobiliário Hospitalar	0,00	11.714,83	11.650,71	16.118,88	
Desinfecção e esterilização	0,00	22.725,20	22.725,20	22.725,20	
de Hotelaria	0,00	117.661,43	117.406,91	34.793,35	
Outro	0,00	21.003,39	21.012,29	6.886,78	
Total da conta 423	1.740.000,00	727.482,98	727.173,24	-4.027.913,88	0,00
Equipamento de transporte	0,00	46.705,56	0,00	0,00	
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00	0,00	217,17	
Equipamento Administrativo e Informático					
Equipamento Administrativo	100.000,00	13.585,42	13.395,84	-35.056,64	
Equipamento Informático	191.500,00	234.125,89	234.125,91	-123.835,98	
Total da conta 426	291.500,00	247.711,31	247.521,75	-158.892,62	0,00
Taras e Vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total Imobilizações Corpóreas	2.520.500,00	1.069.276,01	1.022.071,15	-3.771.774,63	0,00
Imobilizações Incorpóreas					
Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	
Imobilizações Em Curso					
Imobilizações em curso	1.830.200,00	0,00	0,00	53.598,47	
Bens de Domínio Público					
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GERAL	4.350.700,00	1.069.276,01	1.022.071,15	-3.718.176,16	0,00

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



12

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

12.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

12.1.1. IDENTIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO) é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado Português, constituída de acordo com o Decreto - Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 2 do artigo 1º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

12.1.2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, e do artigo 18º do anexo da Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

12.1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A Estrutura Organizacional do CHLO encontra-se detalhada no ponto 3 do Relatório de Gestão, dando-se aqui por integralmente reproduzida.

12.1.4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. está integrado no Serviço Nacional de Saúde e tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizarem a prestação de cuidados de saúde e a todos os cidadãos em geral.

O CHLO tem também por objeto desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, estando a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa.

A atividade do CHLO é exercida de forma coordenada pelas três unidades hospitalares que o integram, em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de saúde relativas à execução da política nacional de saúde. Assim, a grande maioria dos preços praticados pelo CHLO é aprovada oficialmente, sendo o volume de produção, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS).

12.1.5. RECURSOS HUMANOS

Os órgãos sociais do CHLO nomeados para o triénio 2014-2016 são compostos pelos seguintes elementos:

Conselho de Administração

Maria João Reis Silva de Soares e Pais	Presidente
Maria Celeste Malveiro Serra S.S. dos Anjos Silva	Vogal Executivo
Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira	Vogal Executivo
Rita Perez Fernandez da Silva	Vogal Executivo (Diretora Clínica)
Fernanda Maria Rosa	Vogal Executivo (Enfermeira Diretora)

Fiscal Único

Foi nomeado para o triénio 2014-2016:

Fiscal Único Efetivo BDO & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal suplente Manuel Aleixo Dias.

Pessoal ao serviço do CHLO

Em 31 de Dezembro de 2014, estavam ao serviço do CHLO 3.741 colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e outro pessoal dirigente, conforme se evidencia no quadro seguinte:

Grupo de Pessoal	Total
Conselho de Administração	5
Dirigentes	17
Pessoal com Contrato Individual Trabalho	1.807
Pessoal com Vínculo à Função Pública	1.838
Pessoal em Regime de Prestação de Serviços	74
Total	3.741

Em 31 de Dezembro de 2013 estavam ao serviço do CHLO, 3.863 colaboradores.

12.1.6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

a) Manual de procedimentos

O CHLO dispõe de procedimentos instituídos nas diversas áreas e principais rotinas, os quais estão integrados num Manual de Procedimentos por área.

b) Livros de registo

Os movimentos são lançados ou integrados, para efeitos de apuramento da informação contabilística e de gestão do CHLO com recurso às diversas aplicações informáticas disponíveis e são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

c) Organização do arquivo dos documentos de suporte

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados, por "pagos" e "cobrados", por número sequencial de caixa e por "Faturas em Aberto por Cliente" e "Faturas em Aberto por Fornecedor". Existe ainda o arquivo relativo ao diário de "Operações Diversas".

Em termos contabilísticos, algumas rotinas geram um número de documento interno, com numeração sequencial de base anual.

d) Sistemas informáticos utilizados

O Centro Hospitalar mantém os seus registos contabilísticos na plataforma informática SISCONT da SHI.

Os principais sistemas informáticos utilizados no CHLO são os seguintes:

- Contabilidade Patrimonial e Analítica – SISCONT da SHI ;
- Contas Correntes – SISCONT da SHI ;
- Caixa e Bancos – SISCONT da SHI ;
- Faturação – Sonho da ACSS ;
- Gestão de Recursos Humanos – RHV da ACSS;
- Gestão do Património – GIAF da INDRA;
- Gestão de Stocks – da GLINTT.

e) Demonstrações financeiras intercalares

São preparadas demonstrações financeiras mensais que são enviadas para a ACSS.

f) Descentralização contabilística

As instalações físicas do CHLO estão dispersas pelas três Unidades Hospitalares referidas em 12.1.1., pelo que algumas rotinas são descentralizadas, sendo a respetiva integração assegurada periodicamente.

12.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

12.2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Base de preparação das contas

O artigo 24º do Projeto de Estatutos publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, estabelece que o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. deve seguir o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), com as adaptações necessárias a estabelecer por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

Entretanto, foi publicado o Despacho nº 17164/2006, de 25 de Agosto, admitindo a possibilidade de existência de algumas contas previstas no POC – Plano Oficial de Contabilidade e a dispensa da utilização das contas de controlo orçamental e de ordem (classe 0 e contas 25), bem como os documentos previsionais e de prestação de contas inerentes.

De acordo com a circular informática da ACSS n.º25/2012/UOC, de 30 de Outubro, as entidades públicas empresariais integradas no Sistema Nacional de Saúde devem elaborar e apresentar as suas contas a partir do exercício de 2014 de acordo com o novo referencial contabilístico- Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Esta orientação da ACSS foi reforçada pelo despacho n.º 1507/2014, de 16 de Janeiro, da Secretaria de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que determina o início da obrigatoriedade de aplicação do SNC nas entidades públicas empresariais da área da saúde, com a apresentação de contas do exercício de 2014.

Na sequência do Despacho n.º 3016-A/2015, de 23 de Março dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que estabelece a prorrogação do prazo para apresentação de contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para o exercício de 2015, as demonstrações financeiras de 2014 do CHLO foram preparadas ainda de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS)

Consequentemente, as notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no POCMS. As notas cuja numeração não consta deste anexo, não são aplicáveis ao CHLO ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

Os valores indicados são expressos em euros.

12.2.2. COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Nos mapas das demonstrações financeiras, os valores do exercício são comparáveis com os do exercício anterior.

12.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E MÉTODOS DE CÁLCULO

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da empresa, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações do Centro, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

12.2.3.1. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Os principais critérios valorimétricos adotados foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas e corpóreas estão escrituradas ao custo histórico, com exceção dos bens móveis adquiridos até 31/12/2002 que foram valorizados com base numa avaliação independente, realizada por uma empresa da especialidade, nas três entidades que antecederam o CHLO.

O património Imóvel, não obstante também ter sido avaliado, não foi objeto de qualquer alteração, dado que foi determinado pela ACSS o adiamento do registo contabilístico do efeito da avaliação, enquanto não estiver perfeitamente definida a solução adotar relativamente ao modelo de gestão do património imobiliário afeto às entidades públicas empresariais do sector da saúde.

O novo edifício do Hospital de S. Francisco Xavier, transferido da Direcção Geral do Património em 2005, encontra-se valorizado ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em regime de duodécimos.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

b) Existências

As entradas de existências são registadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas e consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Os saldos finais de balanço são ainda ajustados na sequência das contagens físicas efetuadas com referência ao final do exercício.

c) Provisões para clientes de cobrança duvidosa

Em face da análise dos riscos de crédito, o Centro Hospitalar adotou o critério de provisionar os créditos em mora em função do nível de risco atribuído a cada grupo de entidades (clientes e devedores diversos) e da antiguidade das respetivas dívidas, assumindo um critério semelhante ao fiscalmente definido como máximo aceitável.

Relativamente aos créditos de entidades públicas, que em alguns casos têm uma antiguidade significativa, têm, no entanto, vindo a ser progressivamente regularizados, razão pela qual se optou, já no exercício de 2006, por não efetuar quaisquer provisões para riscos de cobrança associados a estes créditos. Este critério foi mantido, de forma consistente, no decurso dos exercícios de 2006 a 2014. Para as dívidas das Regiões Autónomas, foi entendimento do Conselho de Administração em anos anteriores que, dado a antiguidade bastante elevada da dívida e não terem ocorrido pagamentos, não era possível

avaliar se, ou quando, se processaria a recuperação das dívidas destas entidades, razão pela qual o Conselho de Administração achou prudente manter e reforçar a provisão constituída em 2006 até 2010. Em 2011 foi vontade do Conselho de Administração alterar a política contabilística que vinha sendo adotada, passando a não reconhecer provisões para as dívidas das Regiões Autónomas e anulando, consequentemente, as provisões anteriormente constituídas para este fim. Esta posição do Conselho de Administração é tomada face à posição assumida pela ACSS no âmbito da correspondência trocada, reitera as instruções de que "devem os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde manter a faturação às Regiões Autónomas nos termos do ofício circular nº 11702, de 15/12/2006".

d) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos foi determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros a 31 de Dezembro e tendo em conta também o histórico das ações julgadas no passado.

A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.

e) Provisões para existências

Estas provisões são determinadas em função da rotatividade das existências, bem como da sua data de validade, nos casos em que não se encontra assegurada a respetiva reposição pelos fornecedores, sempre com referência à data de encerramento de cada exercício.

f) Locação financeira

No ano de 2014 não foram adquiridos ativos imobilizados mediante contratos financeiros. Contudo quando se verifica a aquisição mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

g) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (exceto no indicado na alínea j) abaixo).

Consequentemente, o CHLO regista nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos, do Ativo e do Passivo, os efeitos decorrentes das operações de especialização associadas a custos e proveitos cuja documentação de suporte ainda não estava disponível à data de 31 de Dezembro, bem como outras estimativas associadas à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- Reconhecimento dos proveitos imputáveis ao período e ainda não faturados, relativos a Internamentos e atos médicos, com exceção dos relativos aos atos médicos em curso à data do balanço;
- As remunerações e respetivos encargos relativos a horas extraordinárias, férias e subsídio de férias, vencidos e não pagos no final de cada exercício;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de compras e custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de bens e serviços prestados por terceiros ainda no exercício em análise;
- Subsídio recebido a fundo perdido para financiamento de imobilizações, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas, a partir do momento em que as mesmas entrarem em funcionamento, de acordo com o referido na alínea seguinte.

h) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das amortizações praticadas sobre os bens financiados.

i) Pensões de reforma

O Centro Hospitalar não tem responsabilidade de pagamento de complementos de Aposentações e de Pensões de sobrevivência de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

j) Registo dos proveitos correspondentes a atos médicos

Os proveitos correspondentes aos atos médicos efetuados no hospital são reconhecidos em resultados no momento em que são realizados, exceto nos casos de valorização dos atos médicos em curso à data do balanço, que só são faturados depois de codificados.

k) Imposto sobre o rendimento (IRC)

A contabilização do imposto sobre o rendimento é efetuada de acordo com o método corrente, com base na estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar em relação ao ano a que respeita.

De acordo com o n.º 1 do artigo 52.º do CIRC e para prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de Janeiro de 2012, o prazo de reporte é de 5 anos. Este prazo é aplicável a qualquer entidade, independentemente de esta exercer, ou não, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de Janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos.

Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de Janeiro de 2012 até 31 de Dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos.

Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de Janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de Janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70 % do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Em 31 de Dezembro de 2013, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam 54.601.864,52 euros.

Exercício	Prejuízo fiscal dedutível
2009	24.305.346,44
2011	18.475.688,05
2012	11.820.830,03
2013	0,00
Total	54.601.864,52

Em 2014, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, não foram reconhecidos contabilisticamente, por uma questão de prudência, impostos diferidos ativos, não se tendo adotado os procedimentos previstos na Diretriz Contabilística n.º 28.

12.2.3.2. MÉTODOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro, utilizando-se o método das quotas constantes a partir do

dia da entrada em funcionamento dos bens, sendo calculadas numa base diária, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período de vida útil estimada.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

Rubricas	% Anual
Edifícios e Outras construções	2% a 10%
Equipamento básico	12,5% a 33,33%
Equipamento transporte	14,28% a 25%
Ferramentas e utensílios	14,28% a 25%
Equipamento administrativo	10% a 33,33%
Outras imobilizações corporéas	12,5% a 25%

Os bens cujo valor unitário não ultrapasse os 1.000,00 euros são amortizados integralmente no decurso do ano da aquisição.

b) Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- **Provisão de dívidas a receber**

Foram constituídas provisões para dívidas a receber, de acordo com o seguinte critério:

- Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses e até 12 meses;
- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;
- Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- Provisionadas integralmente as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses.

O Conselho de Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de risco atrás referidos, no montante de 5.901.804,04 euros, acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

- **Provisão para riscos e encargos**

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, de acordo com o seguinte critério:

- A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.
- A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros.

Face ao entendimento do Conselho de Administração, suportado na opinião expressa pelos seus Advogados, foi reduzida em 292.110,18 euros a provisão para processos judiciais em curso que se encontrava constituída e reforçada a provisão para risco da atividade em 530.947,05 euros em virtude da possibilidade de não se conseguir cobrar as taxas moderadoras especializadas no final do exercício.

- **Responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência**

O CHLO assumia a responsabilidade pelo pagamento de complementos de aposentações e de pensões de sobrevivência em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro, e no Decreto-Lei nº 141/79, de 22 de Maio.

A partir de 01 de Janeiro de 2011 e de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro essa responsabilidade passou a ser suportada pelas verbas de alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das Entidades integradas no SNS.

No exercício de 2014 foram pagos complementos de aposentação e sobrevivência no montante 472.571,91 euros.

c) Impostos

O Centro Hospitalar encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) .

No exercício em apreço, atendendo, à existência de matéria coletável negativa, o montante de imposto apurado respeita apenas às situações sujeitas a tributação autónoma.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais do IVA, IRS e IRC respeitantes aos anos de 2010 a 2014 do Centro Hospitalar, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais

correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

12.2.4. DÍVIDAS DE E A TERCEIROS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira relacionam-se com aquisições no mercado externo e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações, sendo atualizados os saldos de balanço, de acordo com os câmbios em vigor em 31 de Dezembro.

12.2.6. IMOBILIZADO INCORPÓREO

No imobilizado incorpóreo a conta de "Despesas de instalação" expressa o valor relativo a despesas realizadas em anos anteriores com a constituição dos três Hospitais.

A conta de "Despesas de investigação e de desenvolvimento" contém os valores despendidos em anos anteriores com projetos de investigação e desenvolvimento.

12.2.7 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES.

Ativo Imobilizado

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alien.	Regular.	Transf/Abates	Transf	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas							
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvido	607.033,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	607.033,17
Sub-total	1.148.888,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148.888,04
Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Edifícios e outras construções	95.152.337,74	427.180,04	0,00	0,00	-11.931,00		95.567.586,78
Equipamentos básicos	62.163.882,99	545.404,63	0,00	0,00	-4.573.318,51		58.135.969,11
Equipamentos Transporte	2.276.179,34	0,00	0,00	0,00	0,00		2.276.179,34
Ferramentas e utensílios	601.699,81	0,00	0,00	0,00	-217,17		601.482,64
Equipal/o administ. e informático	17.276.967,88	248.489,80	0,00	0,00	-407.382,42		17.118.075,26
Outras Imobilizações corpóreas	161.199,55	0,00	0,00	0,00	0,00		161.199,55
Imob. curso de imob. corpóreas	1.941.239,08	75.672,42	0,00	0,00	-22.073,95		1.994.837,55
Adiantal/o p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Sub-total	179.573.506,39	1.296.746,89	0,00	0,00	-5.014.923,05	0,00	175.855.330,23

Amortizações Acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Investigação Desenvolvimento	607.033,17	0,00	0,00	607.033,17
Sub-total	1.148.888,04	0,00	0,00	1.148.888,04
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	40.194.145,93	4.067.776,87	0,00	44.261.922,80
Equipamentos básicos	55.725.068,20	2.220.512,01	4.527.567,18	53.418.013,03
Equipamentos Transporte	1.963.595,35	72.626,21	0,00	2.036.221,56
Ferramentas e utensílios	601.521,01	178,80	217,17	601.482,64
Equipamento administ. e informático	16.398.770,26	465.557,71	406.808,36	16.457.519,61
Outras Imobilizações corpóreas	130.203,52	13.620,13	0,00	143.823,65
Imob. curso de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamento p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	115.013.304,27	6.840.271,73	4.934.592,71	116.918.983,29

12.2.10. DIPLOMAS LEGAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

De acordo com o estipulado nos diplomas legais que transformaram em sociedade anónima as Unidades Hospitalares que antecederam o Centro, foram efetuadas, no exercício de 2003, as avaliações dos respetivos ativos imobilizados corpóreos. Conforme referido na alínea a) da Nota 12.2.3.1., encontra-se pendente de decisão tutelar o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos efeitos da avaliação dos bens imóveis que se encontram evidenciados em balanço.

As avaliações dos restantes bens de imobilizado, afetos às Unidades Hospitalares que antecederam o CHLO, realizadas em 2003, geraram uma reserva de avaliação no montante de 10.033.112,39 euros, de acordo com a seguinte discriminação:

Designação Hospital	Valor da Reserva
Hospital de Egas Moniz	8.234.289,96
Hospital S. Francisco Xavier	3.209.123,71
Hospital Santa Cruz	-1.410.301,28
Total	10.033.112,39

12.2.23. DEVEDORES DE COBRANÇA DUVIDOSA

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
218111 A D S E	0,00	0,00	0,00	0,00
218112 Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
218113 Forças Militarizadas	0,00	0,00	0,00	0,00
218114 S A M S	41.323,82	0,00	41.323,82	0,00
218115 I O S C T T - A C S Portugal Telecom	110.224,05	0,00	110.224,05	0,00
218116 Serviços Sociais	47.424,95	0,00	47.424,95	0,00
218119 Outros Subsistemas	9.852,39	0,00	9.852,39	0,00
21813 Companhias de Seguros	534.300,00	19.603,78	87.099,60	466.804,18
21819 Outros Clientes	1.777.035,78	849,12	818.985,98	958.898,92
2183 Utentes, c/c	2.216.171,45	2.286.419,27	26.489,78	4.476.100,94
2189 Outros clientes	1.398.425,94	0,00	1.398.425,94	0,00
Total	6.134.758,38	2.306.872,17	2.539.826,51	5.901.804,04

Verificou-se no total das dívidas de terceiros, em termos líquidos um aumento de 232.954,34 euros.

12.2.24. DÍVIDAS DO PESSOAL

O valor das dívidas relacionadas com Pessoal, era o seguinte:

Rúbricas	2014	2013
Dívidas Activas		
Reposições de Vencimento	248.842,80	246.756,37
Sub-total	248.842,80	246.756,37
Dívidas Passivas		
Remunerações a Pagar		
Despesas de Saúde	174.393,93	174.393,93
Férias e Subsídios de Férias	10.014.257,94	10.354.594,53
Encargos c/ Férias e Subsídios de Férias	2.376.691,44	1.819.101,15
Horas Extraordinárias e outros Abonos	1.389.902,48	1.766.405,04
Sub-total	13.955.245,79	14.114.494,65

Os valores a pagar referente a férias e subsídio de férias, encargos e horas extras, são valores a pagar em 2015 referente a custos incorridos no ano corrente.

12.2.26. DÍVIDAS AO ESTADO EM SITUAÇÃO DE MORA

O CHLO não tem qualquer situação de dívida ao Estado em situação de mora.

12.2.28. GARANTIAS BANCÁRIAS

Existe um depósito a prazo na Instituição bancária Montepio, no montante de 47.650,00 euros, cuja finalidade é a de caucionar uma garantia bancária prestada por esse banco e constituída a favor do Tribunal de Trabalho.

12.2.31. MOVIMENTOS DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos foram os seguintes, em conformidade com os critérios anteriormente referidos:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões p/ aplicações Tesouraria				
Provisões p/ cobrança duvidosa	6.134.758,38	0,00	232.954,34	5.901.804,04
Provisões p/ riscos encargos	5.448.707,78	530.947,05	292.110,18	5.687.544,65
Provisões p/ depreciação existências	258.624,53	112.828,46	258.624,53	112.828,46
Provisões p/ investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	11.842.090,69	643.775,51	783.689,05	11.702.177,15

12.2.32. VARIAÇÕES NAS CONTAS DE FUNDOS PRÓPRIOS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
51 Capital	126.860.000,00	0,00	0,00	126.860.000,00
571 Reservas Legais	947.288,29	215.861,05	0,00	1.163.149,34
572 Reservas Estatutárias	58.831,59	0,00	0,00	58.831,59
574 Reservas Livres	12.774.118,72	0,00	0,00	12.774.118,72
576 Doações	1.992.483,31	33.156,74	0,00	2.025.640,05
577 Reservas dec. Transf. Activo	29.701.398,46	0,00	0,00	29.701.398,46
59 Resultados Transitados	-141.553.158,86	2.187.480,08	3.356.320,42	-142.721.999,20
88 Resultado Liquidado do Exercício	1.079.305,23	-5.344.567,47	1.079.305,23	-5.344.567,47
Total	31.860.266,74	-2.908.069,60	4.435.625,65	24.516.571,49

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, em 126.860.000,00 euros, correspondendo ao somatório do capital social dos três Hospitais que o antecederam.

O montante de 33.156,74 euros na rubrica doações refere-se a donativos de equipamento e numerário, obtidos no decurso do ano.

A rubrica de resultados transitados foi creditada pelos resultados líquidos do exercício de 2013, no montante de 863.444,18 euros e 671.293,47 euros correspondente às variações positivas da especialização das férias e subsidio de férias de 2013 e ainda à reversão de uma anulação incorreta de dividas de terceiros registada em 2012 no montante de 652.742,43 euros.

Simultaneamente, esta rubrica foi debitada em 1.508.932,78 euros correspondente às variações negativas da especialização das férias e subsidio de férias de 2013 e 1.847.387,64 euros consequência do fecho das negociações do Acordo Apifarma 2012, especializado em 2012 por um valor, significativamente, superior.

12.2.33. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Códigos Contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas, Subs. e Consumo
36	Existências iniciais	0,00	6.949.227,41
31	Compras	0,00	72.423.498,13
793 + 693	Regularização de existências	0,00	10.474,04
36	Existências finais	0,00	6.821.933,51
61	Custos no exercício	0,00	72.561.266,07

12.2.35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A atividade do CHLO desenvolve-se exclusivamente em Portugal, pelo que os serviços prestados ocorreram todos no País.

12.2.37. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os custos e perdas financeiras no montante de 188.860,92 euros respeitam, essencialmente, ao pagamento de juros de mora e serviços bancários.

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2014	2013
681	Juros Suportados	188.860,82	1.799,03
683	Amortizações investimentos em imóv	0,00	0,00
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças ed câmbio desfavoráveis	204,18	39,90
687	Perdas na alienação aplicações tes	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	20.657,32	593.854,09
	Resultados financeiros (+/-)	221.622,51	-257.271,37
	TOTAL	431.344,83	338.421,65

Os proveitos e ganhos financeiros respeitam essencialmente aos juros provenientes de descontos que provem de negociações de pagamentos a fornecedores.

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2014	2013
781	Juros Obtidos	56.434,77	46.120,80
783	Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00
785	Diferenças de câmbio favoráveis	11,03	38,55
786	Descontos p/pagamentos obtidos	374.834,68	121.171,86
787	Outros custos e perdas financeiras	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeir	64,35	171.090,44
	TOTAL	431.344,83	338.421,65

O resultado financeiro do exercício é positivo em 221.622,51 euros, essencialmente em virtude dos juros provenientes de descontos obtidos em negociação com os fornecedores.

12.2.38. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2014	2013
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	33.642,05	278.752,24
693	Perdas em existências a)	1.529,27	258.624,53
694	Perdas em imobilizações b)	64.838,49	16.014,23
695	Multas e penalidades	1.911,25	1.150,71
696	Aumentos amortizações e provisões c)	112.828,46	0,00
697	Correcções relativas exercícios anteriores d)	4.489.137,47	5.713.240,80
698	Outros custos perdas extraordinários	187.008,88	185.528,56
	Resultados extraordinários (+/-)	1.257.867,30	1.073.828,32
	TOTAL	6.148.763,17	7.527.139,39

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2014	2013
792	Recuperações de dívidas	232.954,34	0,00
793	Ganhos em existências	12.003,31	1.229.976,53
794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
795	Benefícios e penalidades contratuais	34.013,07	6.635,17
796	Reduções de amortizações provisões e)	550.734,71	94.349,03
797	Correcções relativas exercícios anteriores f)	5.020.714,71	5.906.551,85
798	Outros proveitos ganhos extraordinários g)	298.343,03	289.626,81
	TOTAL	6.148.763,17	7.527.139,39

Os montantes mais expressivos de cada rubrica dizem respeito ao seguinte:

- a) As perdas em existências respeitam às quebras apuradas nas conferências físicas realizadas próximo do final do exercício e outros acertos efetuados ao longo do exercício;
- b) As perdas em imobilizações decorrem essencialmente dos movimentos de abates de imobilizado ocorrido no exercício;
- c) O aumento das provisões contabilizado na rubrica de custos e perdas extraordinárias, justifica-se com a constituição da provisão para existências;
- d) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam, essencialmente, correções ao contrato programa;
- e) As correções de provisões são devidas à diminuição/reversão da provisão para clientes de cobrança duvidosa e reversão de provisão para riscos e encargos;

f) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam essencialmente regularizações de anos anteriores;

g) Os Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários englobam essencialmente o proveito imputado ao exercício da parte proporcional relacionada com o reconhecimento de subsídios ao Investimento recebidos em exercícios anteriores, destinados ao cofinanciamento de investimentos realizados.

12.2.39. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

12.2.39.1. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2014:

Acréscimos de Proveitos		2014	2013
2711	Juros a receber	0,00	0,00
27191	Instituições Ministério da Saúde	65.744.493,06	13.060.829,45
27199	Outras Entidades	7.509.962,05	9.585.492,75
Total		73.254.455,11	22.646.322,20

Custos Diferidos		2014	2013
2729	Outros Custos Diferidos	34.899,12	16.523,38
Total		34.899,12	16.523,38

Acréscimos de Custos		2014	2013
2732	Remunerações a liquidar	13.780.851,86	13.940.100,72
2739	Outros acréscimos de custos	1.914.110,14	2.393.615,20
Total		15.694.962,00	16.333.715,92

Proveitos Diferidos		2014	2013
2745	Subsídios para Investimentos	1.988.114,57	2.224.528,01
2749	Outros proveitos diferidos	0,00	0,00
Total		1.988.114,57	2.224.528,01

Na rubrica acréscimos de proveitos estão registados nomeadamente, os proveitos provenientes dos atos médicos prestados em 2011 a 2014, mas ainda não faturados à ACSS no âmbito do Contrato Programa (59.675.071,76 euros), e à ARSLVT no que se refere as Dialise Peritoneal e Hemodialise (6.069.421,30 euros), utentes e outros clientes de atos médicos, taxas moderadoras e medicamentos não emitida no valor de 7.509.962,05 euros;

Nos acréscimos de custos, remunerações a liquidar, estão registados os valores a pagar aos colaboradores no ano de 2015, mas respeitantes a 2014 e que dizem respeito a férias, subsídio de férias, trabalho extraordinário e encargos sobre remunerações relacionados com as mesmas. Na rubrica Outros Acréscimos de Custos estão registados custos ocorridos em 2014, relacionados com Compras e Fornecimentos e Serviços Externos, mas cujas faturas ainda não tinham sido recebidas à data do fecho das contas ou são datadas de 2015, mas respeitam ao exercício de 2014.

Os proveitos diferidos contemplam essencialmente subsídios recebidos para o investimento mas cujos proveitos serão registados na proporção das amortizações dos bens associados.

12.2.39.2. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgão Sociais		2014
6411	Conselho de Administração	209.373,16
6223	Fiscal Único a)	17.543,04
Total		226.916,20

a) Inclui IVA à taxa legal

12.2.39.3. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Activo		2014	2013
211	Cientes C/C	970.467,74	518.663,66
2111	Subsistemas	204.100,30	-3.723,78
2113	Companhias de Seguros	725.172,14	701.478,83
2119	Outros Clientes	41.195,30	-179.091,39
213	Utentes	699.427,21	690.198,89
215	Instituições do Estado	305.745.423,72	22.988.486,23
218	Clientes Cobrança Duvidosa	5.901.804,04	6.134.758,38
21811	Subsistemas	0,00	208.825,21
21813	Companhias de Seguros	466.804,18	534.300,00
21819	Outros Clientes	958.898,92	1.777.035,78
2183	Utentes c/c	4.476.100,94	2.216.171,45
2189	Outros Clientes	0,00	1.398.425,94
229	Adiantamentos a fornecedores	211.134,31	1.124.422,91
26	Outros Devedores	14.430.197,73	10.787.361,87
262	Pessoal	248.842,80	246.756,37
268311	Instituições Ministério da Saúde	12.573.543,25	7.193.418,53
268319	Outras Instituições Públicas	439.080,74	1.560.443,75
26832	Cauções a Fornecedores	0,00	35.863,79
26833	Adiantamentos a doentes	5.500,00	12.000,01
26839	Outros Devedores diversos	794.926,79	1.724.135,80
	Outros Devedores	368.304,15	14.743,62
268999	Adiantamentos a fornecedores m/l prazo	5.701.613,78	5.854.333,34
TOTAL		333.660.068,53	48.098.225,28

O aumento da rubrica de 215 - Clientes – Instituições do Estado tem por consequência aplicação da Circular Normativa nº 14/2012, de 10 de Fevereiro, que alterou o registo contabilístico dos Proveitos, sendo que os Proveitos estimados da Produção estão agora registados em "Acréscimos e Diferimentos", os valores faturados referentes a Contrato-programa ainda não validados pela ACSS em "Dívidas de terceiros – curto prazo – Instituições Crédito" e os adiantamentos recebidos da ACSS, em "Adiantamentos de Clientes", no Passivo

A rubrica 268999 – Adiantamentos a Fornecedores m/l prazo, reflete a aplicação do despacho 814 do SES em que a dívida bancaria do Somos Compras, ACE é transferida para a participante do ACE, a SUCH, tendo esta uma participação em 91%. Por sua vez os Centros Hospitalares, pertencentes ao

mesmo ACE, asseguram a liquidação da dívida junto das entidades bancárias; Ficando estes com um crédito sobre SUCH a regularizar a partir de 01 de Janeiro de 2014 e no prazo de 10 anos.

(Vide desenvolvimento sobre este assunto capítulo 9 – Considerações Finais).

12.2.39.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte desagregação, a nível de Ativo e de Passivo:

Activo	Exercícios	
Designação	2014	2013
IRC - Pagamento Especial p/ Conta	308.700,87	420.000,00
IRC - Pagamento p/ Conta	193.538,64	0,00
IRC - Retenção na Fonte	6.622,26	14.355,76
IRC - Imposto a Recuperar	0,00	0,00
IRS - Sobre Outros Rend.	0,00	0,00
Total	508.861,77	434.355,76

Passivo	Exercícios	
Designação	2014	2013
IRS - Trabalho Dependente	1.242.612,03	1.325.424,03
IRS - Trabalho Independente	14.451,00	11.465,28
IRS - Prediais	0,00	0,00
IRS - Outro Rendimentos	7.475,00	5.977,00
IVA a Pagar	144.215,88	113.739,56
Contribuições Segurança Social	2.052.430,62	2.013.115,18
IRC-Imposto a pagar	23.681,78	110.000,00
Restantes Impostos	1.955,06	0,00
Total	3.486.821,37	3.579.721,05

12.2.39.5. OUTROS CREDITORES

Em 31 de Dezembro esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivo	2014	2013
262	Pessoal	174.393,93	174.393,93
263	Sindicatos	9.311,02	11.223,06
26881	Credores Diversos Instituições Estado	5.192.109,70	20.917.084,86
26889	Outros Credores Diversos	1.085.935,67	1.647.642,31
26882	Cauções de Fornecedores	1.132,60	8.271,84
2689	Outros	140.294,09	130.448,67
	Total	6.603.177,01	22.889.064,67

12.2.39.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

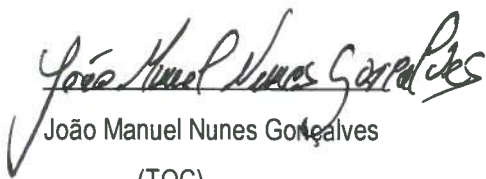
O saldo decompõe-se pelas seguintes rubricas:

Rúbrica		2014	2013
621	Subcontratos	5.888.659,06	7.195.020,60
62211	Electricidade	1.749.538,89	1.896.201,33
62212	Combustível	3.066.542,24	2.654.533,63
62213	Água	516.708,41	619.197,13
62219	Rendas e Alugueros	955.563,92	836.166,02
62222	Comunicação	255.014,25	323.577,69
62229	Honorários	593.562,03	1.367.887,54
62232	Conservação e Reparação	4.140.137,19	4.397.016,25
62234	Limpeza, Higiene e Conforto	2.363.350,96	2.397.656,33
62235	Vigilância e Segurança	861.715,10	942.895,20
62236	Trabalhos especializados	5.553.644,60	4.678.131,87
6229	Outros Fornecimentos e serviços	96.969,03	83.898,50
	Outros Custos	98.039,20	89.030,43
Total		26.139.444,88	27.481.212,52

12.2.39.9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

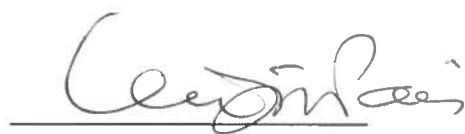
Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar, em 31 de Dezembro de 2014.

Técnico Oficial de Contas

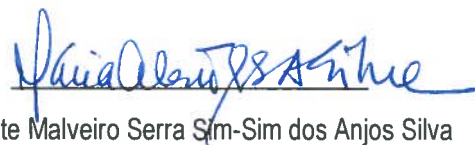


João Manuel Nunes Gonçalves
(TOC)

O Conselho de Administração



Maria João Reis Silva de Soares Pais
(Presidente)



Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva
(Vogal)



Carlos Manuel Mangas Catarino Galamba de Oliveira
(Vogal)



Rita Perez Fernandez da Silva
(Diretora Clínica)



Fernanda Maria da Rosa
(Enfermeira Diretora)

13 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante também designado por CHLO ou Centro), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um ativo líquido de 468 137 423 euros e um fundo patrimonial positivo de 24 516 571 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5 344 567 euros), as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do CHLO, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às situações mencionadas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Os diplomas legais respeitantes à transformação, em sociedades anónimas, dos Hospitais de São Francisco Xavier, Egas Moniz e Santa Cruz, estipularam a obrigatoriedade de se proceder à reavaliação dos imobilizados corpóreos destas instituições, a reconhecer contabilisticamente até ao final de 2003 por contrapartida do Património. Ao que apurámos, por orientação da Tutela, as reavaliações dos bens imóveis não foram refletidas contabilisticamente, sendo que não estão disponíveis elementos que permitam quantificar o efeito desta situação nas demonstrações financeiras do CHLO em 31 de dezembro de 2014, o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade do nosso trabalho.

8. À data da emissão desta certificação, não fomos ainda habilitados com um conjunto significativo de respostas aos pedidos de confirmação de saldos e de outras informações, nomeadamente de clientes no âmbito do Ministério da Saúde. Esta situação configura uma limitação ao âmbito e profundidade dos nossos trabalhos.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos eventuais efeitos dos ajustamentos que poderiam ser necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 anteriores, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal no Sector Público da Saúde.

Ênfases

10. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, salientamos que:

10.1 O total do Fundo Patrimonial ascende a 24 516 571 euros, quando o Património do CHLO é de 126 860 000 euros que assim está perdido em mais de 50%, em virtude dos resultados transitados negativos acumulados, sendo que se admite que o princípio da continuidade, como entidade pública empresarial, será assegurado pelo Estado. O Conselho de Administração contempla especificamente no seu Relatório de Gestão a análise da sustentabilidade e o controlo do equilíbrio financeiro do CHLO.

10.2. Na sequência do Despacho n.º 3016-A/2015, de 23 de março dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, que estabelece a prorrogação do prazo para apresentação de contas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para o exercício de 2015, as demonstrações financeiras de 2014 do CHLO foram preparadas ainda de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS).

10.3. Nos termos do Despacho n.º 3016-B/2015, de 23 de março dos Gabinetes da Secretária de Estado do Tesouro e do Secretário de Estado da Saúde, para fazer face à despesa não antecipada associada ao pagamento de uma dívida do Somos Compras, ACE, o capital estatutário do CHLO deverá ser aumentado, em 2015, em 6 433 333 euros.

Relato sobre outros requisitos legais

11. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de abril de 2015



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

14 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do mandato que nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Fiscal Único emitir o seu relatório anual e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2014 do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante designado também por CHLO ou Centro), datado de 30 de abril de 2015.

O Relatório de Gestão e Contas de 2014 responde, apropriadamente, às exigências legais aplicáveis em geral e, especificamente, às exigências de divulgação previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Os referidos documentos de prestação de contas foram objeto de exame, ficando a Certificação Legal das Contas a fazer parte integrante do presente relatório. O Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do CHLO e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Do trabalho realizado, salientamos os seguintes aspetos:

- Na sequência dos resultados negativos que o CLHO tem apresentado nos últimos anos, embora o Resultado Líquido de 2013 tenha sido positivo, verifica-se que o Património do Centro em 31 de dezembro de 2014 está perdido em mais de 50%.
- Da revisão efetuada, não foi identificado qualquer incumprimento, por parte do CHLO, dos deveres especiais de informação, nos termos do Despacho nº14277/2008, de 23 de maio.
- O relatório das boas práticas de governo societário cumpre o disposto no n.º 1 do artigo 54º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- Foi implementado um plano de redução de custos, tendo o CHLO alcançado uma redução de custos operacionais (custo das mercadorias vendidas e consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, no seu conjunto) de 21,5%, em 2014 face a 2010.
- No que concerne às remunerações quer ao nível dos órgãos de administração e fiscalização, quer ao nível dos trabalhadores, verifica-se que o CHLO procedeu às alterações necessárias a dar cumprimento às orientações vigentes em 2014.

- Os saldos a receber de Instituições do Estado ascendem em 31 de dezembro de 2014 a cerca de 36 346 000 euros que, de acordo com as orientações do Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, não foram provisionados, apesar da significativa antiguidade de muitos desses saldos (cerca de 30 400 000 euros com antiguidade superior a dois anos), e do facto de algumas entidades, nomeadamente da Região Autónoma da Madeira (cerca de 4 340 000 euros) e da Região Autónoma dos Açores (cerca de 19 370 000 euros) não reconhecerem as dívidas perante o CHLO. Salientamos que no passado o CHLO provisionou parte das dívidas destas entidades tendo, subsequentemente, anulado essas provisões, na sequência de orientações da Tutela no sentido de reconhecer contabilisticamente os valores a receber das Regiões Autónomas. Esta situação pode afetar o equilíbrio económico-financeiro, não sendo possível avaliar o período temporal do recebimento destes valores.

Face ao exposto, somos de parecer:

- Que seja aprovado o Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014;
- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 30 de abril de 2015

O Fiscal Único,



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC